



**INSTITUTO
FEDERAL**
Roraima
Reitoria

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₅

EDIÇÃO N.º 67/2018

Unidade: Reitoria

Publicado em 07 de dezembro de 2018

Resoluções do Conselho Superior



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Michel Miguel Temer Elias Lulia

Ministro da Educação: Rossieli Soares da Silva

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica: Romero Portella Raposo Filho

Reitora do IFRR: Sandra Mara de Paula Dias Botelho

Pró-Reitora de Administração: Regina Ferreira Lopes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Diogo Saul Silva Santos

Pró-Reitora de Ensino: Sandra Grützmacher

Pró-Reitor de Extensão: Nadson Castro dos Reis

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Fabiana Letícia Sbaraini

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretor-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Eliezer Nunes Silva

Diretor-Geral do *Campus* Amajari: George Sterfson Barros

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Maria Aparecida Alves de Medeiros

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Leila Ghedin

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria

Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N.º 403- CONSELHO SUPERIOR	5
RESOLUÇÃO N.º 404-CONSELHO SUPERIOR	38
RESOLUÇÃO N.º 405-CONSELHO SUPERIOR	75
RESOLUÇÃO N.º 406/CONSELHO SUPERIOR	92
RESOLUÇÃO N.º 407-CONSELHO SUPERIOR	93
RESOLUÇÃO N.º 408/CONSELHO SUPERIOR	110
RESOLUÇÃO N.º 409/CONSELHO SUPERIOR	111
RESOLUÇÃO N.º 410/CONSELHO SUPERIOR	112
RESOLUÇÃO N.º 411/CONSELHO SUPERIOR.....	175



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N.º 403- CONSELHO SUPERIOR, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

APROVA AD REFEREDUM O PLANO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL ECONTINUADA EM APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA (CBMRR) EM PARCERIA COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR).

O Presidente em exercício do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer n.º 018/2018/PEDAGOGODIPEAD/IFRR, 27 de agosto de 2018, constante no processo n.º 23229.000574.2018-46,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Plano de Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, conforme anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 29 de outubro de 2018.

NADSON CASTRO DOS REIS

Presidente em exercício
Portaria n.º 1692/2018/GR



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

**ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 403-CONSELHO SUPERIOR, DE 29 DE OUTUBRO DE
2018.**

**PLANO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM
APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR DE
OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA**

Boa Vista
2018

Elaborado pela:

Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima –
CBMRR em parceria com o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Roraima – IFRR.**

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 67/2018
Publicado em 07 de Dezembro, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá – Boa Vista-RR. Email: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.303-220
Telefone	(95) 3624-1224
Coordenadora de Extensão no <i>Campus</i>	Marilda Vinhote Bentes
Coordenador do Projeto	Tomas Armando Del Pozo Hernandez
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do *Campus* (Boa Vista)

CNPJ	10.839.508/0002-12
Razão Social	<i>Campus</i> Boa Vista
Endereço	Avenida Glaycon de Paiva, nº 2496 – Pricumã – Boa Vista-RR
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.303-340
Telefone	(95) 3621-8000 / 8008
Site de Instituição	gabinete.boavista@ifrr.edu.br

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Plano do Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima	
Resolução de aprovação		
Características do Curso FIC	Formação Inicial (X) Formação Continuada (X)	PROEJA Ensino Fundamental – PROEJAFIC 200h (FIC) () PROEJA Ensino Médio ()
Eixo Tecnológico	Segurança	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Carga Horária Total	300 horas
Número de Vagas por Turma	15 alunos
Escolaridade mínima	Ensino Médio Completo
Data Início e Término	10 de setembro a 17 de dezembro de 2018
Dias da semana	Segunda a sábado
Horário	4 horas diárias
Forma de Ingresso	Editais com Inscrição Livre
Turno	Diurno
Regime de Funcionamento	A Distância
Frequência de oferta	Única
Local das aulas	<i>Campus Boa Vista</i>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA	7
2. O QUE É O PROGRAMA.....	8
3. OBJETIVOS	9
3.1 OBJETIVO GERAL	9
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4. PÚBLICO ALVO.....	9
5. METODOLOGIA.....	10
6. REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO	10
7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	10
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	11
8.1 MATRIZ CURRICULAR	12
8.2 EMENTAS.....	13
9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	25
10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	26
11. PESSOAL DOCENTE	72
12. CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTES DO CURSO	29
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
1. JUSTIFICATIVA

O Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima à distância, justifica-se pela necessidade de aprendizado contínuo e preparação para ascensão funcional militar, bem como contornar as restrições de custo, tempo, distância e disponibilidade, características do método tradicional de acesso ao conhecimento. Os custos elevados, diretos e indiretos e as dificuldades relacionadas ao afastamento dos locais de trabalho para participação em cursos presenciais, dificultam a realização dos cursos. No sentido oposto, a implementação de uma cultura de uso de novas tecnologias aplicadas à educação e adoção do ensino a distância, proporcionam a disseminação do conhecimento para contingentes cada vez maiores, com redução de custos na medida em que cresce o número de participantes no aprendizado, sem, contudo, diminuir o elevado padrão de qualidade da formação.

O plano de curso foi sistematizado e organizado de modo que o aperfeiçoamento das habilidades do militar seja um processo de aprendizagem com aquisição e desenvolvimento de conhecimento, habilidade e valores dentro de uma realidade social, para a atuação em diversas situações, com a preparação do profissional em suas atribuições administrativas e operacionais com vistas ao desempenho das atividades dentro da instituição militar tendo como objetivo o aperfeiçoamento profissional.

O Currículo do Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima propõe a preparação de um Oficial Bombeiro Militar como um indivíduo de consciência crítica mais desenvolvida para melhor desempenhar a sua função, adequando-se ao progresso global, ajustando-se aos processos evolutivos das Instituições Bombeiro Militar Nacional e aos aspectos legais e técnico-operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

Atento a esses fatores, cumpre observar em todas as bases tecnológicas, além de outros princípios, integração, abrangência, articulação, continuidade, universalidade, especificidade e ainda:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

a) Os Direitos Humanos e a Cidadania, como referências ética e normativa-legais para a vida e práticas do cidadão, o respeito à pessoa e a compreensão entre os seres humanos, em face da justiça social;

b) Atividades formativas, entendidas como processos implementados pelo Poder Público em articulação com a sociedade civil, visando à formação e a capacitação continuada, humana e profissional das diferentes ações sociais envolvidas na implementação das Políticas Públicas de Segurança e Defesa Social;

c) A Educação em Segurança Pública e Defesa Social, entendida como um processo aberto, complexo e diversificado, que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das Políticas Públicas de Segurança e Defesa Social, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais;

d) Os processos educativos de interação, entendidos como espaços de encontro, de busca de motivações, de escuta das contribuições diferenciadas, sustentadas pela ética da tolerância e da argumentação, estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia dos sujeitos e a elaboração de novos desafios voltados à construção democrática de saberes renovados, numa visão que transcendem a abordagem pedagógica tradicional de mera transmissão de conhecimentos;

e) As ações formativas, as quais serão submetidas a processos de avaliação sistemática, realizados segundo os princípios legais, e devem concretizar o compromisso com a qualidade.

Sendo assim, a Instituição, através do Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, assume importante compromisso de qualificar recursos humanos para atuar numa Corporação inserida em um contexto de mudanças vertiginosas buscando sempre melhor atender à sociedade.

2. O QUE É O PROGRAMA?

O programa de Formação Inicial e Continuada no IFRR objetiva a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
da educação profissional e tecnológica, conforme o itinerário formativo para aquisição de aptidões para a vida produtiva social local.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

O Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima com adoção do Ensino a Distância – EAD tem como principal objetivo preparar os Oficiais Intermediários para bem desenvolver suas funções e atribuições inerentes Comando e Gestão Bombeiro Militar, visando ampliar os conhecimentos nas atividades meio e atividades fim, de acordo com a legislação vigente.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar e atualizar os conhecimentos dos Oficiais;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade institucional e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- Determinar os métodos gerais de organização e planejar a utilização eficaz dos recursos materiais;
- Propor, ao Oficial Intermediário conhecimento que o possibilite ao desempenho dos cargos atuais e a preparação para o Oficialato Superior.

4. PÚBLICO ALVO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O curso é destinado ao bombeiro militar no posto de capitão do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR), selecionados mediante Edital com Inscrição Livre expedido pelo Comandante Geral do CBMRR, com entrega de documentos solicitados em edital para esse fim.

5. METODOLOGIA

A metodologia de ensino utilizada no Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima dar-se-á por meio de aulas teóricas a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e atividades presenciais, visando a interação, participação e avaliação do desempenho dos alunos ao longo do processo de ensino e aprendizagem do curso.

6. REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

O curso FIC em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, na modalidade à distância é destinado ao bombeiro militar que seja capitão do Quadro Complementar de Oficiais e que tenha escolaridade mínima de ensino médio completo. Os bombeiros militares interessados realizarão por livre procura suas inscrições e suas matrículas serão efetuadas conforme cronograma estabelecido pelo CBMRR, embasando-se no Inciso II, do Artigo 13 da Resolução N° 139-Conselho Superior, de 10 de setembro de 2013, que aprova o regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC do IFRR.

7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

O Oficial Bombeiro Militar deverá ser dotado de uma postura analítica, capaz de identificar problemas e apresentar propostas de soluções, por meio de reflexões e projetos gerenciais capazes de responder as demandas nas diversas atividades da Corporação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O aluno do curso buscará aprimorar seus conhecimentos. Inserido num mundo em constantes transformações, preocupa-se com o auto aperfeiçoamento. Para tanto, procura ampliar a cultura geral e profissional, melhorar a capacidade de expressão oral e escrita, aperfeiçoando-se continuamente, buscando novas tecnologias para melhor emprego dos recursos disponíveis.

A Instituição entende que o aperfeiçoamento do Oficial Bombeiro Militar compreende questões éticas, científicas, técnicas, sociais e econômicas, observando os níveis graduais no processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos de sua atuação. O profissional formado pelo CBMRR deve estar em consonância com os princípios propostos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

O delineamento do perfil profissiográfico do Oficial Bombeiro Militar significa que deve dispor de larga base cultural, visão de tendências sociais e econômicas, facilidade de expressão, espírito empreendedor, liderança e ética em todas as suas atividades profissionais. Ser um profissional ágil diante das mudanças e sempre receptivo a inovações frequentemente propiciadas pela própria natureza da sociedade. Destacando-se como um profissional consciente dos seus deveres e direitos, capaz de ser solidário, de dialogar com profissionais de outras áreas e de participar com responsabilidade e competência do processo de integração e desenvolvimento social, político e econômico de Roraima e do Brasil.

Assim o aluno do curso integrar-se-á a sua área de atuação de serviços prestados a comunidade em geral, preparado, qualificado e aperfeiçoado para bem desenvolver das funções operacionais e das funções administrativas voltadas para o planejamento e Gestão institucional e melhor utilização de recursos humanos na atividade fim do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso apresenta uma organização curricular distribuída em 14 (quatorze) componentes curriculares de forma a possibilitar a construção do conhecimento dos cursistas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
O curso terá carga horária teórico-prática no total de 300 (trezentas) horas, que ocorrerá na modalidade EAD conforme especificado na Matriz Curricular.

Dessa forma, apresenta uma organização curricular flexível, possibilitando uma educação continuada, permitindo que o aluno acompanhe as mudanças de forma autônoma e crítica.

8.1. MATRIZ CURRICULAR

Quadro 01: Demonstrativo dos componentes curriculares e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO: SEGURANÇA		
ORD.	Componente Curricular	Carga Horária
1	Ambientação em AVA	20h
2	Estudo do Estado, Segurança Pública e Defesa Social	20h
3	Gestão de Pessoas	20h
4	Gestão Pública por Resultados	20h
5	Gestão Orçamentária e Financeira	20h
6	Gestão de Logística e Patrimônio	20h
7	Planejamento e Gestão de Projetos	20h
8	Ciência Política	20h
9	Planejamento Estratégico Aplicado à Defesa Social	20h
10	Sistema de Comando de Incidentes	20h
11	Intervenção e Emergência com Produtos Perigosos	20h



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

12	Sistema de Defesa Civil	25h
13	Direito Administrativo Aplicado à Segurança Pública	25h
14	Operações de Inteligência de Segurança Pública	30h
Total de carga horária dos componentes curriculares		300h

8.2 - Ementas

Componente Curricular: Ambientação em AVA

Carga Horária: 20h

Ementa: Ambiente Virtual de Aprendizagem. Fundamentos, Políticas e Legislação do EAD. Comunicação no EAD. Perfis no EAD. Como estudar no EAD. Regras de Convivência Virtual. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância; Ambientes virtuais de aprendizagem; Histórico da Educação a Distância; Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

Bibliografia: 1. LITWIN, Edith.(org.) Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed. 2001. 2. NETO, Francisco José da Silveira Lobo, Regulamentação da educação à distância: caminhos e descaminhos, In Silva, Marco.(Org.) Educação online. São Paulo:Edições Loyola, 2003.

Componente Curricular: Estudo do Estado, Segurança Pública e Defesa Social

Carga Horária: 20h

Ementa: Compreensão dos aspectos presentes nas relações estabelecidas entre Estado, Segurança Pública e Defesa Social, bem como o reconhecimento do papel do profissional de segurança pública na efetividade dessas relações, garantia dos preceitos legais e a promoção



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

da cidadania.

Bibliografia: 1. ARENDT, Hanna. Sobre violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 2. BAYLEY, David. Padrões de policiamento. São Paulo: Edusp, 2002. 3. BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva. São Paulo: Unesp, 1997. 4. BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1995. 5. BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria geral dos sistemas. BERTALANFFY, Ludwig Von; Ed. Vozes;1975. 6. CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. Polícia e estado de direito na América Latina. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004. 7. BECK, Ulrich, Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Editora 34, 2010, 1ª edição. 8. SAPORI, Luís Flávio. Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

Componente Curricular: Gestão de Pessoas

Carga Horária: 20h

Ementa: Antecedentes da Gestão de Pessoas; Conceito de Gestão de Pessoas; Planejamento estratégico; Modelagem de cargos, recrutamento, seleção de pessoal, admissão e desligamento nos serviços de saúde; Avaliação do desempenho humano; Remuneração, incentivos e benefícios; Desenvolvimento Organizacional: Treinamento e desenvolvimento; Segurança e salubridade nas organizações hospitalares.

Bibliografia: BÁSICA – 1. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 2. ROSSO, Fabrício. Gestão ou indigestão de pessoas?. Manual de sobrevivência para RH na área da saúde. São Paulo: Loyola, 2003. 3. PACHECO, Luzia. Capacitação e desenvolvimento de pessoas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 4. PONTELO, Juliana; CRUZ, Lucineide. Gestão de pessoas: manual de rotinas trabalhistas. 3. ed. Brasília: Senac, 2010. 5. FINAMOR, Ana Ligia Nunes. Gestão de pessoas em saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 6. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

peessoas. 3. ed. Rev.e Atual. São Paulo: Elsevier, 2010. COMPLEMENTAR – 1. LIMA, Frederico O. Direcionamento estratégico e gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2000. 2. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Recursos Humanos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 3. GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de Competência e Gestão dos Talentos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 4. OLIVEIRA, Aristeu de. Gestão de recursos humanos: manual de procedimentos e modelos de documentos. 2. ed. São Paulo: Atlas: 2003. 5. KANAANE, Roberto. Ética na Gestão de Recursos Humanos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Componente Curricular: Gestão Pública por Resultados

Carga Horária: 20h

Ementa: Demanda pelo melhor uso dos recursos arrecadados pelo governo e a prestação de serviços públicos de qualidade para atendimento das demandas sociais. Administração pública gerencial voltada para o cidadão, buscando padrões otimizados de eficiência e eficácia numa gestão pública por resultados, orientada por processos de avaliação contínua e de legitimação pela sociedade. O cidadão consciente de seus direitos, demandas atendidas de maneira eficaz, eficiente e efetiva, aliando rapidez na prestação dos serviços públicos, economicidade nas ações, transparência na gestão e prestação de contas sobre os atos dos gestores. Compreender os fundamentos da gestão pública para auxiliar as instituições de segurança pública, e a seus profissionais a criarem estratégias para a melhoria da gestão e dos serviços oferecidos.

Bibliografia: 1. ANDRADE, Sebastião Carlos de O. Mudanças e oportunidade na gestão pública: o novo cidadão. Rio de Janeiro, 2001. 2. DE OLIVEIRA, Fatima Bayma. (Org.) Política de gestão pública integrada. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008 3. DI PIETRO, Marial Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 4.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011. 4. FARAH Marta Ferreira S. et al. Novas experiências de gestão pública e cidadania. Rio de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Janeiro: FGV, 2000. 5. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1999. 6. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. 7. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 8. SANTIN, V. F. Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. 9. TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

Componente Curricular: Gestão Orçamentária e Financeira

Carga Horária: 20h

Ementa: Estrutura da Administração Pública Federal: Administração direta e Administração indireta. Princípios Orçamentários: Princípio da legalidade; Princípio da impessoalidade; Princípio da moralidade; Princípio da publicidade; Princípio da eficiência; Princípio da unidade; Princípio da universalidade; Princípio do orçamento bruto; Princípio da anualidade ou periodicidade; Princípio da não afetação das receitas; Princípio da discriminação ou especialização; Princípio da exclusividade; Princípio do equilíbrio; Orçamento Público: Conceitos; Aspectos e Funções do Orçamento; Ciclo Orçamentário e Tipos de Orçamento. Leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei do Orçamento Anual – LOA. Execução Orçamentária da Receita: Conceito; Classificação; Previsão, Lançamento, Cobrança, Arrecadação e Recolhimento. Execução Orçamentária da Despesa: Conceito; Classificação; Fixação, Reserva, Empenho, Liquidação e Pagamento; Créditos Adicionais; Restos a Pagar e Despesa de Exercício Anterior; Noções de licitações e contratos administrativos; Gestão Privada.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Bibliografia: BÁSICA – 1. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. 2. GIACOMONI, James. Orçamento público. 15. ed. ampl. rev. atual. 2010. 3. MARTINS, Domingos dos Santos. Administração financeira hospitalar. São Paulo: Atlas, 2005.

COMPLEMENTAR – 1. GITMAM, Laurence J. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010. 2. CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no Governo Federal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 3. LIMEIRA, André Luis Fernandes et al. Contabilidade para executivos. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 4. PADOVEZE, Clóvis Luís. Planejamento orçamentário. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 5. SOUSA, Antonio. Gerência financeira para micro e pequenas empresas: um manual simplificado. Rio de Janeiro: Elsevier: SEBRAE, 2007.

Componente Curricular: Gestão de Logística e Patrimônio

Carga Horária: 20h

Ementa: Conhecimentos técnico-gerenciais na área de administração de recursos materiais e patrimoniais do setor público e a sua inter-relação com as demais áreas da organização, fornecendo condições de aprendizagem no desenvolvimento e implantação dos processos de suprimento, armazenagem, licitações e movimentação de materiais.

Bibliografia: 1. BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2000. 2. DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. São Paulo. Atlas:2009. 3. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: Uma Abordagem Logística. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. **Bibliografia Complementar:** 1. DORNIER,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

PHILIPPE-PIERRE et al. Logística e operações globais: Texto e Casos. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 2. JUNIOR, José Calasans. Manual da licitação: Orientação Prática para o Processamento de Licitações, com Roteiros de Procedimento, Modelos de Carta-Convite e de Editais, de Atas de Sessões Públicas e de Relatórios de Julgamentos de Propostas. 1.Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 3. TAYLOR, DAVID A. Logística na Cadeia de Suprimentos: uma Perspectiva Gerencial. São Paulo: Editora Pearson Education/ADDISON WESLEY BRASIL: 2006.

Componente Curricular: Planejamento e Gestão de Projetos

Carga Horária: 20h

Ementa: Conceitos básicos sobre a gestão de projetos: reflexões sobre a relação entre projeto, subprojeto, programa e plano; diferenciação de projeto e processo; conceito de gestão; ciclo de vida; processos de gerenciamento; análise de atores envolvidos; participação na elaboração e gerenciamento; elaboração do plano; gestão integrada, monitoramento e avaliação do projeto.

Bibliografia: 1. LEITURA PARA O 1º DIA PMI. Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos. EUA: PMI, 2004. 3 ed. pp. 05-23. 2. LEITURA PARA O 2º DIA COTTA, Tereza C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público. 3. BROSE, Marcus (org). Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 4. MMA. Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Série Monitoramento e Avaliação. 5. PFEIFFER, Peter. Conceitos Básicos. In: Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento: conceitos, instrumentos e aplicações. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2005.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Componente Curricular: Ciência Política

Carga Horária: 20h

Ementa: Estudo das diferenças e semelhanças entre Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Apresentação dos conceitos de Poder, Legitimidade, Autoridade. Conceito de Política como relações de poder. Origem e Evolução do Estado. Teorias sobre a origem do Estado (Natural x Contratual) Formas de surgimento dos Estados. Elementos Constitutivos do Estado Moderno. A relação entre Estado e Nação. Formas de Governos: Monarquias e Repúblicas. Regimes Políticos: Democracias e Ditaduras.

Bibliografia: 1. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005. 2. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB, 2007. 3. WEFFORT, Francisco. (org) Os Clássicos da Política. 2v .São Paulo: Ática, 2003. 4. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo:Saraiva,2005. 5. MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Martins Fontes. 2001. 6. RIBEIRO, João Ubaldo. (1998). Política. quem manda, por que manda, como manda. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010. 7. ARENDT, Hannah. O que é política. Ursula Ludz (org.). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 8. ENGELS, F. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado.São Paulo: Editora Escala, 2012.

Componente Curricular: Planejamento Estratégico Aplicado à Defesa Social

Carga Horária: 20h

Ementa: Discutir as abordagens conceituais sobre Gestão Pública, Governabilidade e Modelos de Planejamento, dentre eles o Normativo, Situacional e Estratégico. Fornecer instrumentais teóricos e práticos que possibilitem elaborar planos de ação, programas e planejamento na área de políticas públicas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Bibliografia: 1. BEATO, Claudio C. Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/polpub.htm>. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFGM. 2. CACCIABAVA, Silvio; PAULICS, Venonika; SPINK, Peter (orgs). Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ FGV-EAESP, 2002.3. COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004. 4. HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES. [online]. nov. 2001, vol.21, no.55, p.30-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> 5. JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP, Editora Alínea, 2001. 6. MATUS, Carlos. Política, Planejamento e Governo. Tomo 1 e 2, Brasília, IPEA, 1993. 7. MELO, Marcus André B. e SILVA, Pedro Luiz B. O processo de implementação de Política Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas, Unicamp, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEEP, Caderno n. 48, 2000. 8. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 9. OKLINGER JUNIOR, Mantovaneli. Políticas Públicas no Século XXI. A perspectiva da gestão multicêntrica. Blumenau, Edifurb, 2006. 10 SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. Estudos Avançados. [online]. 2006, vol. 20, no. 56, pp. 91-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> . ISSN 0103-4014.

Componente Curricular: Sistema de Comando de Incidentes

Carga Horária: 20h

Ementa: O Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é uma ferramenta de gerenciamento que tem como objetivo a estabilização do incidente e a proteção da vida, da propriedade e do meio ambiente.

Bibliografia: 1. ARAÚJO, Sérgio B. Administração de Desastres. [S.l]: 2010. p.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

102-120. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/36254159/25/Acidentes-com-Multiplas-Vitimas-AMV>. Acesso em 10 ago 2018. 2. BORGES SOBRINHO, Cléber J. Atendimento a Acidentes de Trânsito com Múltiplas vítimas: com aplicação do Sistema de Comando de Incidentes na Rodovia BR-153 na Região da Cidade de Paraíso do Tocantins. Brasília-DF: POSEAD, 2011. 3. BRASIL. Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos. (BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001. 4. BRASIL. Manual do Curso de Sistema de Comando de Incidentes, Secretaria Nacional de Segurança Pública - MD, Brasília, 2007. 3.4 ÁREA TEMÁTICA IV - MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS Disciplina: Sistema de Comando de Incidentes - SCI 273 5. BRASIL. Manual Política Nacional de Defesa Civil, Secretaria Nacional de Defesa Civil - MI, 2008. 6. BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (SENASP). Rede de Educação a Distância para Segurança Pública. Curso Sistema de Comando de Incidentes. Disponível em: <https://ead.senasp.gov.br/>. Acesso em: 10 ago 2018. Acesso ao conteúdo com login e senha. 7. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Manual de Sistema de Comando de Incidente: SCI. CBMDF, 2011. Disponível em: <http://www.cbm.df.gov.br>. Acesso em 10 ago 2018. 8. PAIXÃO, Lisandro. O Sistema de Comando de Incidentes. Brasília: CBMDF, 2006 (monografia: CAO).

Componente Curricular: Intervenção e Emergência com Produtos Perigosos

Carga Horária: 20h

Ementa: As emergências envolvendo produtos perigosos possuem características especiais que as diferenciam das demais. Nas ocorrências comuns, as ameaças ficam restritas ao lugar (espaço) e momento (tempo) no qual ocorreram, sem que haja possibilidade dessas ameaças ultrapassarem para outros lugares ou estender seus efeitos por semanas, meses e até anos. Já, nas ocorrências com os produtos perigosos têm por características a extrapolação dos limites temporais e espaciais, ou seja, um profissional de segurança pública que tenha contato com produtos perigosos pode, potencialmente, levar esse contaminante para áreas distantes do



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

local do acidente, bem como sofrer efeitos da exposição por horas, dias, meses e até anos após a exposição inicial. Por isto, as primeiras atitudes definirão os passos a serem seguidos no atendimento das ocorrências.

Bibliografia: 1. ABIQUIM, Departamento Técnico, Comissão de Transportes. Manual para atendimento de Emergências com Produtos Perigosos. 5ª Ed. São Paulo. P. 2006. 2. ARAUJO, Giovanni Moraes de. Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos: Gerenciamento de emergência química. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora, 2005. 3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7503: ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos: características e dimensões. Publicada em mar. 2000. 4. _____. NBR 7500: símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais. Publicada em mar. 2000. 3.8 ÁREA TEMÁTICA VIII - FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA Disciplina: Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos 349 5. _____. NBR 9735: conjunto para situações de emergência no transporte rodoviário de produtos perigosos. Publicada em ago. 1999. 6. _____, Ministério dos Transportes. Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte de produtos perigosos. Agência Nacional de Transportes Terrestres. Brasília: ANTT, 2004.. 7. BRASIL. Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988. Aprova o regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 maio 1988, p. 8.737/41. 8. PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS COM PRODUTOS PERIGOSOS (P2R2), Manual de Atendimento às Emergências, Brasília, 2007.

Componente Curricular: Sistema de Defesa Civil

Carga Horária: 25h



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Ementa: A Política Nacional de Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608 de 04 de outubro de 2012, prevê atuação articulada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com participação da sociedade, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas. Sendo assim, conhecer o sistema de defesa civil, as suas relações com os demais órgãos de segurança pública, bem como a sua política são imprescindíveis para a atuação do bombeiro militar.

Bibliografia: 1. BRASIL. Manual Segurança Global da População. Secretária Nacional de Defesa Civil - MI, 2007. 2. BRASIL. Fundamentos doutrinários. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra, 2001. 3. BRASIL. Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998. 4. UFSC. Manual do Curso Gestão de Riscos de Desastres: contribuições da Psicologia. Santa Catarina: UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/cursos-e-eventos/gestao-de-riscos-e-de-desastres-contribuicoes-da-psicologia>. Acesso em 10 ago 2018 (Download grátis) 5. BRASIL. Lei nº12.340, 01DEZ10 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012. 6. BRASIL. Portaria nº607, 18AGO11 - Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012. 7. BRASIL. Portaria nº 037, 31JAN12 - Altera a Portaria nº 607, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012. 8. BRASIL. Lei nº12.608/12, 10ABR12 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil -SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.

Componente Curricular: Direito Administrativo Aplicado à Segurança Pública

Carga Horária: 25h

Ementa: Conhecer a doutrina do Princípio da Universalidade; Princípio da Continuidade; Princípio da Cortesia; Princípio da Legalidade ou Juridicidade; Princípio da Impessoalidade; Princípio da Moralidade; Princípio da Publicidade; Princípio da Eficiência; Princípio da Razoabilidade, como norteador dos serviços oferecidos pelo Estado, enquanto Instituição. Conhecer a doutrina de cada princípio, observando a funcionalidade e dispositivo de cada doutrina, como forma de orientar as ações e aplicações do Estado, enquanto Instituição Bombeiro Militar. Conhecer e manter a ordem pública, em uma era marcada pela violência, perante os princípios e as limitações inerentes ao modelo normativo do Estado Constitucional e Democrático de Direito.

Bibliografia: 1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 10 de agosto de 2018. 2. DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Código de Processo Penal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-LEI/De13689.htm. Acessado em 10 de agosto de 2018. 3. Plano Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/biblioteca>. Acessado em 10 de agosto de 2018. 4. Antony, Márcio Moraes. Sniper Policial: um guia para as polícias brasileiras. S/ed., Manaus, 2004. 5. Moraes, Alexandre. Direitos Humanos Fundamentais. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2005. 6. PRINCÍPIOS orientadores da segurança pública e limitadores da atividade policial, à luz da Constituição Federal e das modernas tendências legislativas. Disponível em: http://www2.tjam.jus.br/esmam/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9&I



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

temid=89. Acessado em 10 de agosto de 2018.

Componente Curricular: Operações de Inteligência de Segurança Pública

Carga Horária: 30h

Ementa: De acordo com a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DENISP 2010) a atividade de inteligência de segurança pública (ISP) é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos - tanto em nível federal, como estadual -, à tomada de decisões e a elaboração de políticas de planos de segurança pública. A atividade de inteligência de segurança pública contribui para o enfrentamento da violência e da criminalidade, principalmente, em relação aos crimes de alta complexidade, pois procura identificar, compreender e tornar patente os aspectos da ação criminosa, difíceis de serem detectados pela utilização de meios tradicionais de investigação policial. A disciplina de “Operações de Inteligência de Segurança Pública” visa à orientação para o correto posicionamento do profissional de segurança pública na temática da atividade de inteligência

Bibliografia: 1. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Conselho Consultivo do Sisbin. Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns. Brasília, 2004. 2. ANTUNES, Priscila Carlos B. SNI & ABIN: entre a teoria e a prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 3. BRAGA, Pedro Luis de Araújo. O papel da atividade de inteligência em uma sociedade democrática. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1998. (Dissertação apresentada no Curso de Altos Estudos Estratégicos. Exército Brasileiro). 4. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, Brasília, 2009, p. 13. 5. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz Doutrinária para a Atividade de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Inteligência de Segurança Pública: Relatório Técnico. Belo Horizonte: [s.n.], 2005. GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2009. 6. CEPIK, Marco Aurélio. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 7. FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. A Inteligência e a Gestão da Informação Policial. Brasília: Fortium, 2008. 8. SCHNIDER, Rodolfo Herberto. Abordagens Atuais em Segurança Pública. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, cumulativa e formativa, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, de acordo com a letra “a”, do Inciso V, do Art. 24, da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

A avaliação acontecerá em diferentes níveis conforme previsto na Organização Didática do IFRR. No contexto da EAD, a avaliação é percebida como um processo contínuo que abrangerá tanto as avaliações nos encontros presenciais, como a participação do aluno nas atividades indicadas no ambiente virtual de aprendizagem.

Na dimensão presencial, as avaliações ocorrerão na estrutura física do IFRR/*Campus* Boa Vista, na dimensão virtual, as atividades avaliativas serão através da internet, softwares, programas virtuais. Assim, as avaliações do conhecimento adquirido pelo aluno poderá ser realizado por meio da combinação de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) dos seguintes elementos:

- Observação contínua;
- Elaboração de portfólio;
- Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- Avaliações escritas;
- Resolução de exercícios;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- Relatórios;
- Avaliações práticas;
- Avaliações orais;
- Visita técnica com relatório das atividades desenvolvidas.

O acompanhamento ao aluno deverá ser sistemático com intervenções focais quando necessárias visando o desenvolvimento individual adequado e exigido pelo curso. A avaliação deverá ser contínua em cada componente curricular. O docente poderá valer-se dos instrumentos didáticos usuais, a seu critério, desde que informe ao aluno antecipadamente. Deverá também, o professor, manter informada a coordenação sobre o desempenho acadêmico do aluno.

Será considerado aprovado o aluno que cumprir com totalidade as seguintes condições:

- Ter frequência mínima de 75% em cada componente curricular, na forma presencial e participar de pelo menos 60% das atividades no ambiente virtual de aprendizagem e 40% no encontro presencial.
- Cursar todos os componentes curriculares que integram o curso com aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0 a 10.

Os alunos com menor rendimento de aprendizado serão submetidos à recuperação de forma paralela, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa, dadas as especificidades de um curso de qualificação FIC de curta duração.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

As instalações a serem utilizadas para os encontros presenciais, assim como para as orientações de professores e estudantes, serão as instalações do IFRR *Campus* Boa Vista, sendo as instalações e os equipamentos:

- Sala de aula climatizada;

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 67/2018
Publicado em 07 de Dezembro, de 2018



- Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
- Sala do Laboratório de informática contendo quinze computadores com CPU, teclado, mouse e outros;
 - Biblioteca;
 - Projetor multimídia;
 - Acesso à internet;
 - Tela de projeção;
 - Quadro branco;
 - Pincel para quadro branco;
 - Apagador para quadro branco.

11. PESSOAL DOCENTE

Quadro 02: Pessoal Docente necessário ao funcionamento do curso.

ORD.	Descrição	Carga Horária	Quantidade
1	Docente com graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	20h	1
2	Docente com graduação na área de Segurança Pública ou Especialista em Segurança Pública e Defesa Social	20h	1
3	Docente com graduação em Gestão Pública ou Secretariado Executivo ou Administração ou Tecnólogo em Recursos Humanos	20h	1
4	Docente com graduação em Administração ou Gestão Pública	20h	1
5	Docente com graduação em Administração/Gestão Pública/Economia/Contabilidade	20h	1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

6	Docente com graduação em Administração/Gestão Pública/Contabilidade/Engenharia de Produção/Oficial Superior do CBMRR	20h	1
7	Docente com graduação Administração/Gestão Pública/Contabilidade ou Especialista em Gestão de Projetos/ Oficial Superior do CBMRR	20h	1
8	Docente com graduação em Ciências Sociais/Sociologia/Filosofia/Ciência Política	20h	1
9	Docente com graduação Gestão de Riscos Coletivos, graduação em Gerenciamento de Emergência e Desastres e/ou Especialista na área de Defesa Social/ Oficial Superior do CBMRR	20h	1
10	Docente com graduação Gestão de Riscos Coletivos, graduação em Gerenciamento de Emergência e Desastres e/ou Especialista na área de Defesa Social com o Curso de Sistema de Comando de Incidentes com nível Intermediário/ Oficial Superior do CBMRR/ Oficial Superior do CBMRR	20h	1
11	Docente com graduação Gestão de Riscos Coletivos, graduação em Gerenciamento de Emergência e Desastres e/ou Especialista na área de Produtos Perigosos	20h	1
12	Docente com graduação Gestão de Riscos Coletivos, graduação em Gerenciamento de Emergência e Desastres e/ou Especialista na área de Defesa Social/ Oficial Superior do CBMRR	25h	1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

13	Docente com graduação em Direito	25h	1
14	Docente com Graduação com curso em Inteligência em Segurança Pública/ Oficial Superior do CBMRR	30h	1
Total de docentes necessários			14

12. CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTES DO CURSO

Os alunos que concluírem o curso e obtiverem a frequência mínima de 75% e um aproveitamento mínimo de 70% nos componentes curriculares receberão o *Certificado de Qualificação Profissional em: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.*



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 10 de agosto de 2018.

BRASIL. Decreto 7988-e de 05 de junho 2007. Dispõe sobre a Aprovação e Instituição do Regimento Interno da Academia de Polícia Integrada do Estado de Roraima e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 15.119-E de 22 de fevereiro de 2013, Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 1836 de 04 de dezembro de 1989 - Regulamenta da Lei de Promoção de Oficiais PMRR_RPO. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Guia de Cursos FIC. 4ª Ed.

BRASIL. LEI 6752 DE 17 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre a Promoção dos Oficiais da ativa das Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília – DF. Disponível em <http://www.imprensanacional.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 052 de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 194 de 13 de fevereiro de 2012. Institui o Estatuto dos Militares
Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 67/2018
Publicado em 07 de Dezembro, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
do Estado de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em
<http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES - Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: file:///E:/Lei%20de%20Diretrizes%20e%20Bases%20-%20Lei%209394_96%20_%20Lei%20n%C2%BA%209.394,%20de%2020%20de%20dezemdez%20de%201996,%20Presid%C3%A2ncia%20da%20Republica.html. Acessado em: 10 de agosto de 2018.

BRASIL. LEI Nº 963 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014. Institui o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Roraima - CEDM/RR e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DE ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Brasília, DF 2014. Disponível em http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2018.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 139-CONSELHO SUPERIOR, de 10 de setembro de 2013. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

APRECIÇÃO/APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO/PROGRAMA/ATIVIDADE

PARECER DA DIRETORIA / COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO CAMPUS

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto/Programa/Atividade de Extensão.

Data:

Assinatura

PARECER DA DIRETORIA / COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a dotação financeira e orçamentária deste *Campus*, é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto/Programa/Atividade de Extensão.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Data:

Assinatura

PARECER DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS*

Esta Direção Geral, considerando os pareceres anteriores é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto/Programa/Atividade de Extensão.

Data:

Assinatura



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 404-CONSELHO SUPERIOR, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018.

**APROVA O PLANO DE CURSO
TÉCNICO, EM AGENTE
COMUNITÁRIO DE SAÚDE
SUBSEQUENTE, NA MODALIDADE
EAD, NO CAMPUS AVANÇADO DO
BONFIM DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE RORAIMA (IFRR).**

O Presidente em exercício do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23229.000371.2016-98 e a decisão do colegiado tomada na 57.ª sessão plenária, realizada em 6 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, o Plano de Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde Subsequente na Modalidade Educação à Distância (EAD), do *Campus* Avançado do Bonfim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme anexo desta resolução.

Art. 2.º Autorizar que os demais *campi* do IFRR utilizem o Plano do Curso aprovado por esta Resolução

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 31 de outubro de 2018.

NADSON CASTRO DOS REIS

Presidente em exercício

Portaria n.º 1692/2018/GR

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)

Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 67/2018

Publicado em 07 de Dezembro, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



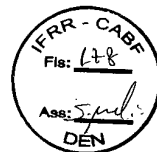
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DIRETORIA DO *CAMPUS* AVANÇADO DO BONFIM

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO
SUBSEQUENTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
DO *CAMPUS* AVANÇADO DO BONFIM**

**BONFIM – RR
2013**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM**

REITORA

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diogo Saul Silva Santos

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sandra Grutzmacher

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Regina Ferreira Lopes

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Nadson Castro dos Reis

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA**

Fabiana Leticia Saraini

DIRETORA GERAL DO CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

DIRETOR GERAL DO CAMPUS NOVO PARAÍSO

Eliezer Nunes Silva

DIRETOR GERAL DO CAMPUS AMAJARI

George Sterfson Barros

DIRETORA GERAL DO CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

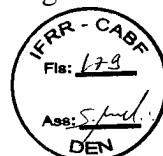
Maria Aparecida Alves de Medeiros

DIRETORA GERAL DO CAMPUS AVANÇADO BONFIM

Leila Marcia Ghedin



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM**

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
PORTARIA N° 191/IFRR-CAB, de 27 de julho de 2016**

**JÉSSICA CAROLINA FAVERSANI (Presidente)
CÍCERO THIAGO MONTEIRO DANTAS REIS
FERNANDA SILVA DO CASAL
MARIANA DA SILVA SOUZA**

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 67/2018
Publicado em 07 de Dezembro, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. APRESENTAÇÃO	6
3. JUSTIFICATIVA	11
4. OBJETIVOS	12
4.1 Objetivo Geral	12
4.2 Objetivos Específicos	12
5. REQUISITOS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.....	13
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	14
6.1 Área de Atuação do Egresso	14
6.2 Acompanhamento do Egresso.....	15
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	15
7.1 Estrutura Curricular.....	16
7.2 Apresentação Gráfica do Processo Formativo	17
7.3 Ementário:	18
7.4 Terminalidades Intermediárias:.....	28
7.5 Prática Profissional Integrada:.....	28
7.6 Estágio Curricular	28
7.7 Trabalho de Conclusão de Curso	29
7.8 Práticas Interdisciplinares	29
7.9 Atividades Complementares	29
8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO:	29
8.1 Avaliação da Aprendizagem	29
8.2 Avaliação do Curso.....	31
8.3 Avaliação da Proposta Pedagógica do Curso.....	31
8.4 Atendimento ao Discente.....	32
9. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS.....	32
10. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	34
11. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA.....	34
12. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	35
12.1 Tabela de Pessoal Docente.....	36
12.2 Pessoal Técnico	36
13. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS.....	37
14. REGISTRO PROFISSIONAL.....	37
15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Dados gerais – Tipo:

- Bacharelado Sequencial Licenciatura
 Curso Superior de Tecnologia

Técnico:

- Integrado Concomitante Interno Concomitante Externo
 Subsequente Outros

Modalidade:

- Presencial A distância

Denominação do Curso: Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Habilitação: Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Local de Oferta: *Campus* Avançado do Bonfim.

Tempo de integralização do curso: 3 semestres (1 ano e meio).

Número de vagas: 30.

Carga Horária Total: 1360 horas.

Periodicidade de oferta: Semestral

Coordenador: Pedro Paulo Ramos Ribeiro Nascimento

Diretor Geral: Leila Marcia Ghedin

Coordenador Administrativo: Rafael Brandão Rubin

Coordenador de Pesquisa: Eliselda Ferreira Corrêa

Coordenador de Extensão: Theresa Bernadette Morenne Persaud

Diretor de Ensino: Reginaldo de Lima Pereira ?



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR é originário da extinta Escola Técnica implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987 com os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações. Por meio do Decreto nº 026 (E) de 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima criou a Escola Técnica de Roraima. O Parecer nº26/89 do Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos cursos por ela ministrados e tornou válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento.

Por força da Lei Federal nº 8.670 de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, iniciando, em 1994, suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-Território Federal de Roraima, incorporando ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos e absorvendo todos os alunos matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

A partir dessa data, a Escola iniciou um Programa de Expansão de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos – ensino fundamental – 5ª a 8ª série, Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física – totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 alunos.

Em dezembro de 1994 a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, por meio da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, publicada no DOU nº 233, de 9 de dezembro, Seção I. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu por meio do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221, Seção I, tendo a referida solenidade ocorrida no dia 10 de dezembro de 2002.

Com a transformação dessa Instituição em CEFET-RR a comunidade interna preparou-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e superior. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta vinculada à transformação da ETF-RR em CEFET-RR.

Em 2005, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, promovendo a implantação de Unidades Descentralizadas – UNED's em

6



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



diversas unidades da federação, sendo o CEFET-RR contemplado na fase I com a UNED Novo Paraíso, no município de Caracará, região sul do Estado. As atividades pedagógicas da UNED Novo Paraíso, tiveram início em agosto de 2007 com 172 alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma com 22 alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Em 11 de novembro de 2007, a UNED de Novo Paraíso foi inaugurada, com a presença “in loco” do Ministro da Educação Fernando Haddad.

Na fase II, o CEFET-RR foi contemplado com a UNED Amajari, localizada na região norte do Estado, no município de Amajari, que iniciou suas atividades atendendo a 70 alunos matriculados no curso Técnico em Agricultura, funcionando provisoriamente no espaço físico da Escola Estadual Ovídio Dias, mediante parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação. Em setembro de 2012 o Campus Amajari foi oficialmente entregue à comunidade e em dezembro de 2012 foi oficialmente inaugurada pela presidenta da república em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e muda a denominação das unidades passando de UNED para Campus. O IFRR foi criado por essa lei mediante a transformação do CEFET-RR em Instituto Federal.

Em 2010 foi lançada a fase III do plano de expansão da Rede Federal e o IFRR contemplado com uma unidade (campus), cujo processo de construção e implantação está em andamento na zona oeste de Boa Vista, bem como em 2014 o IFRR foi contemplado com mais uma unidade, o *Campus Avançado* do Bonfim igualmente em processo de implantação.

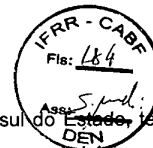
Atualmente, o IFRR está estruturado com uma Reitoria, quatro *Campi* e um Campus Avançado, distribuídos pelo estado, conforme mostra a figura 01 e detalhamento a seguir:

a) *Campus Boa Vista* – Pré-expansão, localizado na região central do Estado, em Boa Vista. Tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Mucajaí e Iracema;

7



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



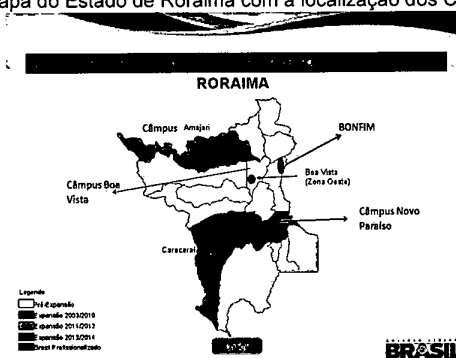
b) *Campus Novo Paraíso* – Fase I, localizado na região sul do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Caracarái, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis;

c) *Campus Amajari* – Fase II, localizado na região norte do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre;

d) *Campus Zona Oeste* – Fase III, localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista, atualmente em fase de construção e Implantação.

e) *Campus Avançado do Bonfim* - Fase III, localizado no Município do Bonfim, atualmente em fase de construção e Implantação.

Figura 01: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos Campus do IFRR



Fonte: Brasil, MEC/SETEC

No *Campus Boa Vista* são ofertados 11 cursos de graduação, sendo 04 Cursos Superiores de Tecnologia e 07 Cursos de Licenciatura, dos quais 02 são ofertados pelo Programa PARFOR, via plataforma Freire da CAPES e 01 ofertado via Educação a Distância - EAD; 03 Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, sendo 01 ofertado via EAD; 24 Cursos Técnicos de Nível Médio presenciais, dos quais 04 são ofertados pelo Programa Pró Funcionário via Rede e-TEC.

No *Campus Novo Paraíso* são ofertados 03 Cursos Técnicos, sendo 02 presenciais funcionando em regime integral com habilitação em Agropecuária e

8



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Agricultura Integrado ao Ensino Médio, 01 subsequente em Agropecuária desenvolvido no regime de Alternância - internato pleno.

No Campus Amajari está sendo ofertados os Cursos de Agropecuária em Regime de Alternância e Tecnólogo em Aquicultura.

No Campus Zona Oeste está sendo ofertado 02 Cursos Técnicos Subsequente, sendo 01 em Serviços Públicos e 01 em Comércio.

No *Campus* Avançado do Bonfim oferta-se o Curso Técnico Subsequente em Comércio Exterior e em Administração.

Além dos cursos regulares, nos *campi* do IFRR são ofertados também, Cursos de Qualificação Profissional de Formação Inicial e Continuada – FIC, Cursos do Programa Mulheres Mil e do PRONATEC. Atualmente o IFRR atende a um total de 8.944 alunos, sendo 4.231 matriculados nos cursos Técnicos, Superiores e de Pós-graduação e 4.713 alunos matriculados nos cursos do PRONATEC, Mulheres mil e Pró Funcionário/e-TEC. Para dar conta dessa demanda o IFRR conta com um quadro de pessoal constituído por 229 Docentes Efetivos e 224 Técnicos-Administrativos em Educação, distribuídos em seus *Campi* e Reitoria. A área de atuação do IFRR se estende pela soma das áreas de abrangência de todos os seus Campus, o que significa dizer praticamente todo o Estado de Roraima, incluindo também, especialmente através dos Campus Boa Vista e Amajari, o atendimento às comunidades indígenas das diferentes etnias, cuja localização está definida de acordo com a demarcação e homologação das terras indígenas, conforme figura 02 abaixo:

Figura 02: Mapa do Estado de Roraima com a identificação das áreas indígenas



FONTE: PDI - IFRR

9



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



No entanto, as limitações impostas, pelas peculiaridades regionais do estado nos aspectos socioeconômicos, ambientais, geográficos e inclusive humano especialmente no que se refere à constituição e localização da sua população pulverizada em pequenas comunidades sediadas em localidades com grandes distâncias entre si, enfrentando dificuldades de mobilidade e de acesso à informação, às oportunidades educacionais e de formação profissional, fazem com que atualmente uma grande parcela da população do estado não tenha acesso às ações do IFRR. Seja porque não podem se deslocar até as unidades existentes, seja porque o IFRR ainda não atingiu essas comunidades com suas ações.

Com essa nova estrutura, o reitor do IFRR, professor Ademar de Araújo Filho apresentou na Câmara de Vereadores de Bonfim, em sessão plenária, na noite do dia 25 de junho de 2013, o Projeto de Implantação do *Campus Avançado*, destacando a importância deste para desenvolvimento de atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços daquela localidade e seu entorno. Após a explanação, os vereadores decidiram por unanimidade, a doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para a construção do *Campus Avançado* do Bonfim. Naquele momento, teve-se o marco legal da existência do *Campus Avançado* do Bonfim.

No dia 23 de julho de 2013, com a presença da prefeita do Bonfim Lizete Spies no gabinete do reitor do IFRR, foi oficializada a assinatura do termo de cessão do terreno onde deverá ser construído o prédio do *Campus Avançado* naquele município.

Após criterioso estudo de demanda e assinatura do termo de compromisso de cessão do terreno, foi apresentada à comunidade do Município do Bonfim, a previsão de início das atividades para o segundo semestre de 2014, ofertando o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, funcionando provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Frente a essa realidade e visando o cumprimento de sua função social, o IFRR apresenta esta proposta pedagógica contendo as descrições do objetivo geral e dos objetivos específicos e as diretrizes que nortearão a Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, na modalidade à distância, com a

10



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



socioeconômico da região articulados aos processos de democratização de acesso à formação profissional. Para continuar expandindo suas ações e para melhor atender à demanda que se apresenta no Município do Bonfim, fundamentando-se ainda em resultados de estudos de viabilidade. Portanto, se a missão da Rede Federal é contribuir para o processo de desenvolvimento social e econômico do país, então não se pode existir melhor justificativa para a implantação do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Sendo assim, essa proposta, enquanto instrumento de construção coletiva, apresenta como justificativa os seguintes itens: A atuação do IFRR no Município do Bonfim e às comunidades do entorno; os baixos índices socioeconômicos e os altos índices de desigualdades persistentes na região, demandando a presença do poder público com ações afirmativas que possibilitem ao cidadão a superação de suas limitações, a inserção produtiva no mundo do trabalho e a inclusão social; melhoria exponencial das tecnologias e técnicas educacionais; ampliação de oportunidades, permitindo uma educação de qualidade para todos; ampliar as oportunidades de acesso para a educação profissional por meio do ensino à distância.

Além das comunidades do município, também integra a área de abrangência do *Campus* Avançado do Bonfim as comunidades localizadas ao norte do Município de Cantá e as comunidades do Município de Normandia.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Formar um profissional atuante, comprometido com a função social e científica, que seja capaz de articular teoria à prática de forma competente, empreendedora e inovadora, compatíveis com a área de Agente Comunitário de Saúde.

4.2 Objetivos Específicos

- ✓ Proporcionar aos discentes, formação humanística, técnica e cidadã, como subsídios ao desenvolvimento dos princípios do Agente Comunitário de Saúde em sua região;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



- ✓ Proporcionar ao profissional Agente Comunitário de Saúde, ~~ações~~ que desenvolvam postura crítica e reflexiva para a melhoria contínua das instituições públicas em saúde;
- ✓ Qualificar profissionais para atuarem nas Unidades de Saúde, em equipes multiprofissionais, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, exercendo atividades de proteção e promoção da saúde, prevenção de doenças e no processo de educação em saúde, de forma responsável, proativa, crítica e criativa.
- ✓ Desenvolver a educação profissional integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- ✓ Capacitar pessoas para a atuação na prestação de serviços na área de saúde junto a indivíduos ou grupos e a comunidade.
- ✓ Proporcionar a habilitação profissional, observando-se as exigências e expectativas da comunidade regional;
- ✓ Formar profissionais capazes de entender o perfil epidemiológico e identificarem situações de risco em sua área de atuação;
- ✓ Colocar à disposição da sociedade um profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades.
- ✓ Enfatizar, paralelamente à formação profissional específica, o desenvolvimento de todos os saberes e valores necessários ao profissional cidadão, tais como o domínio da linguagem, o raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade, ética entre outros.

5. REQUISITOS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA

O acesso ao Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, subsequente na modalidade de Educação a Distância do *Campus* Avançado do Bonfim será realizado anualmente, em uma única etapa, através da avaliação do histórico escolar para ingresso no primeiro módulo. O processo seletivo será oferecido a candidatos que tenham certificado de conclusão do Ensino Médio. A distribuição das vagas para as políticas de ações afirmativas/cotas sociais em cumprimento a Lei Nº 12711, de 29 de agosto de 2012, para o acesso ao Curso Técnico em Agente

13



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Comunitário de Saúde, subsequente na modalidade de Educação a Distância, serão reservadas 50% das vagas, sendo distribuídas entre os estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e por estudantes que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Profissional do Curso Técnico Subsequente em Agente Comunitário de Saúde deverá:

- ✓ Entender o Perfil Epidemiológico, Ambiental e Sanitário e identificar situações de risco à saúde da população de sua área de atuação.
- ✓ Planejar e executar junto a equipe de Estratégia de Saúde da Família ações de Promoção da Saúde.
- ✓ Apresentar capacidade de Atuação Social, identificando e notificando a existência de trabalho infantil, violência contra a mulher e ao idoso, trabalho escravo, dependentes químicos, junto à comunidade em que atua.
- ✓ Entender de sua importância como agente de mudança social.
- ✓ Demonstrar iniciativa e compromisso com a sua função social.
- ✓ Ter formação humanística integrada à formação técnica, tecnológica e científica.
- ✓ Ser crítico, reflexivo e dinâmico na busca de novos conhecimentos.

Além disso, é de suma importância a capacidade de compreender a cultura, os hábitos e costumes da região em que atua. Sendo assim, o respeito ao próximo e a capacidade de ouvir, tornam-se fatores de sucesso para este profissional. Portanto, esse profissional deve integrar a formação técnica à cidadania, na busca do conhecimento e melhorias na qualidade de vida do cidadão atendido.

6.1 Área de Atuação do Egresso

O Profissional Técnico em Agente Comunitário de Saúde pode atuar no Sistema Único de Saúde (SUS), prestando serviços em unidades básicas de

14



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



atendimento. Esse profissional está apto a realizar atividades, como domicílios, realizar o mapeamento, fazer o cadastramento de dados, encaminhar aos serviços de saúde, analisar as informações obtidas e atuar em campanhas de conscientização.

6.2 Acompanhamento do Egresso

Sendo um recurso fundamental para a construção de políticas nas ações institucionais do IFRR, o *Campus* Avançado do Bonfim, prevê a criação do Núcleo de Políticas de Acompanhamento do Egresso, objetivando identificar as opiniões dos egressos acerca da sua formação acadêmica e sua atuação no mundo do trabalho, considerando a estrutura de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, o Núcleo desenvolverá as seguintes ações:

- ✓ Construção de banco de dados com informações que possibilitem manter com o egresso comunicação permanente;
- ✓ Proporcionar ao egresso atualização acadêmica oferecendo cursos, seminários e palestras direcionadas à complementação profissional;
- ✓ Realizar o registro pessoal e socioeconômico dos egressos;
- ✓ Identificar a aceitação do nosso egresso junto ao mercado de trabalho;
- ✓ Realizar processo de auto avaliação atual do egresso;
- ✓ Realização de parcerias com empresas e instituições que gerem oportunidades aos egressos.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, subsequente na modalidade de Educação a Distância, observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, bem como, as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR, a observância a Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012, Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004 e a Lei 9394/96.

A Proposta Curricular do Curso foi desenvolvida com o objetivo de garantir a formação integral do discente, através da formação técnica, e a sua inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, o currículo deve oportunizar aos discentes a aquisição das competências e habilidades previstas no perfil profissional, como

15



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



também o desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos.

Nessa perspectiva, o currículo será desenvolvido através de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos como: atividades teóricas, demonstrativas, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca, objetivando o diálogo constante com os discentes, a troca e o fortalecimento de experiências.

7.1 Estrutura Curricular

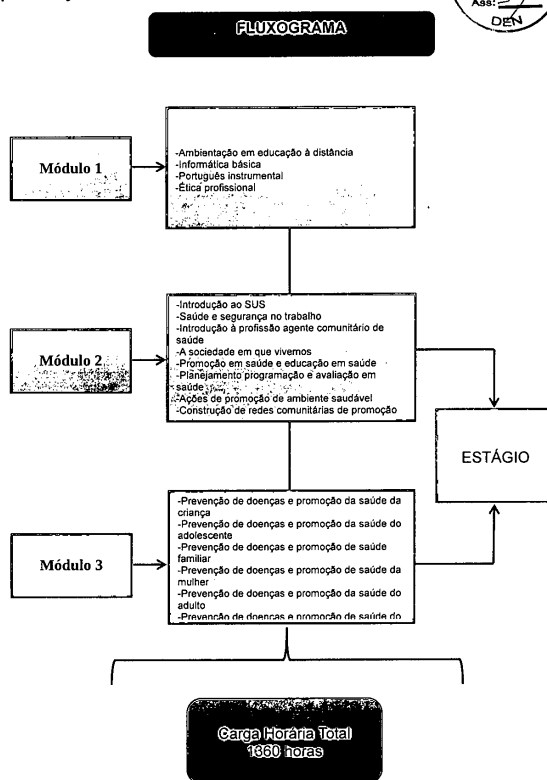
PARTE DIVERSIFICADA	MOD 1	MOD 2	MOD 3	CH
Ambientação em educação a distância	45			45
Informática básica	45			45
Português instrumental	45			45
Ética profissional	30			30
TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA	165			165
PARTE TÉCNICA				
Introdução ao SUS		60		60
Saúde e segurança no trabalho		60		60
Introdução à profissão de agente comunitário de saúde		60		60
A sociedade em que vivemos		60		60
Promoção e educação em saúde		60		60
Planejamento, programação e avaliação em saúde		60		60
Ações de promoção de ambiente saudável		75		75
Construção de redes comunitárias de promoção de saúde		75		75
Prevenção de doenças e promoção da saúde da criança			75	75
Prevenção de doenças e promoção da saúde do adolescente			75	75
Prevenção de doenças e promoção da saúde da mulher			75	75
Prevenção de doenças e promoção da saúde do adulto			75	75
Prevenção de doenças e promoção da saúde do idoso			75	75
Prevenção de doenças e promoção da saúde de pessoas com necessidades especiais			75	75
Primeiros socorros			75	75
Total da parte técnica		510	525	1.035h
Parte diversificada mais parte técnica	165	510	525	1.200h
Estágio curricular		80	80	160h
Carga horária total				1.360horas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

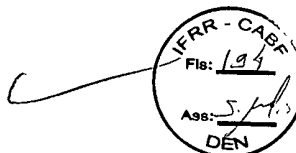


7.2 Apresentação Gráfica do Processo Formativo





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



7.3 Ementário:

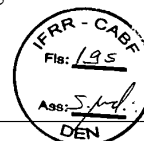
Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde			
Código	Componente Curricular	MOD I	Carga Horária (h)
AEAD	Ambientação em EAD		45
EMENTA			
Concepções e legislação em EaD. Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação.			
Objetivos Gerais:			
Compreender o conceito de EAD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo; Participar de uma comunidade virtual de aprendizagem; Conhecer as regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: emoticons, netiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback; Participar de atividades de ambientação no Moodle e experimentar seus recursos e ferramentas como forma de viabilizar sua participação como aluno virtual em disciplinas posteriores do seu Curso Virtual.			
Conteúdo			
<ul style="list-style-type: none"> > Concepções e legislação em EaD; > Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem; > Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação. 			
Referencial Básico:			
BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. Campinas: Autores Associados, 1999.			
CHAUÍ, Mariene. [Artigo]. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de maio de 1999. Caderno Mais, p.3-5.			
DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa. Campinas: Autores Associados, 1995.			
Referencial Complementar:			
GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 19-25 jul. 1999. Empresas & Negócios, p. 17.			
NOVAES, Edmundo. [Entrevista]. O Globo. Rio de Janeiro, 14 mar. 1999. Boa Chance, p.3.			
PRADO, Maria Lígia Coelho Prado. [Artigo]. Folha de São Paulo. São Paulo, 20 jun. 2000. Caderno Especial, p. 5.			
RIBEIRO, Carlos Campello. A qualidade no ensino da Administração: um modelo para a melhoria contínua. In: Administração & Sociedade, v.1, n.2, jul. / dez. 1999.			
UNIVERSIDADE Corporation: início do fim. Folha de São Paulo. São Paulo, 29 jun. 2000, p. 1-3.			

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
IF	Informática básica	45
EMENTA		
Conceitos básicos de informática. Ferramentas para produção e edição de textos. Ferramentas de navegação e busca na Internet. Planilhas eletrônicas e apresentação de slides.		
Objetivos Gerais:		
Propiciar fundamentos básicos de informática que possibilitem ao educando desenvolver cartas, memorandos, entre outros, com uma programação visual compatível com o documento em questão. Elaborar documentos e planilhas eletrônicas. Pesquisar informações na Internet que subsidiem o trabalho do técnico em agronegócios.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none"> > Conceitos básicos de informática; > Ferramentas para produção e edição de textos; > Ferramentas de navegação e busca na Internet; > Planilhas eletrônicas e apresentação de slides. 		
Referencial Básico:		
MARÇULA, Marcelo; BRNINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações . 3ª ed. São Paulo: Érica, 2008.		
MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo Dirigido de Informática Básica . 7. ed. São Paulo: Érica, 2008. 250 p.		
NORTON, Peter. Introdução à Informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.		
Referencial Complementar:		
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8ª. ed. São Paulo: Pearson, 2004.		
CAIÇARA JÚNIOR, C. Informática, internet e aplicativos . Curitiba: Ibpex, 2007.		

18



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



GLENWRIGHT, J. **Fique por Dentro da Internet**. São Paulo: Cosac Naify, 2001.
SCHAFF, A. **A sociedade Informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
VELLOSO, F. C. de. **Informática: conceitos básicos**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde			
Código	Componente Curricular	MOD I	Carga Horária (h)
PI	Português Instrumental		45
EMENTA			
Leitura e compreensão de textos da área profissional. Níveis de linguagem e adequação linguística. Comunicação oral e escrita. Gramática aplicada. Redação técnica.			
Objetivos Gerais:			
Exercitar a leitura e a interpretação de diversos tipos e modalidades textuais, como pré-requisito para a produção de textos e compreensão das relações existentes entre suas estruturas e seus contextos.			
Conteúdo			
<ul style="list-style-type: none">> Leitura e compreensão de textos da área profissional;> Níveis de linguagem e adequação linguística;> Comunicação oral e escrita;> Gramática aplicada;> Redação técnica.			
Referencial Básico:			
BECHARA, E. Gramática escolar da Língua Portuguesa. 2ª. ed. ampliada e atualizada pelo Novo Acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. COSTA, S. R. da. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. de S. (Orgs.). Tecendo textos, construindo experiências. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.			
Referencial Complementar:			

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde			
Código	Componente Curricular	MOD I	Carga Horária (h)
EP	Ética Profissional		30
EMENTA			
Fundamentos da ética; Legislação profissional; Código de ética			
Objetivos Gerais:			
Objetivo principal deste curso, melhorar as relações; desenvolver o senso crítico dos alunos nas relações humanas, conhecer a legislação profissional, saber os direitos e seus deveres na área profissional.			
Conteúdo			
<ul style="list-style-type: none">> Fundamentos da ética;> Legislação profissional;> Código de ética.			
Referencial Básico:			
ARRUDA, M.C.C. Código de ética: um instrumento que adiciona valor . São Paulo: Negócio Editora 2002. Nasch, L. Ética nas empresas: Um guia prático para soluções de problemas éticos nas empresas . São Paulo: Makron Books, 2001. SAVATER, F. Ética para meu filho . São Paulo: Planeta Brasil, 2005.			
Referencial Complementar:			

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde			
Código	Componente Curricular	MOD II	Carga Horária (h)
IS	Introdução ao SUS		60
EMENTA			
Ementa Políticas Públicas de Saúde no Brasil; Organização do Sistema Único de Saúde (SUS); Modelos assistenciais de saúde no Brasil;			



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Objetivos Gerais:
Objetivos conhecer as políticas públicas do Brasil, aplicar os conhecimentos na prática profissional sobre os princípios do sus, organização dos modelos de assistência do sus, diferenciar promoção, proteção e recuperação.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none">✓ Políticas Públicas de Saúde no Brasil;➢ Organização do Sistema Único de Saúde (SUS);➢ Modelos assistenciais de saúde no Brasil.
Referencial Básico:
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária executiva. Coordenação de Apoio a Gestão Descentralizada. Diretrizes Operacionais Básicas para os Pactos pela vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília, 2006.
BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.
BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.
Referencial Complementar:

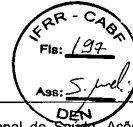
Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde			
Código	Componente Curricular	MOD II	Carga Horária (h)
SST	Saúde e Segurança no Trabalho		60
EMENTA			
Ementa Legislação e Normas; Prevenção de acidentes no Trabalho; Ergonomia; CIPA; EPI e EPC; Primeiros Socorros.			
Objetivos Gerais:			
Objetivos; desenvolver habilidades no dia-dia de segurança no trabalho, conhecer os equipamentos de proteção individual; prevenir os acidentes no trabalho e conhecer as normas de segurança no trabalho.			
Conteúdo			
<ul style="list-style-type: none">➢ Legislação e Normas;➢ Prevenção de acidentes no Trabalho;➢ Ergonomia;➢ CIPA;➢ EPI e EPC;➢ Primeiros Socorros.			
Referencial Básico:			
Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística Benedito Cardella. Ed. atlas, 1999 (1ª edição) – 7ª. Tiragem			
Qualidade na segurança e higiene do trabalho Waldemar Pacheco Júnior ed. atlas, 1995 (1ª edição) – 3ª. Tiragem			
prática da prevenção de acidentes: abc segurança do trabalho Álvaro Zocchio. Ed..Atlas 7ª edição (2002) 1ª tiragem.			
Referencial complementar:			
Segurança do trabalho e gestão ambiental Antônio Nunes Barbosa Filho, ed. atlas 2ª edição (2008), 1ª tiragem			

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde			
Código	Componente Curricular	MOD II	Carga Horária (h)
IPACS	Introdução a Profissão de Agente Comunitário de Saúde		60
EMENTA			
Ementa Características da profissão; Legislação pertinente à área de atuação; Possibilidades de atuação no mercado de trabalho.			
Objetivos Gerais:			
Objetivos conhecer as áreas de atuação profissional; quais atribuições dos profissionais das áreas da saúde de acordo com a profissão.			
Conteúdo			
<ul style="list-style-type: none">➢ Características da profissão;➢ Legislação pertinente à área de atuação;➢ Possibilidades de atuação no mercado de trabalho.			
Referencial Básico:			
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. O trabalho do agente comunitário de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção			

20



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Ações de Controle de Endemias: malária: Manual para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de controle de Endemias. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia para o Controle da hanseníase. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
 >. Acesso em 01/08/2016
 BRASIL. Decreto-Lei 5.452, 1º maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/lei5452.htm>. Acesso em 01/08/2016.
 BRASIL. Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10507.htm>. Acesso em 01/08/2016.
 BRASIL. Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11350.htm>. Acesso em 01/08/2016.
 BRASIL. Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/MPV/297.htm> Acesso em 01/08/2016.
 BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 15. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/norma-regulamentadora-n-15-1.htm>. Acesso em: 01/08/2016.
 Referencial Complementar:

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	MOD II
SV	Sociedade em que vivemos	Carga Horária (h) 60
EMENTA		
Ementa: Formação do povo brasileiro; Sociedade civil contemporânea; Participação e mobilização social; Direitos humanos; Cultura popular e práticas populares no cuidado à saúde.		
Objetivos Gerais:		
Conhecer a formação da sociedade brasileira; história e os direitos humanos; conhecer as práticas populares e no cuidado a saúde.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none"> > Formação do povo brasileiro; > Sociedade civil contemporânea; > Participação e mobilização social; > Direitos humanos; > Cultura popular e práticas populares no cuidado à saúde. 		
Referencial Básico:		
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Editora Companhia de Bolso. 2008		
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.		
KUMAR, Krishan. Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.		
LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.		
RIFKIN, Jeremy. A era do acesso. São Paulo: Makron Books, 2001.		
TOURAINÉ, Alain. Um Novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.		
ALVES, J. A. Lindgren. Direitos Humanos como Tema Global. São Paulo: Perspectiva, 1994.		
Referencial Complementar:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



LUZ, M. T. Novos saberes e práticas em saúde coletiva: estudos sobre racionalidades médicas e atividades corporais. São Paulo: Hucitec, 2003.		
GOHN, M. G. (ORG.) História dos movimentos e lutas sociais. São Paulo: Loyola, 1995.		
AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura brasileira. 4. ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1963.		
Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	MOD II	
	Promoção e educação em saúde	60
EMENTA		
Ementa Processo saúde-doença; Promoção da saúde; Cultura popular e processos educativos; aprender e ensinar em educação popular.		
Objetivos Gerais:		
Proporcionar ao Agente Comunitário de Saúde o conhecimento da estrutura e do funcionamento do corpo humano; proporcionar conhecimento básico para o entendimento da Fisiopatologia das doenças.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none"> > Processo saúde-doença; > Promoção da saúde; > Cultura popular e processos educativos; > Aprender e ensinar em educação popular. 		
Referencial Básico:		
BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A educação de Produz Saúde . MS/SGTES - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2005, 16p.		
BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A educação permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer . MS/SGTES - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2005, 36p.		
CARVALHO, S. R. Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: Sujeito e Mudança . São Paulo: Hucitec, 2005, 174p.		
Referencial Complementar:		

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	MOD II	
	Planejamento, programação e avaliação em saúde	60
EMENTA		
Ementa: Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB); Levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população; Condições de risco social; Mapeamento sócio-político e ambiental; Indicadores de saúde; Avaliação em saúde.		
Objetivos Gerais:		
Conhecer o sistema de informação da atenção básica, aprender a preencher dados epidemiológicos, buscar informação no sistema gerenciar e alimentar.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none"> > Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB); > Levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população; > Condições de risco social; > Mapeamento sócio-político e ambiental; > Indicadores de saúde; > Avaliação em saúde. 		
Referencial Básico:		
BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica . Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, 116p.		
BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde: documento base . Brasília: MS/FUNASA, 2007, 70p.		
BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes para Projetos Físicos de Estabelecimentos de Saúde, Água, Esgotamento Sanitário e Melhorias Sanitárias em Áreas Indígenas . Brasília: MS/FUNASA, 2002, 46p.		
4. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Orientações técnicas para apresentação de projetos de resíduos		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



sólidos urbanos. Brasília: MS/FUNASA, 2006. 46p
5. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa de Pesquisa em Saúde e Saneamento. Brasília: MS/FUNASA, 2010. 52p.
Referencial Complementar:

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	MOD II
	Ações de promoção de ambiente saudável	
		Carga Horária (h)
		75
EMENTA		
Ementa Ambiente saudável: Vigilância em saúde; Saneamento ambiental; Medidas de prevenção de riscos ambientais e sanitários Doenças prevalentes; Transmissão de doenças; Prevenção individual e coletiva.		
Objetivos Gerais:		
Conhecer as leis e diretrizes de vigilância sanitária; Fomentar ações de vigilância em saúde; Aprender a notificar doenças de notificação compulsória; Aprender formas de prevenção de acidentes domésticos.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none"> > Ambiente saudável; > Vigilância em saúde; > Saneamento ambiental; > Medidas de prevenção de riscos ambientais e sanitários > Doenças prevalentes; > Transmissão de doenças; > Prevenção individual e coletiva; > Doenças de notificação compulsória; > Risco ambiental; > Prevenção de acidentes domésticos. 		
Referencial Básico:		
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3ª Ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.		
Referencial Complementar:		
BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A construção de vidas mais saudáveis. MS/Secretaria de Atenção a Saúde/SAS, 2002, 16p. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Oficinas de Educação em Saúde e Comunicação. Brasília: MS/FUNASA, 2001. 80p. SILVA, R. C. Metodologias Participativas para Trabalhos de Promoção de Saúde e Cidadania. São Paulo: VectorPro, 2002, 301p.		

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	MOD II
	Construção de redes comunitárias de promoção à saúde	
		Carga Horária (h)
		75
EMENTA		
Ementa Redes sociais; Conselho gestor; Controle social		
Objetivos Gerais:		
Conhecer tipos de redes sociais, conhecer os tipos de controle social, proporcionar ao Agente Comunitário de Saúde; conceitos básicos de redes sociais e controle social; fomentar a ação dos Agentes em controle social.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none"> > Redes sociais; > Conselho gestor; > Controle social. 		
Referencial Básico:		
1. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



<p>violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes. MS/Secretaria de Atenção a Saúde/SAS, 2009, 64p. CAMPOS, R.H.F. Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade a Autonomia. São Paulo: Vozes, 2011, 184p. CARVALHO, V. S. Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário. São Paulo: WAR, 2008. GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, 473p.</p>
Referencial Complementar:

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	MOD III Prevenção de doenças e promoção da saúde da criança	75
EMENTA		
Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil; Estatuto da Criança e do Adolescente; Doenças prevalentes da infância; Criança na fase escolar; Vacina e imunização Avaliação nutricional.		
Objetivos Gerais:		
Conhecer a Política Nacional Atenção Integral a Saúde da Criança e o seu desenvolvimento na Atenção Básica – Estratégia de Saúde da Família, proporcionando ao agente comunitário de saúde condições de identificar situações de risco e agravamento da saúde da criança e do adolescente.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none"> > Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil; > Estatuto da Criança e do Adolescente; > Doenças prevalentes da infância; > Criança na fase escolar; > Vacina e imunização; > Avaliação nutricional. 		
Referencial Básico:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).		
Meyer, Fabrício. Abuso sexual infantil e pedofilia: Conhecer para enfrentar o Problema - Guia para pais e		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.		
Referencial Complementar:		
Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009		

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	MOD III Prevenção de doenças e promoção da saúde do adolescente	75
EMENTA		
Ementa Características físicas e necessidades, psicológicas e sociais do adolescente; Crescimento e desenvolvimento do adolescente Apoio familiar e social Prevenção à gravidez precoce Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS Drogas e a Violência.		
Objetivos Gerais:		
Conhecer a Política Nacional Atenção Integral a Saúde da do Adolescente e o seu desenvolvimento na Atenção Básica – Estratégia de Saúde da Família, proporcionando ao agente comunitário de saúde condições de identificar situações de risco e agravamento da saúde do adolescente.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



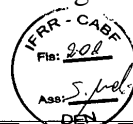
Conhecer as principais doenças transmissíveis e não transmissíveis na sua área de atuação e capacitar os Agentes comunitários de Saúde a identificar situações de risco para o surgimento de doenças transmissíveis e não transmissíveis.

Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> > Características físicas e necessidades, psicológicas e sociais do adolescente; > Crescimento e desenvolvimento do adolescente; > Apoio familiar e social; > Prevenção à gravidez precoce; > Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS; > Drogas e a Violência.
Referencial Básico:
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).
Meyer, Fabrício. Abuso sexual infantil e pedofilia : Conhecer para enfrentar o Problema - Guia para pais e BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
Referencial Complementar:

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	MOD III	
	Prevenção de doenças e promoção da saúde da mulher	75
EMENTA		
Ementa Saúde sexual e reprodutiva; Direitos sexuais e reprodutivos; Ciclos gravidez; Cartão da gestante; Aleitamento materno; Desmame; Métodos contraceptivos e controle de natalidade.		
Objetivos Gerais:		
Objetivos de proporcionar ao Agente Comunitário de Saúde o Conhecimento da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher e seu desenvolvimento da Estratégia de Saúde da Família; fomentar a ação dos Agentes na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde das Mulheres de sua área de atuação.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none"> > Saúde sexual e reprodutiva; > Direitos sexuais e reprodutivos; > Ciclos gravidez; > Cartão da gestante; > Aleitamento materno; > Desmame; > Métodos contraceptivos e controle de natalidade. 		
Referencial Básico:		
REZENDE J. Obstetrícia fundamental . 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 689 p.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do agente comunitário de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.		
BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama / Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica - Cadernos de Atenção Básica, n. 13. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.		
Referencial Complementar:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	Prevenção de doenças e promoção da saúde do adulto	75
EMENTA		
Ementa Características físicas, psicológicas e sociais do adulto; Programa Nacional de Saúde do Homem; assistência e internação domiciliar; Programa de acompanhamento de doenças crônicas.		
Objetivos Gerais:		
Conhecer as políticas públicas da assistência ao adulto, comodidades, conhecer os programas pertinente ao adulto.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none">> Características físicas, psicológicas e sociais do adulto;> Programa Nacional de Saúde do Homem;> Assistência e internação domiciliar;> Programa de acompanhamento de doenças crônicas.		
Referencial Básico:		
ABREU, W. C. Saúde, Doença e Diversidade Cultural . São Paulo: Instituto Piaget, 2003. 242p. ALVES, J.G.B.; SAMPAIO, M.C. Prevenção de Doenças do Adulto na Infância e na Adolescência . São Paulo: Medbook, 2007. 288p. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dengue Diagnóstico e Manejo Clínico – Adulto e Criança . MS/Secretaria de Atenção a Saúde/SAS, 2007, 28p. SENAC. Saúde e Prevenção de Doenças . São Paulo: SENAC, 2009. 175p.		
Referencial Complementar:		

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	Prevenção de doenças e promoção da saúde do idoso	75
EMENTA		
Ementa Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais do idoso; Estatuto do Idoso; Programa Nacional de Saúde do Idoso; Prevenção de acidentes e doenças prevalentes; Redes de apoio familiar e social; Proporcionar Noções de Saúde do idoso; Capacitar os Agente comunitário de Saúde a identificar situações de risco e os problemas a saúde do idoso.		
Objetivos Gerais:		
Conhecer programas sociais e políticas públicas da saúde do idoso, conhecer as comodidades da saúde do idoso.		
Conteúdo		
<ul style="list-style-type: none">> Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais do idoso;> Estatuto do Idoso;> Programa Nacional de Saúde do Idoso;> Prevenção de acidentes e doenças prevalentes;> Redes de apoio familiar e social.		
Referencial Básico:		
BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. BRASIL, Ministério da Saúde. MS/GM. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. BRASIL, 1999. Portaria do Gabinete do Ministro de Estado da Saúde de nº 1395, de 9 de dezembro de 1999, que aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, nº 237-E, pp. 20-24, seção 1, 13 dez 1999.		
Referencial Complementar:		

26



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	Prevenção de doenças e promoção da saúde de pessoas com necessidades especiais.	75
EMENTA Ementa Pessoas com Necessidades Especiais e portador de sofrimento mental; Proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e o modelo assistencial em saúde mental; Redes de apoio familiar e social; proporcionar noções saúde do pessoal com necessidade; capacitar os Agente comunitário de Saúde a identificar situações de risco e os problemas a saúde da pessoa com necessidade.		
Objetivos Gerais: Conhecer programas sociais e políticas públicas da saúde da pessoa com necessidades, conhecer as comodidades da pessoa com necessidade.		
Conteúdo > Pessoas com Necessidades Especiais e portador de sofrimento mental; > Proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e o modelo assistencial em saúde mental.		
Referencial Básico: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26). ABRAMOVAY, Miriam Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.		
Referencial Complementar:		

Ementas e Referências Bibliográficas do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde		
Código	Componente Curricular	Carga Horária (h)
	Primeiros Socorros	75
EMENTA Ementa Atribuições do profissional de saúde no suporte básico de vida; Atendimento de urgência e emergência em traumas, ferimentos, queimaduras, afogamento, choque elétrico, desmaios, crise convulsiva, estado de choque, intoxicação, envenenamento e corpos estranhos no organismo.		
Objetivos Gerais: Aprender noções de Primeiros Socorros, desenvolvimento de habilidades no atendimento pré-hospitalar, suporte básico de vida, situações de urgência e emergência, crises hipertensivas, afogamento, desmaio, síncope e vertigens, obstrução de vias aéreas, parada cardiorrespiratória.		
Conteúdo > Atribuições do profissional de saúde no suporte básico de vida; > Atendimento de urgência e emergência em traumas, ferimentos, queimaduras, afogamento, choque elétrico, desmaios, crise convulsiva, estado de choque, intoxicação, envenenamento e corpos estranhos no organismo.		
Referencial Básico: FIGUEIREDO, Nebia Maria Almeida. Enfermagem: Cuidado em Emergência. Ed. Ver. 2. São Caetano do Sul, SP. Editora Yendys, 2008. HERLON, Saraiva Martins et all. Emergência Clínica: abordagem prática. 5ª ed. Ampliada e ver. Barueri, SP, edit. Manole, 2010.		
Referencial Complementar:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



7.4 Terminalidades Intermediárias

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, Subsequente, não prevê terminalidades intermediárias.

7.5 Prática Profissional Integrada

O Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, subsequente, contemplará a cada módulo atividades extraclasses reservados para o envolvimento dos estudantes em práticas profissionais integradas entre os diversos componentes curriculares, nestas práticas profissionais, também serão contempladas atividades complementares como aulas de campo. O planejamento para a escolha dos temas nessas atividades serão definidos junto com a equipe pedagógica, docentes e discentes.

7.6 Estágio Curricular

O Estágio Curricular Supervisionado, tem como finalidade proporcionar ao aluno a vivência da prática dos conceitos e técnicas aprendidas no curso. A fim de cumprir o Estágio Supervisionado, os alunos deverão obrigatoriamente cursá-lo nos módulos II e III, com 80h em cada módulo. Após sua conclusão, o aluno apresentará o Relatório Final das Atividades do Estágio.

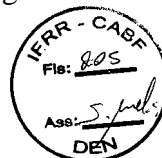
As normas e instruções que definem o Estágio Curricular Supervisionado do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, subsequente, serão fundamentadas na Lei nº 11.788/2008 e em legislação específica do IFRR, com os seguintes princípios:

- I- O exercício da competência técnica compromissada com a realidade local;
- II- A aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso;
- III- O aperfeiçoamento e complementação do ensino e da aprendizagem;
- IV- Atividades de aprendizagem social, profissional e cultural pela participação em situações reais de trabalho;
- V- Para conclusão do estágio, o discente entregará o Relatório Final de Estágio, que será avaliado por uma comissão composta por membros da Equipe Pedagógica, Coordenação de Curso e Professor Supervisor.

28



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



7.7 Trabalho de Conclusão de Curso

A Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde não prevê Trabalho de Conclusão de Curso.

7.8 Práticas Interdisciplinares

Com o objetivo de contribuir para articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilidade curricular possibilitando o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, tendo como foco as vivências da aprendizagem para capacitação e para a inserção no mundo do trabalho, as atividades interdisciplinares serão desenvolvidas no decorrer do curso por meio de atividades integradas nos diversos componentes curriculares como também no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

7.9 Atividades Complementares

As atividades complementares serão desenvolvidas em cursos de pequena duração, seminários, fóruns, palestras e outras atividades que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis. Os temas serão selecionados pelos docentes e discentes no decorrer do processo letivo, em consonância com o calendário acadêmico.

8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO:

O *Campus* Avançado do Bonfim seguirá os procedimentos estabelecidos na Organização Didática.

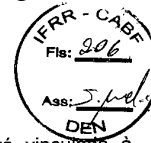
8.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação deve ser um processo contínuo, dinâmico, diagnóstico e formativo, focada na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante. A avaliação compreende a verificação do rendimento ou desempenho do aluno e a apuração da frequência. De acordo com o Artigo 83 da Organização Didática do IFRR a avaliação do conhecimento adquirido pelo discente poderá ser realizada através de todos ou a combinação de no mínimo 2 (dois) dos seguintes instrumentos: *portifólio*; Trabalhos individuais e/ou coletivos; Provas escritas; Resolução de exercícios; Desenvolvimento e apresentação de projetos; Seminários; Relatórios; Provas práticas; Provas orais.

29



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



A aprovação do aluno em cada componente curricular está vinculada à assiduidade e à avaliação do rendimento. A assiduidade será registrada durante as aulas presenciais pelo professor, no Diário de Classe, por meio de lista de presença, correspondendo a 20% da carga horária da disciplina. Os 80% restante serão registrados através da realização das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sendo o acompanhamento de responsabilidade do tutor a distância e do professor. Para efeito de acompanhamento do rendimento dos alunos, serão aplicados, durante o período letivo, diferentes instrumentos de avaliação. As avaliações poderão ser: exercícios, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, questionários, entre outros, sendo que ao final de cada avaliação, a nota final (NF) deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos em cada um dos componentes curriculares. Destaca-se que 60% da avaliação da aprendizagem deverão ser nos encontros presenciais, e os 40% restantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Os resultados das avaliações deverão ser expressos em notas que variam de zero (0,0) a dez (10,0) pontos, admitida apenas a fração de cinco décimos (0,5). Para ser considerado aprovado, o aluno, ao final do período letivo, o aluno obterá a Nota Final (NF), obtida pelo cálculo da média aritmética das notas obtidas nas Notas Parciais (NPs):

$$NF = \frac{NP1 + NP2 + NP3 + \dots + NPs}{\text{Total de NPs}}$$

Será considerado aprovado no curso, o discente que, ao final de cada componente curricular, apresentar as seguintes condições:

1. Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do componente cursado, comprovado assiduidade nas aulas presenciais, bem como: entrega das atividades no ambiente virtual de aprendizagem.
2. Obtenha Nota Final (NF) igual ou superior a 7,0 (sete) pontos em cada um dos componentes curriculares.

Será considerado reprovado o aluno que apresentar:

1. Frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas dadas em um dos componentes curriculares;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



2. Nota Final (NF) inferior a 7,0 (sete) pontos em qualquer dos componentes curriculares.

3. Recuperação da aprendizagem: o estudante que obtiver média no componente curricular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do componente curricular, terá direito ao Exame Final.

8.2 Avaliação do Curso

O acompanhamento e avaliação do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde serão realizados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, levando em consideração a participação dos docentes, Técnicos Administrativos, discentes e da comunidade externa. Será de responsabilidade de a CPA diagnosticar as fragilidades e elaborar um relatório a ser encaminhado aos setores competentes para as devidas providências.

8.3 Avaliação da Proposta Pedagógica do Curso

Com base nas novas exigências do mundo do trabalho e pelas transformações sociais e científicas, percebe-se a necessidade do monitoramento e avaliação das ações contempladas na Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde na Modalidade de Educação a Distância. Essa avaliação deverá envolver os professores, alunos e gestores, sendo os procedimentos da avaliação distribuídos da seguinte forma:

Na avaliação do corpo discente sobre o curso: Os alunos deverão observar na avaliação o contexto dos componentes curriculares ministrados no que tange: carga horária, conteúdo curricular, procedimentos metodológicos, ambiente virtual de aprendizagem (AVA), bem como os aspectos extra sala de aula como infraestrutura e relações discentes-docentes-gestão. Os instrumentos utilizados pelos alunos na avaliação da proposta pedagógica do curso serão elaborados pela comissão da CPA.

Na avaliação do corpo docente e gestores em relação ao PPC: Os docentes deverão avaliar o PPC ao longo do curso. Deverão observar os aspectos: identificação de deficiências e potencialidades; estabelecimento de novos objetivos, metas, estratégias de ação e conteúdos; adequação das instalações para o desenvolvimento das atividades previstas na Proposta Pedagógica do Curso;

31



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



número de laboratórios e condição de funcionamento; biblioteca e atualização de acervo bibliográfico; disponibilidade de recursos multimídias; relação do plano curricular com as necessidades da sociedade e da comunidade em geral.

8.4 Atendimento ao Discente *OK*

- ✓ Atendimentos: Envolvimento de Pedagogos, Assistentes Sociais e Psicólogos responsáveis pela identificação de problemas de aprendizagem, evasão, retenção, desistências, para a elaboração de estratégias que minimizem os problemas apresentados;
- ✓ Desenvolvimento de programas de acolhimento aos alunos viabilizando sua integração no meio acadêmico;
- ✓ Inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas;
- ✓ Participação do discente no processo de auto-avaliação institucional;
- ✓ Criação dos serviços de orientação profissional e vocacional;
- ✓ Atendimento médico e odontológico.

9. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Os procedimentos metodológicos do curso estão pautados na premissa da transdisciplinaridade, assegurando todos os tipos de conhecimentos, desde as questões culturais, sociais, econômicas; e às questões relacionadas à ética e à responsabilidade científica e social do futuro profissional.

Essas premissas visam a formação plena, crítica e autônoma do discente, para tanto, os componentes curriculares estão organizados sob a ótica da verticalização do processo ensino-aprendizagem, garantindo em sua estrutura o aprofundamento e reflexão dos conteúdos que integram os conhecimentos diversificados e a formação profissional apoiada nas seguintes atividades: As estratégias metodológicas definidas nessa proposta pedagógica proporcionarão atividades reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, divididas em dois eixos:

- **EIXO ENSINO TEÓRICO:** Para desenvolver esse eixo o professor poderá utilizar das seguintes estratégias metodológicas:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



- ✓ Momentos presenciais com aulas expositivas dialogadas, abordando os conteúdos em níveis básicos, avançados ou aprofundando pontos de vista conceitual e experimental;
- ✓ Discussão em fóruns e chats- Possibilitando a interação entre os alunos através da troca de ideias e opiniões, com a resolução de problemas desafiadores e a tomada de decisão;
- ✓ Seminário - Estudo aprofundado de um tema previamente elaborado, incentivando o gosto pela pesquisa e o desenvolvimento da reflexão crítica;
- **EIXO ENSINO PRÁTICO:** através das atividades complementares e acompanhamento nos laboratórios pelos professores e/ou tutores, os conteúdos visam sistematizar práticas cotidianas, como também, desenvolver atividades que aproximem o aluno da realidade educacional, dos espaços escolares e não escolares, propiciando, a capacidade de reflexão-crítica sobre os fatos e acontecimentos da realidade em que está inserido, podendo intervir com ações que minimizem os problemas detectados, podendo ser utilizadas as seguintes estratégias:
 - ✓ Entrevista - Troca de informações através da apresentação de fatos, opiniões e pronunciamentos importantes;
 - ✓ Palestra – Abordagem de ideias relevantes, de caráter complementar e informativo. Sistematização do conteúdo.
 - ✓ Método de Projetos - Incentiva a resolução de problemas sugeridos pelos alunos.
 - ✓ Unidades de Experiências - Aplicação de conceitos teóricos na prática.

Permite-se ao aluno uma análise crítica e a reconstrução da experiência social. As situações de aprendizagem previstas em cada módulo, no decorrer do curso, levarão em consideração o atendimento das demandas do arranjo produtivo local, estimulando a participação ativa dos alunos na busca de soluções para os desafios encontrados. Estudo de casos, pesquisas em diferentes fontes, contato com empresas e especialistas da área, trabalho de campo constituem o rol de atividades que podem ser desenvolvidas também nesse eixo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



10. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Conforme estabelece o Art. 6º do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, será assegurado na Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde do *Campus* Avançado do Bonfim, o atendimento prioritário a pessoa com deficiência, conforme descrita abaixo

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

- I - Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II - Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- III - Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS;
- IV - Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, intelectual e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- V - Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VI - Sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no Art. 5º;
- VII - Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VIII - Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

11. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA, POLOS.

Para a execução do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, o *Campus* deverá apresentar estrutura física mínima necessária ao pleno

34



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



desenvolvimento das atividades com qualidade. Nessa perspectiva, são necessários ambientes necessários ao funcionamento administrativo do *Campus*, a estrutura física deverá ser adequada, levando-se em consideração a necessidade de laboratórios técnicos e ambientes de aprendizagem específicos. Para tanto, serão necessários no mínimo os ambientes e espaços especificados no quadro abaixo:

Quadro 01: Proposta de Estrutura Física para o *Campus* Avançado de Bonfim

ESTRUTURA DO CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM	
DENOMINAÇÃO DO AMBIENTE	COMPOSIÇÃO
Ambiente Administrativo	Sala de Coordenação do NEAD
	Sala de Coordenação de Cursos
	Sala da Secretária
	Banheiros
DENOMINAÇÃO DO AMBIENTE	COMPOSIÇÃO
Ambiente Pedagógico	Sala de Coordenação Pedagógica
	Sala de Aula
	Laboratórios de Informática
	Biblioteca

EQUIPAMENTOS:

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
DVD	05
Projektor Multimídia	05
Notebook	05
Laboratório Móvel	01
Computador Pentium-4 e 512 mb de Memória RAM	60
Televisão	05
Arquivo de Aço Vertical	10
Armário de Aço	10
Internet Banda Larga	-

12. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

O quadro de servidores docentes para compor o NEAD/CAB/IFRR deverá ser composto no mínimo por 10 professores, com formação específica segundo as áreas de atuação, níveis de ensino e os cursos a serem implantados, de acordo com os seus respectivos planos e propostas curriculares. O pessoal docente pode ser composto por professores efetivos do IFRR ou por profissionais que não pertencem ao quadro de servidores da Rede Federal, selecionados por meio de processo de seleção pública simplificada, por edital, e da comprovação da capacidade técnica e

35



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



formação adequada para o desempenho das respectivas atribuições.

A quantidade, os critérios e requisitos para seleção desses profissionais serão definidos nos editais específicos do CAB/ IFRR.

12.1 Pessoal Docente

Formação Geral	Titulação	Regime de Trabalho	Quantidade
Professor com graduação em Informática	Especialista	40h D.E. e colaborador eventual/bolsista	02
Professor com graduação em Português	Especialista	40h D.E. e colaborador eventual/bolsista	01
Professor com graduação em Filosofia/Sociologia/História	Especialista	40h D.E. e colaborador eventual/bolsista	01
Professor com graduação em Enfermagem/Farmácia	Especialista	40h D.E. e colaborador eventual/bolsista	12
Professor com graduação em Engenharia de Segurança no Trabalho	Especialista	40h D.E. e colaborador eventual/bolsista	01

12.2- Pessoal Técnico

O quadro de pessoal para a NEAD/CAB/IFRR do Campus deverá ser composto por no mínimo 05 (cinco) colaboradores, distribuídos entre os cargos de Coordenadores, Tutor Presencial e Tutor a distância. A definição dos cargos de Coordenadores e Tutores Presenciais será feita por indicação do Diretor do Campus Avançado do Bonfim, os cargos de Tutores a Distância, serão preenchidos através de edital específico.

CARGO	QUANTIDADE
Coordenador do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)	01
Coordenador de Curso	01
Coordenador de Tutoria	01
Coordenador Pedagógico	01
Auxiliar Administrativo	01
Tutor Presencial	01
Tutor a Distância	01

36



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



13. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Conforme estabelece a Resolução CNE-CEB 01/2005, os diplomas de técnico em nível médio correspondentes aos cursos realizados nos termos do Artigo 6º desta Resolução terá validade para fins de habilitação profissional. Integralizados os componentes curriculares que compõem a Matriz Curricular do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde na modalidade de Educação a Distância, será conferido ao aluno o diploma de Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

14. REGISTRO PROFISSIONAL

Não há previsão de registro profissional para o Técnico em Agente Comunitário de Saúde, CBD.

15. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004

BRASIL. **Resolução Nº 06**, de 20 de Setembro de 2012

BRASIL. MEC/SEMTEC: **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2004.

IFRR. **Resolução Nº 066-Conselho Superior**, de 14 de fevereiro de 2012

IFRR. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2009



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 405-CONSELHO SUPERIOR, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018.

**APROVA O PLANO DE CURSO
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
EM INGLÊS BÁSICO II, DO *CAMPUS*
BOA VISTA ZONA OESTE DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA (IFRR).**

A Presidente em exercício do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer da Conselheira Relatora, constante no Processo n.º 23482.000235.2017-88 e a decisão do colegiado tomada na 57.^a sessão plenária, realizada em 6 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Plano de Curso de Formação Inicial e Continuada em Inglês Básico II, do *Campus* Boa Vista Zona Oeste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme anexo desta resolução.

Art. 2.º Autorizar que os demais *campi* do IFRR utilizem o Plano do Curso aprovado por esta Resolução

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 7 de novembro de 2018.

SANDRA GRÜTZMACHER

Presidente em exercício
Portaria n.º 1798/GR/2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA

**PLANO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL
E CONTINUADA EM
INGLÊS BÁSICO II**

Boa Vista – RR
MAR 2018

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 67/2018
Publicado em 07 de Dezembro, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Fls.: 01

Ass.: [Assinatura]

IFRR-CB

Comissão responsável pela elaboração:

ELIDA MARIA RODRIGUES BONIFÁCIO

ALINE LIMA SOARES DA COSTA

ENILDE LOPES SATELES

PORTARIA Nº 040/DG, DE 12 DE MARÇO DE 2018.

1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 Calungá Boa Vista – Roraima CEP: 69.303-220
Telefone	(95) 3624-1224
Coordenadora de Extensão no Campus Boa Vista Zona Oeste	Jaiandra da Silva Guimarães
Coordenadora do Projeto	Elida Maria Rodrigues Bonifácio
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do Campus

CNPJ	CNPJ nº 10.839.508/0005-65
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista Zona Oeste
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Endereço Provisório: Rua CC 01, 1796, Bairro Laura Moreira. Boa Vista-RR CEP 69.318-060
Telefone	(95) 3625-4527
Site de Instituição	http://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Inglês Básico II
Resolução de Aprovação	
Característica do Curso	Formação Inicial e Continuada
Eixo Tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Modalidade	Presencial
Carga Horária Total	160
Número de Vagas por Turma	20



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Forma de Ingresso	Edital de Seleção
Local das aulas	Campus Boa Vista Zona Oeste Rua CC01, 1796, Bairro Laura Moreira. Boa Vista-RR
Previsão de início e término	1º de agosto de 2018 a 30 de novembro de 2018
Dias de aula	Segundas, Quartas e Sextas-feiras
Horário	Noturno – 19h às 22h
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental I Completo
Público Alvo	Exclusivo para os concludentes do Curso de Inglês Básico I do CBVZO e para estudantes com idade mínima de 15 anos, desempregados, trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos, trabalhadores informais e servidores do IFRR, com a escolaridade mínima exigida e que comprovem proficiência na Língua Inglesa correspondente ao nível Básico I, mediante procedimentos estabelecidos em edital para Processo Seletivo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA.....	5
2. O PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	5
3. OBJETIVO	6
3.1 Objetivo Geral	6
3.2 Objetivos Específicos	6
4. PÚBLICO-ALVO	7
5. PERFIL DE CONCLUSÃO.....	7
6. METODOLOGIA	7
6.1. Matriz Curricular	8
6.2. Ementas	8
6.3 Pré-Requisito e Mecanismo de Acesso	11
7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	12
8. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	12
9. PESSOAL TÉCNICO E DOCENTE.....	13
10. CERTIFICADOS	13
11 REFERÊNCIAS	14



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



A crescente globalização e a súbita expansão dos mercados internacionais se constituem como fatores responsáveis pela urgente necessidade de um meio de comunicação eficiente, rápido e simples, capaz de atender às mais variadas demandas comunicativas. Por essa razão, com o passar dos anos, a Língua Inglesa fora alçada a um novo patamar: o de língua internacional, fazendo com que o ensino e o aprendizado do idioma deixassem de ser tratados como um aparato de ostentação, para, enfim, serem promovidos à primordialidade.

O estado de Roraima possui fronteira com o único país da América Latina cuja língua oficial é a Língua Inglesa: a Guiana Inglesa. A Língua Inglesa é, hoje, a *lingua franca* de quaisquer relações internacionais que envolvam nações de línguas oficiais distintas. Dessa forma, a proficiência na língua inglesa se faz necessária, a fim de que o indivíduo possa ser inserido no mercado de trabalho com mais facilidade, sendo a habilidade de se comunicar em inglês um diferencial no momento de seleção de candidatos para o trabalho.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste oferece hoje da área de Gestão e Negócios, cursos que exigem, respectivamente, a arte da negociação e o atendimento ao público em geral. Ambos exigem do profissional a comunicação e o atendimento de necessidades da sociedade. A proficiência em língua inglesa ampliará ainda mais as capacidades de se comunicar e de expandir, principalmente na área de comércio, suas redes de negociações, tornando possível a parceria com instituições públicas e privadas do país fronteiriço e até mesmo de outros países.

Assim, ao indivíduo interessado em acompanhar as mudanças e aprimoramentos tecnológicos, e, conseqüentemente, em tornar-se um profissional mais bem qualificado, o conhecimento desse idioma apresenta-se como uma tarefa inadiável. Pode-se afirmar, a partir dessa nova realidade, que a Língua Inglesa se configura como a língua dos negócios, das viagens, dos estudos, da internet. Enfim, tornou-se uma ferramenta de comunicação com o mundo.

2. O PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Os programas de formação inicial e continuada são direcionados à formação de trabalhadores para que haja a inserção ou reinserção desses trabalhadores no mercado

5



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



de trabalho e a elevação de sua escolaridade, promovendo a formação inicial e continuada técnica, tecnológica e científica, em atendimento às demandas de mercado e setores

O Decreto nº 5.154/2004 preconiza que uma das formas de oferta da Educação Profissional será por meio de cursos e programas de qualificação profissional, inclusive “formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social” e a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores. De maneira semelhante, a Lei nº 11.892/2008 dispõe sobre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e estabelece que é um dos objetivos a oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, “objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”.

Dessarte, a oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada em Inglês Básico II pelo *Campus* Boa Vista Zona Oeste vai ao encontro do que estabelecem os documentos regulamentadores da educação profissional, auxiliando na formação do indivíduo, preparando-o para o ingresso, o reingresso ou o reposicionamento funcional no mercado de trabalho.

3. OBJETIVO

3.1 Objetivo Geral

Comunicar-se na língua inglesa de modo simples, utilizando as quatro habilidades (compreensão oral, produção oral, compreensão escrita e produção escrita), se o interlocutor falar lenta e distintamente e mostrar-se cooperante.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Produzir oralmente frases curtas sobre si e sobre outrem, sobre preferências, atividades cotidianas, objetos, cenários, etc;
- b) Aplicar a gramática nas atividades orais e escritas, identificando seus usos nos variados contextos;
- c) Identificar ideias gerais e informações específicas em um texto oral;
- d) Aplicar a pronúncia correta das palavras na produção oral; e

6



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



e) Produzir por escrito frases curtas sobre si e sobre outrem, sobre preferências, atividades cotidianas, objetos, cenários, etc., aplicando-as em variados gêneros discursivos (emails, bilhetes e outros).

4. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo a ser beneficiado pelo Curso de Formação Inicial e Continuada de Inglês Básico II são os concludentes do Curso FIC de Inglês Básico I ou trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos, trabalhadores informais, servidores do IFRR, desempregados e jovens com idade mínima de 15 anos e escolaridade mínima de Ensino Fundamental I completo, devendo comprovar proficiência na Língua Inglesa em nível Básico I.

5. PERFIL DE CONCLUSÃO

O aluno concludente do Curso de Inglês Básico II será capaz de compreender e usar expressões familiares e cotidianas e enunciados simples em língua inglesa, em sua forma oral e escrita, em contextos diversos.

6. METODOLOGIA

A metodologia de ensino de Língua Estrangeira a ser desenvolvida durante o curso prioriza a integração das quatro habilidades (leitura, escrita, compreensão oral e produção oral), por meio da Abordagem Comunicativa de Ensino de Língua Inglesa e da produção da língua por meio de tarefas. Para tanto, as atividades realizadas envolverão trabalhos individuais, trabalhos em grupo, atividade pesquisada e dramatizações.

O desenvolvimento do currículo dar-se-á por meio de aulas presenciais, teóricas e práticas, atividades dinâmicas e interativas (aulas expositivas, demonstrativas, dialogadas, dramatizadas e eventuais atividades extraclasse) visando à participação e ao empenho dos discentes durante o processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa. Essa construção será orientada pelo conteúdo do curso, detalhado nos quadros que apresentam os componentes curriculares.

Nesse sentido, as metodologias utilizadas devem considerar, dentre outros

7



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



aspectos: a problematização do conhecimento, considerando os diferentes ritmos de aprendizagens dos discentes; a contextualização dos conhecimentos, valorizando e aproveitando as experiências já obtidas pelos discentes do curso; a disponibilidade de apoio pedagógico para os discentes que apresentarem dificuldades, visando à melhoria contínua da aprendizagem.

Os componentes curriculares não serão apresentados de forma isolada, mas integradas entre si, levando em consideração a tarefa a ser desenvolvida em cada aula. Por exemplo, na aula cujo objetivo é apresentar-se (*speaking*), o aluno utilizará os adjetivos possessivos (*grammar*), a pronúncia do alfabeto para soletrar o próprio nome (*pronunciation*) e a escrita de listas de nomes e números de telefone para prática de soletração (*writing*), além de interagir com os demais alunos, ouvindo suas informações (*listening*).

6.1 – Matriz Curricular

A Matriz Curricular do Curso de Inglês Básico II está organizada por componentes curriculares, com carga horária total de 160 horas.

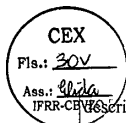
EIXO TECNOLÓGICO: Desenvolvimento Educacional e Social	
Componentes Curriculares	Carga horária
Speaking (Produção Oral)	40h
Grammar (Gramática)	40h
Pronunciation/Listening (Pronúncia/Compreensão Oral)	40h
Writing/Reading (Escrita/Leitura)	40h
TOTAL	160h

6.2 - Ementas

Componente Curricular: Speaking (Produção Oral)	C.H.: 40h
Bases Tecnológicas: Apresentação pessoal; troca de informações pessoais; descrição de trabalho e estudo; compra e venda; opiniões e convites; troca de informações sobre a família; frequência de atividades; descrição de atividades no passado; descrição de locais; descrição de aparência de pessoas;	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Descrição de atividades no passado e continuidade no presente; informações sobre passeios e turismo; sugestões; informações sobre refeição; descrição de países; descrição de planos futuros; mensagens telefônicas.

Bibliografia Básica:

COLLINS. **Mini dicionário Inglês-Português Português-Inglês**. São Paulo: DISAL, 1994.

RICHARDS, Jack. **Interchange Third Edition**. 1. 3.ed. Student's Book with CD-Audio. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Bibliografia Complementar:

BBC. **The English we Speak**: Podcasts. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/programmes/p02pc9zn/episodes/downloads>>. Acesso em 18/01/2017.

JENSEN, Arthur. **Selected Short Stories**. Amsterdam: The Natures Method Institutes, 1950. Disponível em <<https://csclub.uwaterloo.ca/~rfburger/language/95160756-Selected-Short-Stories.pdf>>. Acesso em 18/01/2017.

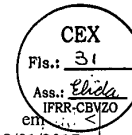
WOODWARD, Suzanne. **Fun with Grammar: Communicative Activities for the Azar Grammar Series**. New Jersey: Prentice Hall, 1997.

ZAOROB, Maria Lucia. **Games for Grammar Practice: A Resource Book of Grammar Games and Interactive Activities**. London: Cambridge, 2001.

Componente Curricular: Grammar (Gramática)	C.H.: 40h
Bases Tecnológicas: Pronomes interrogativos; Presente simples; Pronomes demonstrativos; verbos modais (would, can, should, may, could); presente contínuo; advérbios de frequência; passado simples; verbo "have"; pronomes indefinidos (some, any, one); <i>how much</i> e <i>how many</i> ; presente perfeito; advérbios antes de adjetivos; conjunções; <i>either</i> e <i>neither</i> ; forma comparativa e superlativa de adjetivos longos e curtos; futuro com presente contínuo e <i>be going to</i> .	
Bibliografia Básica: COLLINS. Mini dicionário Inglês-Português Português-Inglês . São Paulo: DISAL, 1994. RICHARDS, Jack. Interchange Third Edition . 1. 3.ed. Student's Book with CD-Audio. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.	
Bibliografia Complementar:	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



BBC. **The English we Speak:** Podcasts. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/programmes/p02pc9zn/episodes/downloads>>. Acesso em 18/01/2017.

JENSEN, Arthur. **Selected Short Stories.** Amsterdam: The Natures Method Institutes, 1950. Disponível em <<https://csclub.uwaterloo.ca/~rfburger/language/95160756-Selected-Short-Stories.pdf>>. Acesso em 18/01/2017.

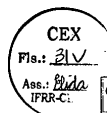
WOODWARD, Suzanne. **Fun with Grammar:** Communicative Activities for the Azar Grammar Series. New Jersey: Prentice Hall, 1997.

ZAOROB, Maria Lucia. **Games for Grammar Practice:** A Resource Book of Grammar Games and Interactive Activities. London: Cambridge, 2001.

Componente Curricular: Pronunciation/Listening (Pronúncia/Compreensão Oral)	C.H.: 40h
Bases Tecnológicas: Identificação de informações sobre, trabalho e estudos, compras, família, lazer, saúde, opiniões, férias, lugares, música, comida, mensagens telefônicas e mudança de planos ; <i>linked sounds</i> ; sílaba tônica; entonação de perguntas; sons de vogais longas e curtas; redução de <i>to</i> .	
Bibliografia Básica: COLLINS. Mini dicionário Inglês-Português Português-Inglês. São Paulo: DISAL, 1994. RICHARDS, Jack. Interchange Third Edition. 1. 3.ed. Student's Book with CD-Audio. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.	
Bibliografia Complementar: BBC. The English we Speak: Podcasts. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/programmes/p02pc9zn/episodes/downloads >. Acesso em 18/01/2017. JENSEN, Arthur. Selected Short Stories. Amsterdam: The Natures Method Institutes, 1950. Disponível em < https://csclub.uwaterloo.ca/~rfburger/language/95160756-Selected-Short-Stories.pdf >. Acesso em 18/01/2017. WOODWARD, Suzanne. Fun with Grammar: Communicative Activities for the Azar Grammar Series. New Jersey: Prentice Hall, 1997. ZAOROB, Maria Lucia. Games for Grammar Practice: A Resource Book of Grammar Games and Interactive Activities. London: Cambridge, 2001.	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Componente Curricular: Writing/Reading (Escrita e Leitura)	C.H.: 40h
Bases Tecnológicas: Escrita de biografia, comparação entre lugares, mensagem de texto, email, cartão postal, anúncio, descrição de pessoas, carta, artigo de revista, coluna de aconselhamento, resumo, convites; leitura de textos sobre nomes populares, empregos, famílias, férias, vizinhança, vestuário, esportes radicais, cidades famosas, produtos naturais, hábitos de dar gorjeta, meio ambiente, etiqueta ao telefone, metas e prioridades para o futuro.	
Bibliografia Básica: COLLINS. Mini dicionário Inglês-Português Português-Inglês . São Paulo: DISAL, 1994. RICHARDS, Jack. Interchange Third Edition . 1. 3.ed. Student's Book with CD-Audio. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.	
Bibliografia Complementar: BBC. The English we Speak : Podcasts. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/programmes/p02pc9zn/episodes/downloads >. Acesso em 18/01/2017. JENSEN, Arthur. Selected Short Stories . Amsterdam: The Natures Method Institutes, 1950. Disponível em < https://cslub.uwaterloo.ca/~rfburger/language/95160756-Selected-Short-Stories.pdf >. Acesso em 18/01/2017. WOODWARD, Suzanne. Fun with Grammar: Communicative Activities for the Azar Grammar Series . New Jersey: Prentice Hall, 1997. ZAOROB, Maria Lucia. Games for Grammar Practice: A Resource Book of Grammar Games and Interactive Activities . London: Cambridge, 2001.	

6.3 Pré-Requisito e Mecanismo de Acesso

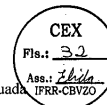
Os pré-requisitos para o ingresso ao Curso são:

- ter finalizado o Curso de Inglês Básico I do CBVZO; ou
- ser estudante com idade mínima de 15 anos ou já ter concluído o Ensino Fundamental I, desde que comprove proficiência na Língua Inglesa correspondente ao nível Básico I;
- ser desempregado, trabalhador da iniciativa privada, servidor público, trabalhador informal, servidor do IFRR, com escolaridade mínima e que comprove proficiência na Língua Inglesa correspondente ao nível Básico I.

11



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



O mecanismo de acesso para ingresso ao Curso de Formação Inicial e Continuada de Inglês Básico II dar-se-á por meio de Processo Seletivo regido por Edital de Seleção, com requisitos para inscrição e procedimentos de avaliação de proficiência nele definidos.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, cumulativa e formativa, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos relacionados ao processo de aprendizagem e ao desenvolvimento do discente observado durante a realização das atividades propostas individualmente e/ou em grupo. Os meios avaliativos a serem considerados para a avaliação quantitativa são:

- a) trabalhos individuais e coletivos;
- b) provas orais; e
- c) provas escritas;

Serão levados em consideração, no processo de avaliação da aprendizagem qualitativa do discente, cumulativamente às atividades de avaliação quantitativa, os seguintes aspectos:

- a) princípios éticos e morais, espírito de solidariedade, companheirismo; e
- b) autoavaliação.

Será considerado apto aquele discente que obtiver, ao final do curso, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco). Além disso, para efeito de certificação, além da exigência do percentual de frequência mínimo, será exigido do discente o alcance da média 7,0 (sete) em cada componente curricular, de acordo com as avaliações quantitativa e qualitativa.

A autoavaliação será estimulada e desenvolvida por meio de procedimentos que permitam o acompanhamento, pelo discente, do seu progresso, assim como a identificação de pontos a serem aprimorados. Entende-se que desta forma o discente estará consciente de seu crescimento pessoal e profissional, agindo individualmente ou em grupo.

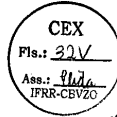
8. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O mínimo de infraestrutura necessária para a execução da proposta curricular é:

12



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



- ✓ 01 sala de aula com 20 cadeiras;
- ✓ 01 mesa e 01 cadeira;
- ✓ 01 quadro branco;
- ✓ 01 projetor de multimídia;
- ✓ 01 aparelho de som com CD player e entrada USB;
- ✓ 20 cartolinas brancas;
- ✓ 20 canetas hidrocor;
- ✓ 10 tubos de cola;
- ✓ 20 tesouras escolares pequenas, sem ponta;
- ✓ 20 pastas de papel com grampo, para arquivo das atividades;
- ✓ Revistas e jornais para recorte;
- ✓ 10 dicionários Inglês-Português Português-Inglês;
- ✓ 01 microcomputador.

9. PESSOAL DOCENTE

NOME	FORMAÇÃO/HABILITAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR	CH	CARGO
ELIDA MARIA RODRIGUES BONIFÁCIO – SIAPE 2296592	LICENCIADA EM PORTUGUÊS/INGLÊS; ESPECIALISTA EM ENSINO DE INGLÊS; MESTRE EM LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	<i>SPEAKING</i> (40h) <i>GRAMMAR</i> (40h) <i>PRONUNCIATION</i> <i>/ LISTENING</i> (40h) <i>WRITING /</i> <i>READING</i> (40h)	160h	DOCENTE EBTT IFRR CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

10. CERTIFICADOS

O aluno receberá o certificado de INGLÊS BÁSICO II, desde que tenha obtido um aproveitamento mínimo de 70% nos componentes curriculares e 75% de frequência no curso.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



11. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. SETEC/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. PROEJA – Formação Inicial e Continuada/ Ensino Fundamental - Documento Base - Brasília: SETEC/MEC, agosto de 2007.

_____. Guia PRONATEC de Cursos FIC - 4ª Edição (Portaria MEC nº 12, de 03 de maio de 2016). Disponível em: <http://uece.br/pronatec/index.php/downloads/doc_view/2365-guia-de-cursos-fic-2016?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 10 JAN 2016.

_____. Portal FNDS. Resolução/CD/FNDE nº 72, de 20 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/item/3501-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-72-de-20-de-dezembro-de-2011>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

_____. Portal FNDS. Resolução /CD/FNDE nº 4, de 16 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3501-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-72-de-20-de-dezembro-de-2011>>. Acesso em: 05 maio 2014.

A (o) PROEX/Reitoria
Para análise e parecer
Em: _____
Ass: _____
Diretor (a) Geral em Exercício
IFRR/ Campus Boa Vista Zona Oeste
Port. Nº 4.022, de 8/12/2018

A (o) _____
Para análise e parecer
Em: _____
Ass: _____
Diretor (a) Geral em Exercício
IFRR/ Campus Boa Vista Zona Oeste
de _____



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

CEX
P.S.: 33V
Ass.: [Assinatura]
IFRR-CBVZO

APRECIÇÃO / APROVAÇÃO INTERNA DO PLANO

PARECER DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO CAMPUS

Esta Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR, é de parecer:

Favorável () Desfavorável à aprovação deste Plano

15/03/2018

Assinatura: [Assinatura]

PARECER DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS

Esta Diretoria, considerando a dotação financeira e orçamentária deste Campus, é de parecer:

Favorável () Desfavorável à aprovação deste Plano

13/03/2018

Assinatura: [Assinatura]
Jonatas Silva Lima
Dir. de Adm. e Planejamento em Exercício
IFRR - Campus Boa Vista Zona Oeste
Portaria nº 022 de 13/03/2018

PARECER DA DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS

Esta Direção Geral é de parecer:

Favorável () Desfavorável à aprovação deste Plano

09/03/18

Assinatura: [Assinatura]
Diretor (a) Geral em Exercício
IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste
Port. Nº 402 de 09/03/18



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 406/CONSELHO SUPERIOR, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 352/CONSELHO SUPERIOR, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE APROVOU, AD REFERENDUM, O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO SUBSEQUENTE, NA MODALIDADE EAD DO CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM/IFRR.

A Presidente em exercício do Conselho Superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer da Conselheira Relatora, constante no Processo n.º 23229.000370.2016-43 e a decisão do colegiado tomada na 57.ª sessão plenária realizada em 6 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar a Resolução n.º 352/CONSELHO SUPERIOR, de 28 de fevereiro de 2018, que aprovou *Ad referendum* do Conselho Superior, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agronegócio Subsequente, na Modalidade EAD do *Campus* Avançado do Bonfim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 7 de novembro de 2018.

SANDRA GRÜTZMACHER

Presidente em exercício
Portaria n.º 1798/GR/2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 407-CONSELHO SUPERIOR, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018.

**APROVA O PLANO DE CURSO
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
AGRICULTOR FAMILIAR, DO CAMPUS
NOVO PARAÍSO DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR).**

A Presidente em exercício do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23230.000158.2017-28 e a decisão do colegiado tomada na 57.ª sessão plenária, realizada em 6 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Plano de Curso de Formação Inicial e Continuada Agricultor Familiar, do *Campus* Novo Paraíso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, conforme anexo desta resolução.

Art. 2.º Autorizar que os demais *campi* do IFRR utilizem o Plano do Curso aprovado por esta Resolução

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 7 de novembro de 2018.

SANDRA GRÜTZMACHER

Presidente em exercício
Portaria n.º 1798/GR/2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

PROEX



PLANO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

"AGRICULTOR FAMILIAR"



Boa Vista
2018

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá, Boa Vista (RR)
Boletim de Pessoal e de Serviços da Reitoria n.º 67/2018
Publicado em 07 de Dezembro, de 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Elaborado por:

Romildo Nicolau Alves
Alexsandro de Paula Soares
Hipólito Ribas Pereira
Márcio Mesquita Barros
Sandoval Menezes de Matos
Tarcísio Gomes Rodrigues

EM BRANCO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR. Email: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.301-090
Telefone	(95) 3264- 1224
Coordenador de Extensão do <i>Campus</i>	Daniel Chiaradia Oliveira
Coordenador do Projeto	Romildo Nicolau Alves
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do *Campus*

CNPJ	10.839.508/0003-01
Razão Social	<i>Campus</i> Novo Paraíso
Endereço	BR-174, Km -512 - Vila Novo Paraíso/Caracará – RR, E-mail: gabinete.novoparaiso@ifrr.edu.br
Cidade/UF/CEP	Caracará/RR/69.365-000
Telefone	(95) 3532- 4100
Site de Instituição	http://novoparaiso.ifrr.edu.br

III. Apresentação do Curso

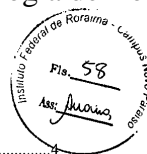
Nome do Curso	Agricultor Familiar
Resolução de aprovação	
Características do Curso FIC	Formação Inicial (X) \ PROEJA Ensino Fundamental – Formação Continuada (X) \ PROEJAFIC 200h (FIC) () PROEJA Ensino Médio ()
Eixo Tecnológico	Recursos Naturais
Carga Horária Total	200 horas
Número de Vagas por Turma	30 alunos
Escolaridade mínima	Ensino fundamental I (1º a 5º) incompleto
Data Início e Término	1º semestre de 2018
Dias da semana	Sextas feiras
Horário	17h às 21h
Forma de Ingresso	Processo seletivo
Turno	Noturno
Regime de Funcionamento	Presencial
Frequência de oferta	Semestral
Local das aulas	Escola Estadual José de Alencar/Município de Rorainópolis



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 JUSTIFICATIVA	4
3 O CURSO FIC "AGRICULTOR FAMILIAR"	5
4 OBJETIVOS DO CURSO.....	5
4.1 Objetivo geral	5
4.2 Objetivos específicos.....	5
5 PÚBLICO ALVO.....	5
6 METODOLOGIA.....	5
7 REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO.....	6
8 PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO.....	6
9 RESULTADOS ESPERADOS	6
10 ORGANIZAÇÃO CURRÍCULAR	7
10.1 Matriz Curricular	7
10.2 Ementas	7
11 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	12
12 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	13
13 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	13
14 CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTE DO CURSO	15
15 BIBLIOGRAFIA.....	15





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é composta de pequenos produtores rurais, no qual a família assume o trabalho nas atividades agrícolas. De acordo com o Ministério da Agricultura a área de produção é inferior a quatro módulos fiscais, o tamanho do módulo é de acordo com cada município.

Os agricultores familiares são chamados de pequenos produtores, pequenos agricultores, colonos, camponeses, entre tantas outras definições.

A agricultura familiar, no Brasil, passou a ser vista pelo governo de importância fundamental para o combate à fome e para garantir segurança alimentar e nutricional. Estima-se que cerca de 70,0% da alimentação do brasileiro provenha da agricultura familiar (Roder & Silva, 2013).

A aprovação da Lei nº 11.947/2009 passou a garantir que no mínimo 30,0% do valor destinado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação deve ser utilizado na aquisição da produção agrícola familiar (Brasil, 2009). O setor, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é responsável pela empregabilidade de 74,4% das ocupações no setor agrícola nacional, responsável por um terço da receita vinculada a essa produção, ocupando a fração de 24,3% dos estabelecimentos agropecuários (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006).

A agricultura familiar é a verdadeira responsável pela produção de alimentos no país, grande parte da cesta básica é proveniente dela, que é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006).

2 JUSTIFICATIVA

A região Sul do Estado de Roraima é caracterizada pela exploração madeireira e criação de gado, por esta razão, deve-se garantir que as famílias que ocupam estas áreas estabeleçam uma convivência sustentável com o meio natural.

A capacitação de produtores rurais com o curso "Agricultor Familiar" pode identificar potencialidades locais a serem exploradas economicamente, demonstrando a importância da

4



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



agricultura familiar como meio de subsistência, de promoção da segurança alimentar e de otimização do uso da terra, que não presumam o desmatamento e o uso agrícola excessivos.

O Curso FIC "Agricultor Familiar" engloba principalmente a manutenção de espécies nativas e manejo sustentável dos agroecossistemas, além do estabelecimento de metodologias de valoração e manejo de áreas do sul do estado de Roraima.

3 O CURSO FIC "AGRICULTOR FAMILIAR"

O programa de Formação Inicial e Continuada "Agricultor Familiar" no *Campus Novo Paraíso*/IFRR preza pela capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização de produtores rurais e assentados da reforma agrária.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo geral

Realizar a difusão dos conhecimentos de uma agricultura sustentável junto aos agricultores familiares, trabalhando os princípios agroecológicos e orgânicos.

4.2 Objetivos específicos

- ✓ Formar cidadãos conscientes da sua função socioambiental;
- ✓ Fornecer conhecimento técnico sobre as práticas agrícolas sustentáveis, que contribuam para sua manutenção e rentabilidade no campo.

5 PÚBLICO ALVO

O curso de Formação Inicial e Continuada "Agricultor Familiar" na modalidade presencial é destinado em específico aos trabalhadores rurais e assentados da reforma agrária.

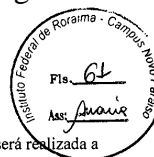
6 METODOLOGIA

O curso será ministrado para agricultores rurais e o formato será o seguinte: as aulas ocorrerão nas propriedades dos agricultores de forma que cada aula será em um lote de um

5



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



aluno. Antes do início da aula será realizado um café coletivo e durante o dia será realizada a aula. O almoço também será de forma coletiva.

O conhecimento teórico será transmitido através de roda de conversa e terá um momento para todos visitarem o lote em que está acontecendo a aula. Também serão desenvolvidas práticas para auxiliar os produtores no seu dia a dia. Serão realizadas visitas técnicas em propriedades rurais. Na equipe, haverá uma coordenadora pedagógica que sempre acompanhará as aulas (reuniões).

7 REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

As exigências mínimas para acesso ao curso é ter Ensino Fundamental (1º a 5º) – Incompleto.

O acesso dos alunos se dará da seguinte forma:

Edital, com inscrição livre, quando os cursos forem demandados por uma determinada comunidade, por empresa, grupos ou segmentos da comunidade interna ou da sociedade, seja ela organizada ou não;

O processo seletivo poderá envolver entrevistas, aplicação de questionários ou comprovantes de competências, instrumentos estes devendo estar claramente elencados no edital de seleção ou no projeto do curso FIC.

8 PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Este profissional poderá atuar em propriedades familiares de pequeno e médio porte; realizar diagnóstico da propriedade familiar baseado nas ações integradas do sistema produtivo; planejar e organizar ações de forma cooperativa; colher e beneficiar produtos agropecuários; relacionar os sistemas de produção e o ecossistema; promover a integração lavoura pecuária; e manejar os recursos naturais de forma sustentável, atendendo a legislação vigente.

9 RESULTADOS ESPERADOS

Capacitar agricultores e envolver a família na produção, para garantir a sustentabilidade do pequeno produtor no meio rural.

6



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1 Matriz curricular

A matriz curricular, bem como a carga horária disponibilizada a cada componente curricular do Curso, foi elaborada a partir das competências e habilidades necessárias para a formação do Perfil Profissional de Conclusão do Curso de Agricultor Familiar (Quadro 1).

Quadro 1. Demonstrativo dos Componentes e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Introdução a Agricultura Sustentável	10h
Manejo e Fertilidade do Solo	15h
Compostagem	20h
Olericultura	20h
Fruticultura	20h
Sistemas Agroflorestais	10h
Construções e Instalações Rurais	10h
Avicultura	15h
Ovinocultura	15h
Bovinocultura	15h
Apicultura	20h
Piscicultura	20h
Planejamento da produção rural	10h
Total	200h

10.2 Ementas

Componente Curricular: Introdução a Agricultura Sustentável (10h)
Ementa: 1. Histórico da Agricultura; 2. Histórico da Agroecologia e Agricultura Orgânica; 3. Princípios Agroecológicos e Orgânicos; 4. Conservação dos Recursos Naturais; 5. Segurança

7



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Alimentar; 6. Certificação de Produtos Agroecológicos e Orgânicos; e 7. Comercialização de Produtos Orgânicos.

Bibliografia:

PENTEADO, S. R. Agricultura Orgânica. Ed. Aprenda Fácil. 2012. 240p.
AMARAL, A. A. Fundamentos da Agroecologia. Ed. Livro Técnico. 1ª edição. 2012. 160p.
Lei 10.831/2013.

Componente Curricular: Manejo e Fertilidade do Solo (15h)

Ementa: 1. Tipos de solos; 2. Propriedades Químicas e Físicas dos solos; 3. Coleta de Solo para Análises; 4. Interpretação da Análise de Solo; 5. Calagem; 6. Fertilizantes Permitidos pela Agricultura Orgânica; 7. Matéria Orgânica do Solo. 8. Fontes Orgânicas.

Bibliografia:

PENTEADO, S. R. Agricultura Orgânica. Ed. Aprenda Fácil. 2012. 240p.
RIBEIRO, A. C.; GUIMARÃES, P. T. G.; ALVAREZ V. V. H. Recomendação para o Uso de Corretivos e Fertilizantes em Minas Gerais. 5ª Aproximação. Viçosa. 1999. 359p.
COSTA, M. B. B. Adubação orgânica: nova síntese e novo caminho para a agricultura. Ed. Ícone Editora LTDA. 1985. 102p.

Componente Curricular: Compostagem (20h)

Ementa: 1. Origem da Compostagem; 2. Princípios e fases da Compostagem; 3. Fontes Orgânicas; 4. Preparo dos Compostos; 5. Qualidade dos Compostos; 6. Aplicação dos Compostos.

Bibliografia:

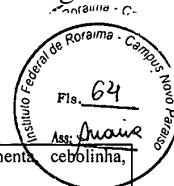
KIEHL, E. J. Fertilizantes orgânicos. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1985. 492p.
OLIVEIRA, F. N. S. et al. Uso da compostagem em sistemas agrícolas orgânicos. Embrapa Agroindústria Tropical, 2004. 17p. (Documentos, 89).
VALENTE, B. S.; XAVIER, E. G.; MORSELLI, T. B. G. A.; JAHNKE, D. S.; BRUM Jr., B. S.; CABRERA, B. R.; MORAES, P. E.; LOPES, D. C. N. Fatores que afetam o desenvolvimento da compostagem de resíduos orgânicos. Arch Zootecnia. 58: 59-85, 2009.

Componente Curricular: Olericultura (20h)

Ementa: 1. Princípios Agroecológicos e Orgânicos; 2. Fontes Orgânicas; 3. Compostagem;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



4. Biofertilizantes. 5. Inseticidas Naturais; 6. Cultivos Orgânicos: pimenta, cebolinha, coentro, abóbora, quiabo, alface, tomate, pimentão, rúcula e pepino.

Bibliografia:

SOUZA, J. L.; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. 2 ed. Ed. Aprenda Fácil. 2006. 843p.

AGUIAR, M. C. O. B.; INOUE, M. Y. Coletâneas de receitas alternativas de controle de pragas e doenças na agropecuária. Rio Branco-AC. 28p.

Componente Curricular: Fruticultura (20h)

Ementa: 1. Princípios Agroecológicos e Orgânicos; 2. Certificação; 3. Clima; 4. Solos; 5. Espécies e Variedades; 6. Mudanças; 7. Implantação de Pomar; 8. Adubação; 9. Podas; 10. Polinização; 11. Manejos de Erva Invasoras; 12. Irrigação; 13. Controle de Insetos e Doenças; 14. Colheita.

Bibliografia:

PENTEADO, S. R. Agricultura Orgânica. Ed. Aprenda Fácil. 2012. 240p.

PENTEADO, S. R. Fruticultura Orgânica: formação e condução. Ed. Aprenda Fácil. 2004. 308p.

AMARAL, A. A. Fundamentos da Agroecologia. Ed. Livro Técnico. 1ª edição. 2012. 160p.

Componente Curricular: Sistemas Agroflorestais (10h)

Ementa: 1. Definição de Sistemas Agroflorestais; 2. Tipos de Sistemas Agroflorestais; 3. Seleção de Espécies para Sistemas Agroflorestais; 4. Arranjos Agroflorestais no Sul do estado de Roraima; 5. Integração entre Sistemas Agroflorestais, Cultivo e Animais.

Bibliografia:

COELHO, G. C. Sistemas Agroflorestais. Ed. Rima. 2015. 2016p.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Ed. Expressão Popular. 2012. 400p.

Componente Curricular: Construções e Instalações Rurais (10h)

Ementa: 1. Descrição sobre os Materiais de Construção Utilizados nas Instalações Rurais; 2. Avaliação Quantitativa dos Materiais Utilizados nas Construções e Instalações Rurais; 3. Tipos de Instalações Rurais.

Bibliografia:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



BORGES, Alberto de C. - Práticas de pequenas construções I e II. Edições Edgar Bluchel Ltda, S.P. 1980.
CARNEIRO, Orlando - Construções Rurais – SÃO PAULO, 12ª Ed. Nobel 1985.
ROCHA, J. L. V. Guia técnico agropecuário: Construções e instalações rurais. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1982.
PEREIRA, M. F. Construções rurais. 4ª ed. São Paulo: Roca, 1986. 330p.
BAETA, F. C.; SOUZA, F. Anatomia em edificações rurais: conforto animal. Viçosa: UFV, 1997. 246p.

Componente Curricular: Avicultura (15h)

Ementa: 1. Introdução ao estudo da avicultura Orgânica. 2. Raças Utilizadas na Criação Orgânica; 3. Sistemas Criação Orgânica; 4. Instalações e equipamentos em avicultura Orgânica; 5. Manejo avícola. 6. O ovo: Formação e importância alimentar; 7. Higiene e profilaxia das aves em Criação Orgânica.

Bibliografia:
MENDES, A.A, NAAS, I.A.MACARI, M. Produção de frangos de corte. Campinas, FACTA, 2004.356 p.
COTTA, T. Frango de corte: criação abate e comercialização. Viçosa - MG. Aprenda Fácil, 2003. 237 p.
COTTA, T. Galinha: Produção de ovos. Viçosa - MG. Aprenda Fácil, 2002. 278 p. LANA, G. R. Q. Avicultura. Recife - PE: UFRPE, 2000. 268 p.
Bibliografia Complementar:
COSTA, B. L. da. Criação de pintos: manejo e nutrição das aves em crescimento. 4ª.ed. v. 5. São Paulo: Nobel, 1975. 184 p.
FEPLAM. Manual de avicultura. Porto Alegre: FEPLAM. 1984. 93p.
VALVERDE, C. C. Rações balanceadas para galinhas poedeiras. Viçosa- MG: Aprenda Fácil, 2001. 209 p.

Componente Curricular: Ovinocultura (15h)

Ementa: 1. Importância da Ovinocultura para a região; 2. Raças Ovinas; 3. Avaliação Fenotípica de Ovinos; 4. Melhoramento Genético Aplicado à ovinocultura; 5. Manejos na Ovinocultura Orgânica; 6. Alimentação de Ovinos em um Sistema Orgânico; 7. Sistema de Criação Orgânica.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Bibliografia:

COIMBRA FILHO, A. Técnicas de criação de ovinos. Guaíba: Agropecuária, 1997. 102p
SANTOS, V.T. Ovinocultura; princípios básicos para instalação e exploração. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1986. 167p.

Componente Curricular: Bovinocultura (15h)

Ementa: 1. Situação Atual da Bovinocultura Orgânica; 2. Raças Bovinas; 3. Avaliação Fenotípica de Bovinos; 4. Melhoramento Genético Aplicado à Bovinocultura; 5. Manejos na Bovinocultura Orgânica; 6. Alimentação de Bovinos. Sistemas de Criação de Bovinos; 7. Estudo da carcaça de bovinos.

Bibliografia:

MARQUES, D.C. Criação de bovinos. 7a ed. Belo Horizonte: CVP – Consultoria Veterinária e Publicações, 2006. 586p.
DOMINGUES, F.D.; LANGONI, H. Manejo sanitário animal. Rio de Janeiro: EPUB/BIOMÉDICA, 2001. 210 p.

Componente Curricular: Apicultura (20h)

Ementa: 1. Organização social das abelhas e classificação zoológica; 2. Instalações e equipamentos apícolas; 3. Alimentação de abelhas; 4. Reprodução e criação de abelhas rainhas; 5. Pragas e doenças; 6. Classificação e comercialização de produtos apícolas; 7. Legislação para apicultura; 8. Técnicas de produção de mel, pólen, própolis, cêra, geléia real; 9. Sistemas de produção apícola.

Bibliografia:

WIESE, H. Apicultura novos tempos. Editora Agropecuária. 2000. 424p.
COSTA, P. S. C. Planejamento e implantação do apiário (livro e CD-Rom). Editora CPT, Viçosa, MG. 2003. 118p.
COSTA, P. S. C. Apicultura migratória – produção intensiva de mel (livro e CD-Rom). Editora CPT, Viçosa, MG. 2003. 142p.

Componente Curricular: Piscicultura (20h)

Ementa: 1. Introdução à piscicultura no Brasil; 2. Principais espécies nativas para piscicultura; 3. Sistemas de produção de peixes; 4. Ambiente aquático e qualidade da água na piscicultura; 5. Anatomia e fisiologia de peixes; 6. Instalações para piscicultura; 7. Aspectos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



gerais da nutrição de peixes; 8. Manejo alimentar de peixes; 9. Reprodução induzida de peixes; 10. Transporte de peixes; 11. Principais doenças na piscicultura.

Bibliografia:

BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L.C. Espécies nativas para piscicultura no Brasil. Editora UFSM, Santa Maria. RS, 2005.
BORGHETTI, N.R.B.; OSTRENSKY, A.; BORGHETTI, J.R. Aquicultura: uma visão geral sobre a produção de organismos aquáticos no Brasil e no mundo. Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais, Curitiba, PR. 2003.
CYRINO, J.E.P.; URBINATI, E.C.; FRACALOSI, D.M.; CASTAGNOLLI, N. Tópicos Especiais em Piscicultura de Água Doce Tropical Intensiva. Aquabio, Jaboticabal, SP, 2004.

Componente Curricular: Planejamento e administração rural (10h)

Ementa: 1. Noções de economia rural; 2. Planejamento das atividades agrícolas; 3. Comercialização.

Bibliografia:

BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001, 2007.
HOFFMANN, R. et al. Administração da empresa agrícola. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
LIMA, et al. Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores Empresa Agrícola. UNIJUI, Ijuí. 1995.
RIES, L.R. Gerência agropecuária análise de resultado. Guaíba: Agropecuária, 1998.
SANTOS, G. J. et al. Administração de custos na agropecuária. São Paulo: Atlas, 1996- 2009.

11 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Em atenção à diversidade apresentam-se, como sugestão, os seguintes instrumentos de acompanhamento e avaliação da aprendizagem:

- ✓ Observação contínua;
- ✓ Elaboração de portfólio;
- ✓ Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- ✓ Provas escritas;
- ✓ Resolução de exercícios;
- ✓ Desenvolvimento de projetos;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



- ✓ Seminários;
- ✓ Relatórios;
- ✓ Provas práticas;
- ✓ Provas orais;
- ✓ Visitas técnicas.

Também serão considerados os seguintes aspectos qualitativos:

- ✓ Comportamento;
- ✓ Assiduidade;
- ✓ Princípios éticos e morais;
- ✓ Espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro e ao bem comum.

As avaliações serão contínuas, cumulativas e formativas, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos.

Será considerado apto aquele aluno que obtiver, ao final do curso, frequência mínima de 75% e aproveitamento mínimo de 70% em cada componente curricular.

12 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Instalações: sala de aula, viveiros, estufas, áreas experimentais do IFRR/CNP, lote dos agricultores etc.

Equipamentos: data show, televisão, cinema, equipamentos e ferramentas de campo etc.

13 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	PROFESSOR	FORMAÇÃO
Introdução a Agricultura Sustentável	10h	Hipólito Ribas Pereira	Mestre em Agroecologia
		Romildo Nicolau Alves	Doutor em Tecnologias Energéticas Nucleares
Manejo e Fertilidade do Solo	15h	Romildo Nicolau Alves	Doutor em Tecnologias Energéticas Nucleares

13



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Compostagem	20h	Romildo Nicolau Alves	Doutor em Tecnologias Energéticas Nucleares
		Hipólito Ribas Pereira	Mestre em Agroecologia
		Alexsandro de Paula Soares	Mestre em Ciências, com ênfase em Educação Agrícola.
Olericultura	20h	Romildo Nicolau Alves	Doutor em Tecnologias Energéticas Nucleares
		Márcio Mesquita Barros	Mestre em Produção Vegetal
Fruticultura	20h	Romildo Nicolau Alves	Doutor em Tecnologias Energéticas Nucleares
Sistemas Agroflorestais	10h	Tarcísio Gomes Rodrigues	Mestre em Produção Vegetal
Construções e Instalações Rurais	10h	Josimar da Silva Chaves	Doutor em Produção Vegetal
Avicultura	15h	Josimar da Silva Chaves	Doutor em Produção Vegetal
Ovinocultura	15h	Josimar da Silva Chaves	Doutor em Produção Vegetal
		Severino Manuel da Silva	Mestre em Zootecnia
Bovinocultura	15h	Josimar da Silva Chaves	Doutor em Produção Vegetal
Apicultura	20h	Josimar da Silva Chaves	Doutor em Produção Vegetal
Piscicultura	20h	Tarcísio Gomes Rodrigues	Mestre em Produção Vegetal
Planejamento da produção rural	10h	Romildo Nicolau Alves	Doutor em Tecnologias Energéticas Nucleares
TOTAL			200h



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



14 CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTE DO CURSO

Os cursistas que concluírem o curso e obtiverem a frequência mínima de 75% e um aproveitamento mínimo de 70% nos componentes curriculares receberão o Certificado de Formação Inicial e Continuada "Agricultor Familiar".

15 BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa nacional de fortalecimento da agricultura*. Brasília: MDA, 2012. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 23 de setembro 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Agricultura familiar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1>. Acesso em: 23 set. 2017.

RODER, Elisângela dos Santos Faustino; SILVA, Edna Lucia da. Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil. *Traz informação*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 111-126, ago. 2013.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 408/CONSELHO SUPERIOR, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 311/CONSELHO SUPERIOR, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018, QUE APROVOU, AD REFERENDUM, A REFORMULAÇÃO DO PLANO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA DO IFRR.

O Presidente em exercício do Conselho Superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer da Conselheira Relatora, constante no Processo n.º 23231.000238.2017-73 e a decisão do colegiado tomada na 55.ª sessão plenária realizada em 9 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar a Resolução n.º 311/CONSELHO SUPERIOR, de 3 de outubro de 2018, que aprovou *Ad referendum* do Conselho Superior, a Reformulação do Plano do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência da Língua Espanhola na Modalidade a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 3 de dezembro de 2018.

NADSON CASTRO DOS REIS

Presidente em exercício
Portaria n.º 1974/GR/2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 409/CONSELHO SUPERIOR, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 359/CONSELHO SUPERIOR, DE 10 DE MAIO DE 2018, QUE APROVOU, AD REFERENDUM, O PLANO DO CURSO TÉCNICO EM SECRETARIADO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO-INTEGRAL DO IFRR.

O Presidente em exercício do Conselho Superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer da Conselheira Relatora, constante no Processo n.º 23229.000492.2016-30 e a decisão do colegiado tomada na 57.^a sessão plenária realizada em 6 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar a Resolução n.º 359/CONSELHO SUPERIOR, de 10 de maio de 2018, que aprovou *Ad referendum* do Conselho Superior, o Plano do Curso Técnico em Secretariado Integrado ao Ensino Médio-Integral, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 3 de dezembro de 2018.

NADSON CASTRO DOS REIS

Presidente em exercício
Portaria n.º 1974/GR/2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 410/CONSELHO SUPERIOR, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018.

**APROVA O PLANO DO CURSO
TÉCNICO EM COOPERATIVISMO
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO
NA MODALIDADE DE A DISTÂNCIA DO
IFRR.**

O Presidente em exercício do Conselho Superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23231.000425.2015-95 e a decisão do colegiado tomada na 57.ª sessão plenária realizada em 6 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Plano do Curso Técnico em Cooperativismo Subsequente ao Ensino Médio na Modalidade a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), conforme anexo desta resolução.

Art. 2.º Autorizar que os demais *campi* do IFRR utilizem o Plano do Curso aprovado por esta Resolução

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 3 de dezembro de 2018.

NADSON CASTRO DOS REIS

Presidente em exercício
Portaria n.º 1974/GR/2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS AMAJARI

PLANO DO CURSO
TÉCNICO EM COOPERATIVISMO
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Amajari - RR
2017



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Portaria nº383/2014 alterada pela Portaria nº400/2014

André Trindade de Barros

Edivânia Oliveira Santana

Luana Firmino Lobo

Lucas Eduardo Comassetto

Luciana Andréia Silva Bacelar

Pierlangela Nascimento da Cunha

Raine Castro de Moura Carvalho

Ronald Ramiro Ramos

Roselis Bastos da Silva

Silvana Menezes da Silva

Thays Cristine Soares de Carvalho



COLABORAÇÃO

Equipe Pedagógica, Corpo Docente e Técnico do *Campus Amajari*



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	1
2. APRESENTAÇÃO	2
3. JUSTIFICATIVA	8
4. OBJETIVOS	6
4.1 Objetivo Geral	6
4.2 Objetivos Específicos	6
5. REQUISITOS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.....	6
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	7
6.1 Competências Específicas da Área Profissional	7
6.2 Área de Atuação do Egresso	8
6.3 Acompanhamento do Egresso	9
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	9
7.1 Estrutura Curricular.....	9
7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo	11
7.3 Ementário	11
7.4 Terminalidades Intermediárias	32
7.5 Prática Profissional Integrada	32
7.6 Projeto Integrador.....	41
7.7 Estágio Curricular	42
7.8 Práticas Interdisciplinares	42
7.9 Atividades Complementares	42
8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	43
8.1 Avaliação de Aprendizagem	43
9 DA VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM SEGUNDA CHAMADA	45
10 DA REVISÃO DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	46
10.1 Avaliação do Curso	46
10.2 Avaliação da Proposta Pedagógica do Curso	46
10.3 Aproveitamento e procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais Anteriormente Desenvolvidas	47



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



10.4 Atendimento ao Discente	49
11 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	49
12 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	50
13 Instalações	52
14 Instalações, Equipamentos e Recursos Tecnológicos	52
14.1 Espaço físico da biblioteca	53
14.2. Infraestrutura de Laboratórios	53
14.2.1 Laboratório de Informática	53
14.2.2 Laboratório de Biologia e Química	53
14.2.3 laboratório de Aquicultura e Limnologia.....	54
15 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO.....	55
15.1 Pessoal docente.....	55
15.2 Pessoal técnico.....	55
16 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS.....	56
17 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O Curso Técnico em Cooperativismo está elencado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, integrando o Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, que compreende tecnologias direcionadas para aplicação, desenvolvimento e difusão de tecnologias, com formação em gestão de processos de produção de bens e serviços e capacidade empreendedora, em sintonia com o mercado. Será oferecido aos egressos do Ensino Médio, sendo planejado de forma a conduzir o educando a habilitação profissional técnica de nível médio.

O Curso será realizado na modalidade a distância, em horário e turno integral, com vistas a garantir o cumprimento da carga horária prevista, bem como viabilizar a participação dos discentes em atividades complementares, sendo essas pertinentes à construção do perfil profissional de conclusão do Curso Técnico em Cooperativismo.

As atividades teóricas e práticas serão executadas nas dependências do *Campus* Amajari, localizado na Rodovia Antonino Menezes da Silva, km 03 Amajari/RR e em outros quatro polos de Educação a Distância do IFRR, sendo três no município de Normandia-RR; Comunidades Indígenas Araça da Serra, Raposa I e Xumina e um polo no município do Uiramutã.

O presente Plano de Curso encontra-se autorizado para execução, conforme a Resolução de aprovação do Conselho Superior do IFRR, número ____, de ____ de _____ de 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



2 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cooperativismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) procurando explicitar os diferentes elementos que foram considerados na definição do currículo do curso e, portanto, na definição de sua matriz curricular. Foi formulado, com apoio pedagógico, por professores atuantes na Instituição, especializados diretamente nesta área e/ou em áreas afins, para que o curso atinja seu objetivo, que é de formar profissionais competitivos de alto padrão, prontos para assumirem suas responsabilidades no mercado de trabalho.

Segundo CARVALHO, 2014, a oferta de cursos de associativismo e cooperativismo tem a perspectiva de criar um celeiro de conhecimento sobre o cooperativismo e o associativismo, particularmente de Roraima, proporcionando uma expertise diferencial local.

Novas cooperativas poderão ser criadas a partir dos conhecimentos que serão repassados, potencializando suas ações na perspectiva de novos cenários, por intermédio de ações voltadas para os estudantes egressos do Ensino Médio.

Portanto este documento tem por objetivo propor a criação do Curso Técnico em Cooperativismo do IFRR, para que possamos oferecer melhor qualificação aos nossos discentes e futuros profissionais nas diversas áreas do Cooperativismo, possibilitando a viabilização de soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento regional, tanto para os produtores rurais, como para as comunidades indígenas do estado de Roraima.

2.1 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR é originário da extinta Escola Técnica implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987 com os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Edificações. Por meio do Decreto nº 026 (E), de 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima criou a Escola Técnica de Roraima. O Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e as matrizes curriculares dos cursos por ela ministrados e tornou válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento.

Por força da Lei Federal nº 8.670, de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, iniciando, em 1994, suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-Território Federal de Roraima, incorporando ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos e absorvendo todos os alunos matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

2



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



A partir dessa data, a Escola iniciou um Programa de Expansão de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos – Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série, Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física – totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 alunos. Em dezembro de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, por meio da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, publicada no DOU nº 233, de 9 de dezembro, Seção I. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu por meio do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221, Seção I, tendo a referida solenidade ocorrida dia 10 de dezembro de 2002.

Com a transformação dessa Instituição em CEFET-RR a comunidade interna preparou-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e superior. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta vinculada à transformação da ETFRR em CEFET-RR. Em 2005, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, promovendo a implantação de Unidades Descentralizadas – UNED's em diversas unidades da federação, sendo o CEFET-RR contemplado na fase I, com a UNED Novo Paraíso, no município de Caracará, região sul do Estado.

As atividades pedagógicas na UNED/Novo Paraíso tiveram início em agosto de 2007 com 172 alunos matriculados no Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma com 22 alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

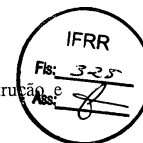
Em 11 de novembro de 2007, a UNED de Novo Paraíso foi inaugurada, com a presença “in loco” do Ministro da Educação Fernando Haddad. Na fase II, o CEFET-RR foi contemplado com o *Campus* Amajari, localizado na região norte do Estado, município de Amajari, que iniciou suas atividades atendendo a 70 alunos matriculados no Curso Técnico em Agricultura, funcionando provisoriamente no espaço físico da Escola Estadual Ovídio Dias, mediante parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação. Em setembro de 2012, o *Campus* Amajari foi oficialmente entregue à comunidade e, em dezembro de 2012, foi inaugurado pela presidenta da república em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e muda a denominação das unidades passando de UNED para *Campus*. O IFRR foi criado por essa lei mediante a transformação do CEFETRR em Instituto Federal. Em 2010 foi lançada a fase III do plano de expansão da Rede Federal e o IFRR

3



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



contemplado com mais uma unidade o *Campus* Zona Oeste, cujo processo de construção e implantação está em andamento na zona oeste de Boa Vista.

Atualmente, o IFRR está estruturado com uma Reitoria e quatro *Campi* distribuídos pelo estado, conforme mostra a figura 01 e detalhamento a seguir:

- a) *Campus* Boa Vista – localizado na região central do Estado, em Boa Vista. Tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Mucajaí e Iracema;
- b) *Campus* Novo Paraíso - localizado na região sul do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Caracará, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis;
- c) *Campus* Amajari – localizado na região norte do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre;
- d) *Campus* Zona Oeste de Boa Vista – localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista, atualmente em fase de construção e Implantação. Com os cursos Técnicos subseqüente em Serviço Público e Comércio.
- e) *Campus* Avançado do Bonfim – localizado no município de Bonfim, atualmente em fase de construção e Implantação.

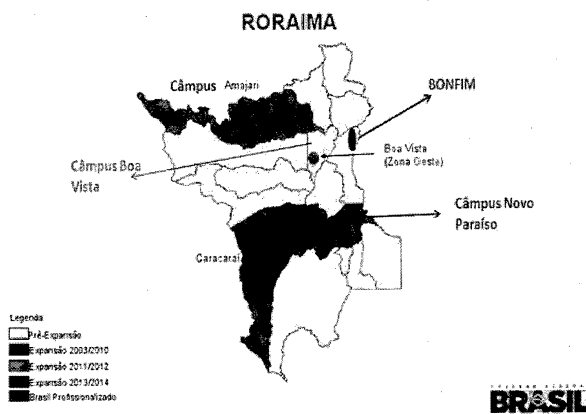


Figura 1: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos Campi do IFRR. Fonte: Brasil, MEC/SETEC



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



No *Campus* Boa Vista, são ofertados 08 cursos de graduação, sendo 04 Cursos Superiores de Tecnologia (Tecnologia em Gestão Hospitalar, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Saneamento Ambiental e Tecnologia em Gestão de Turismo), e 04 Cursos de Licenciatura (Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Licenciatura em Matemática e Licenciatura Plena em Educação Física). Dos Cursos de Licenciatura 02 são ofertados pelo Programa PARFOR, via Plataforma Freire da CAPES e 01 ofertado via Educação a Distância – EAD. Também são ofertados 02 Cursos de Pós-Graduação (mestrado em educação e Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis. Além dos Cursos Técnicos de Nível Médio presenciais (Enfermagem, Eletrônica, Análises Clínicas, Eletrotécnica, Secretariado, Edificações e Informática), dos quais 04 são ofertados pelo Programa Pró Funcionário, via Rede e-TEC.

No *Campus* Novo Paraíso, são ofertados 03 Cursos Técnicos, sendo 02 presenciais funcionando em regime integral com habilitação em Agropecuária, Agroindústria e Agricultura Integrado ao Ensino Médio, 01 subsequente em Agropecuária, desenvolvido no regime de Alternância - internato pleno.

No *Campus* Boa Vista Zona Oeste, são ofertados 02 Cursos Técnicos - Técnico subsequente em Serviço Público e Técnico subsequente em Comércio.

No *Campus* Avançado de Bonfim são ofertados 02 Cursos Técnicos - Técnico Subsequente em Comércio Exterior e Técnico Subsequente em Administração.

No *Campus* Amajari são ofertados 03 Cursos Técnicos presenciais (Agricultura, Agropecuária e Aquicultura) e 01 Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura. Dos cursos Técnicos, os de Agricultura e Agropecuária são ofertados da seguinte maneira: Integrado ao Ensino Médio, Subsequente ao Ensino Médio, Concomitante ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Integrado ao Ensino médio no regime de Alternância - internato pleno. O curso Técnico em Aquicultura é ofertado, integrado ao Ensino Médio e subsequente ao Ensino Médio.

Nos três *campi* do IFRR são ofertados também, Cursos de Qualificação Profissional de Formação Inicial e Continuada – FIC, Cursos do Programa Mulheres Mil e do PRONATEC.

Atualmente, o IFRR atende a um total de 8.944 alunos, sendo 4.231 matriculados nos cursos Técnicos, Superiores e de Pós-Graduação e 4.713 alunos matriculados nos cursos do PRONATEC, Mulheres Mil e Pró Funcionário/e-TEC. Para dar conta dessa demanda o IFRR conta com um quadro de pessoal constituído por 275 docentes, sendo 241 professores efetivos, 26 professores substitutos, 8 professores temporários e 316 Técnicos-Administrativos distribuídos em seus cinco Campi e Reitoria. A área de atuação do IFRR se estende pela soma

5



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



das áreas de abrangência de todos os seus Campi, o que significa dizer praticamente todo o Estado de Roraima, incluindo também, especialmente através dos *Campi* Boa Vista e Amajari, o atendimento às comunidades indígenas das diferentes etnias, cuja localização está definida de acordo com a demarcação e homologação das terras indígenas.



Figura 2: Mapa das Terras Indígenas de Roraima. Fonte: Atlas do Estado de Roraima 20.

2.2 Histórico do IFRR/Campus Amajari

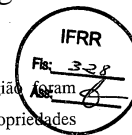
O IFRR/Campus Amajari teve seu funcionamento autorizado pela Portaria nº 1366 de 06 de dezembro de 2010 do Ministério da Educação publicada no Diário Oficial da União nº 234 de 08 de dezembro 2010, iniciando seu funcionamento em 08/12/2010, dentro dos pressupostos do Plano de Expansão da Educação Tecnológica.

O Campus Amajari, localizado a 156 km da capital, Boa Vista, foi implantado em que permite o acesso a população da sede do município, dos produtores rurais oriundo de áreas de assentamentos rurais e das comunidades indígenas, desta formam realizadas em 2008 três Audiências Públicas: na sede do município; na Vila Trairão e na Comunidade Indígena Três Corações, com o objetivo de apresentar o projeto de implantação e ouvir a população quanto aos cursos a serem ofertados. Em 2009, já como IFRR/Campus Amajari, foram realizados

6



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



levantamentos sobre informações socioeconômica, educacional e produtiva da região foram realizadas por meio de visitas nas escolas da região (municipais e estaduais) e nas propriedades rurais.

Assim, em 22 de maio de 2010 foi realizado o lançamento da Pedra Fundamental do *Campus* Amajari, nesta cerimônia os presentes registraram suas perspectivas do futuro para a região do Amajari, estes registros foram lacrados uma caixa de intenções que será aberta no 5º aniversário do *Campus*. pautado em retrato da região, em 2010 começou a ser elaborado o Plano de Curso Técnico em Agricultura - Subsequente ao Ensino Médio, para ser ofertado no segundo semestre. Em julho, aprovado pelo Ministério da Educação, iniciaram-se os trabalhos no "Projeto de Estruturação de Hortas Orgânicas nas comunidades do Amajari", projeto de implantação de Núcleos de Estudos em Agroecologia - NEAGRO. Em setembro, ainda em instalações provisórias, na Escola Estadual Ovídio Dias de Souza, o *Campus* Amajari iniciou suas atividades acadêmicas, ofertando 70 vagas para o curso Técnico em Agricultura - Subsequente ao Ensino Médio (diurno e noturno, com retornos aos sábados para as atividades práticas).

No ano de 2011, o *Campus* ofertou a sua primeira turma na modalidade Concomitância, um convênio com as Escolas Estaduais Indígenas. Possibilitando, desta forma, que discentes que cursavam o Ensino Médio nas escolas conveniadas, também obtivessem a formação profissional, cursando ao mesmo tempo, em horário oposto, os componentes pertinentes à formação técnica (núcleos diversificado e profissional). Ao final de 2011, o *Campus* Amajari passou a sediar o Núcleo de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura - NUPA/Norte 06 do IFRR, realizando levantamento de dados sobre o perfil dos pescadores e consumidores de pescado da região.

As primeiras turmas na modalidade Integrado ao Ensino Médio do Curso Técnico em Agricultura foram ofertadas em 2012, das 140 vagas ofertadas, 70 vagas em regime de Alternância. Em meados de julho, o IFRR/*Campus* Amajari retorna as aulas na sede própria, ainda em fase final de construção. A solenidade de inauguração do novo edifício aconteceu em 28 de agosto de 2012, durante as comemorações de 19 anos do IFRR.

Ainda em 2012, por meio do Programa Mulheres Mil, 100 mulheres oriundas das Comunidades Indígenas do Aningal, Cajueiro, Guariba, Juraci, Mangueira, Mutamba, Ouro, Santa Inês, Três Corações e Urucuri, iniciaram o curso de Produção e Beneficiamento de Frutas e Hortaliças. O foco principal do curso foi a produção de molho de pimenta a partir de receitas indígenas, agregando o devido conhecimento técnico.

Em 2013, o *Campus* Amajari ofertou o curso Técnico em Agropecuária (Integrado ao Ensino Médio e Subsequente), e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

7



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Emprego - PRONATEC os cursos de Apicultor, Auxiliar Administrativo e Operador de Computador.

Em 2014, o *Campus* Amajari ofertou a sua primeira turma do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade em alternância, com alunos oriundos da região do Alto Alegre, através da Vila do Taiano e comunidades indígenas da Barata, Anta I, Anta II, Boqueirão e Piun. Além de dar continuidade com os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Em 2015, foi criada a primeira turma de Técnico em Aquicultura subsequente ao Ensino Médio. E em 2016 a primeira turma do Curso Superior em Tecnologia em Aquicultura.

O IFRR/*Campus* Amajari é uma instituição na qual a formação está orientada para a formação técnica, a qual os estudantes adquirem conhecimentos e desenvolvem habilidades para que, ao concluir seus estudos, estejam preparados para o mercado de trabalho e para trilhar os próximos níveis educacionais. Aliada a estes princípios, a instituição procura preparar os estudantes para serem membros responsáveis e atuantes da sociedade. Para tanto, realiza ainda ações junto a comunidade por meio de seus Núcleos (NEAGRO e NUPA - Norte 06) e de projetos de Extensão e Pesquisa, envolvendo estudantes, servidores do IFRR e de instituições parceiras.

3 JUSTIFICATIVA

O *Campus* Amajari está localizado na região norte do estado de Roraima, na Vila Brasil, sede do município de Amajari, distante 156 km de Boa Vista. O Município de Amajari conta com uma população de 9.327 habitantes, conforme dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O *Campus* Amajari tem oferta prioritária de ações educacionais relacionadas ao eixo tecnológico de recursos naturais, compreendendo, em especial, as tecnologias pertinentes à produção vegetal e animal. Contudo, estenderá o atendimento em outras áreas profissionais como educação, saúde, turismo e informática, sobretudo a partir de atividades de extensão.

O *Campus* Amajari tem uma área de abrangência que permite o acesso, na sede de seu município, aos seus Cursos e atividades, a estudantes, filhos de pequenos produtores, oriundos de áreas de assentamentos rurais e comunidades indígenas, com produções voltadas à agricultura familiar e proprietários de fazendas dedicados principalmente às atividades da pecuária, bem como das demais comunidades, situadas nas áreas urbanas das vilas.

A diversidade cultural do estado é intensificada em Amajari pela convivência entre os diferentes saberes e tradições indígenas, de fazendeiros e de pequenos produtores rurais, regra

8



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



geral, migrantes de outros estados do país.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a oferta deste Curso oportunizará a formação de profissionais que poderão intervir na realidade local, buscando superar problemas relacionados à organização social, podendo intervir no desenvolvimento social e econômico do município e da região.

O Curso Técnico em Cooperativismo é ofertado a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente. Ele vem responder à demanda por preparação, formação e aprimoramento educacional e profissional, numa situação em que os indivíduos não têm acesso aos cursos presenciais, ou ainda, não podem dispensar de períodos longos para sua formação.

Os concluintes dos cursos técnicos são profissionais de nível médio, aptos a desenvolver atividades em uma determinada área. Possuem formação direcionada para aplicação, desenvolvimento e difusão de tecnologias, com formação em gestão de processos de produção de bens e serviços e capacidade empreendedora, em sintonia com o mercado.

Nesse sentido, é relevante oportunizar a formação de profissionais técnicos na área do cooperativismo, pois o cooperativismo, como o próprio nome já diz, tem como principal finalidade libertar o homem do individualismo, através da cooperação entre seus associados, satisfazendo, assim, as suas necessidades. É um sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riqueza, tendo como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas. A cooperação, que sempre existiu nas sociedades humanas desde as eras mais remotas, esteve presente como resultante de necessidades imperiosas de sobrevivência. É a união de pessoas voltadas para objetivos comuns. Além disso, o cooperativismo defende a reforma pacífica e gradual da coletividade e a solução dos problemas comuns através da união, auxílio mútuo e integração entre as pessoas. Busca a correção de desníveis e injustiças sociais com a repartição equitativa e harmoniosa de bens e valores.

A participação dos associados é o principal fator de eficiência empresarial nas cooperativas. É em função dos associados que a Cooperativa existe, pois, caso ela deixe de cumprir seu papel de representante de seus associados, ela perde a razão de ser. Essa participação exige uma educação cooperativa, voltada para a conscientização política e social, para a transparência na gestão e para a organização do quadro social.

Acima de tudo as empresas cooperativas devem ser competitivas e atraentes para seus associados. A garantia de que a competitividade seja alcançada pressupõe que algumas dificuldades sejam conhecidas e deixadas para trás, sejam elas: a baixa acumulação de capital, o investimento em tecnologia e a competitividade de seus produtos por meio de ganhos de escala e

9



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



qualidade.

O Curso Técnico em Cooperativismo proposto pelo IFRR/Campus Amajari estruturado em três módulos, começando por componentes curriculares mais básicos, evoluindo para um aprendizado mais específico de gestão na área de cooperativas. Essa estrutura foi planejada com o intuito de preparar profissionais para o campo interdisciplinar da Gestão de Cooperativas. Para a obtenção do certificado de Técnico, o estudante terá que concluir, com aprovação, todos os componentes curriculares propostos para o curso, em sua integralidade. O profissional diplomado terá, entre outros, subsídios para entender a importância da visão e do raciocínio estratégico a serem aplicados às gestões de cooperativas; realizar atividades de planejamento, operação, controle e avaliação dos processos organizacionais; criar, inovar e promover a produtividade e qualidade das cooperativas e da sociedade na qual está inserido.

Também se devem destacar os dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que demonstram um aumento significativo no número de associados e de funcionários de cooperativas. Esse aumento decorre do crescimento da atividade econômica e conseqüentemente surge uma maior demanda por qualificação técnica em cooperativas. Diante disso, a criação do Curso Técnico em Cooperativismo no IFRR Campus Amajari, modalidade EaD, justifica-se para responder à demanda por futuros técnicos em Cooperativismo em regiões onde ainda não há a oferta de cursos públicos, bem como proporcionar aos estudantes que já tenham concluído o Ensino Médio a possibilidade de ter uma profissão requisitada no mundo do trabalho.

Em 2014, quando foram apresentados os cursos a serem ofertados, houve demanda nos seguintes polos pelo Curso Técnico em Cooperativismo: nos municípios de Normandia – Comunidades; Araçá da Serra, Xumina e Raposa –, Amajari e Uiramutã, ou seja, cinco polos solicitaram o curso baseados nas demandas que têm a respeito de áreas de conhecimento.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

O Curso Técnico em Cooperativismo tem como objetivo formar profissionais técnicos de nível médio, para atuar em gestão de cooperativas de qualquer natureza, de forma que estejam aptos a desenvolver e inovar atividades empresariais atinentes ao sistema cooperativo bem como a aplicar os princípios e valores do Cooperativismo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



4.2 Objetivos específicos

- Capacitar o estudante para o planejamento e a execução dos processos cooperativos em seus diversos segmentos;
- Desenvolver habilidades e competências para gestão de processos de produção de bens e serviços;
- Desenvolver a capacidade empreendedora, notadamente em ações voltadas ao cooperativismo, orientando a elaboração e desenvolvimento de projetos em comunidades rurais e urbanas;
- Desenvolver habilidades para exercer atividades como auxiliar de gestão em cooperativas, na formação e no desenvolvimento de cooperativas, e para atuar na gestão de contratos, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista, prestando assistência e serviços em cooperativas.

5 REQUISITOS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA

O acesso ao Curso Técnico em Cooperativismo Subsequente ao Ensino Médio, na modalidade à distância, é destinado aos portadores do certificado de conclusão do Ensino Médio, ou equivalente, de acordo com legislação vigente. Poderá ser realizado mediante processo seletivo, aberto ao público. O ingresso se dará mediante processo seletivo, cujas normas serão estabelecidas em Edital publicado no sítio da instituição e, respeitando as Leis nº 9.394/1996 e nº 12.711/2012.

O Curso Técnico em Cooperativismo, na modalidade a distância, será ofertado em edição única, podendo ser ofertado posteriormente caso haja demanda.

A aprovação no Processo Seletivo, regido por Edital dará ao candidato o direito de ingressar no primeiro semestre letivo, do Curso Técnico em Cooperativismo na modalidade à distância. O ingresso às atividades das etapas subsequentes será possível ao estudante que tiver obtido aproveitamento conforme normas do IFRR.

No caso de transferência, atender as normas que regulamentam o ensino do IFRR.

Como meios para promover a permanência dos discentes no curso, a instituição disponibilizará acompanhamento e atendimento nas áreas pedagógica, social, de saúde, cultural e esportiva.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso Técnico em Cooperativismo é um profissional de nível médio, comprometido com o desenvolvimento social, econômico e pessoal, estando qualificado a compreender o papel social das cooperativas, a desenvolver e a incentivar as diferentes atividades referentes ao associativismo, respeitando valores éticos, morais, culturais, sociais e ambientais.

6.1 Competências Específicas da Área Profissional

Além das competências já especificadas, também serão propiciadas ao discente, condições para aquisição de competências que lhe permitam:

- Conhecer os fundamentos da Administração, compreendendo o ambiente de atuação das organizações, bem como os processos organizacionais utilizados para a gestão;
- Executar, controlar e avaliar as atividades do ciclo financeiro, contábil e do patrimônio mediante uso e interpretação das demonstrações contábeis e financeiras;
- Conceituar cooperativismo e associativismo, conhecendo seus princípios, formas, correntes, origem e inserções na sociedade;
- Conhecer a legislação cooperativista e suas implicações na tomada de decisão em relação à gestão de cooperativas;
- Selecionar e utilizar estratégias para identificação e avaliação dos diferentes custos referentes aos processos organizacionais, em especial das cooperativas;
- Analisar as condições sociais e econômicas e desenvolver estratégias para a constituição de cooperativas;
- Aplicar as operações da matemática financeira em atividades do ciclo financeiro, tributário, contábil, dos recursos humanos, materiais, da produção, dos seguros e do patrimônio das cooperativas;
- Compreender os fundamentos do *marketing* como filosofia organizacional e aplicar esses conceitos na análise de mercado;
- Gerar propostas de organização social e grupos específicos a partir da educação cooperativista;
- Planejar, executar e controlar as políticas de *marketing* relativas a produto ou serviço, preço, distribuição e comunicação em organizações cooperativas;
- Compreender os aspectos comportamentais de pessoas em organizações, aplicando-os na gestão de cooperativas;
- Administrar as disponibilidades, os recebíveis, os estoques e as fontes de financiamento das organizações, em especial das cooperativas;
- Identificar e solucionar problemas relacionados à atualidade na gestão de cooperativas;
- Conhecer os problemas, as perspectivas e as tendências do cooperativismo frente aos desafios da atualidade, relacionando as experiências concretas com o mundo cooperativo;

12



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



- Dominar estratégias para desenvolver o espírito empreendedor tanto no momento de formação de associações cooperativas, como na gestão daquelas que estão em funcionamento;
- Identificar as tendências filosóficas no associativismo mundial e no Brasil e suas repercussões;
- Demonstrar, adquirir e articular experiências profissionais relativas à gestão de cooperativas.

6.2 Área de atuação do Egresso

O Técnico em Cooperativismo deverá ocupar um nicho de mercado que passa a exigir, cada vez mais, a qualificação profissional para atuação nas instituições Cooperativas, entendendo os mecanismos de gestão, compreendendo as técnicas e processos. Com possibilidades de atuação em cooperativas, consultorias, instituições públicas, privadas e do terceiro setor. (CNCT, p. 50)

No estado de Roraima dois ramos do cooperativismo merecem destaque: Ramo Transporte: organizado através de cooperativas de transporte de cargas e escolar, táxi e transporte de cargas internacionais; e o Ramo Agropecuário: que é organizado por intermédio de pequenas cooperativas, como tem no Sul do Estado, onde os egressos do Curso de Cooperativismo poderão atuar. No entanto, vale salientar que Roraima dispõe de potencial para criação de cooperativas nos outros onze ramos de economia existentes.

De acordo com CARVALHO, 2014 as cooperativas e associações do Estado poderão ser beneficiadas desses conhecimentos, potencializando suas ações na perspectiva de novos cenários. Também pode-se estimular a geração de novas lideranças cooperativas e associativas por intermédio de ações voltadas para os jovens estudantes.

O cooperativismo tem se consolidado como fonte de renda e inserção social a um universo cada vez maior de pessoas. Os indicadores do Sistema OCB confirmam essa tendência. Em 2011, o total de associados às cooperativas ligadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) passou dos 10 milhões, registrando um crescimento de 11% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizados cerca de 9 milhões. Seguindo essa mesma linha, também foi observado crescimento no quadro de empregados, que fechou o último período em 296 mil, 9,3% a mais do que em 2010. Os dados fazem parte de um estudo da Gerência de Monitoramento e Desenvolvimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Em 2011, o número de cooperativas registradas, segundo a OCB(2014), ficou em 6.586.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



6.3 Acompanhamento do Egresso

A política de egressos do IFRR estará calcada na possibilidade de potencializar as competências e as habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional. A Instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

As atividades do setor que trabalhará com esse acompanhamento possibilitarão a avaliação contínua da Instituição, considerando inclusive o desempenho profissional dos ex-alunos, oportunizando adicionalmente, a participação dos mesmos em outras atividades oferecidas pela IFRR. Sendo os objetivos específicos do setor de acompanhamento de egressos:

- a) manter os registros atualizados de alunos egressos;
- b) avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- c) promover o intercâmbio entre ex-alunos;
- d) promover encontros, cursos de extensão, e palestras direcionadas a profissionais formados pela Instituição;
- e) condecorar os egressos que se destacam nas atividades profissionais;
- f) divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico em Cooperativismo, ofertado pelo Campus Amajari, tem organização curricular modular, dividido em 3 (três) módulos semestrais, que correspondem a 18 meses, com um total de 1.200 horas de atividades acadêmicas.

7.1 Estrutura Curricular

A Proposta Curricular está centrada no desenvolvimento do sujeito nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e sociocultural, oportunizando a construção de sua autonomia, criticidade, criatividade e empreendedorismo, a partir da interação entre teoria e prática.

O Curso Técnico em Cooperativismo, subsequente na modalidade a distância (EaD) apresenta uma organização curricular distribuída em 3 (três) módulos (20 componentes curriculares), sendo que cada módulo correspondente a 1 (um) semestre letivo, contemplando os componentes curriculares agrupados de forma a possibilitar a construção do conhecimento, em



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



nível de complexidade gradativa.

As aulas presenciais serão realizadas no respectivo polo de matrícula do estudante respeitando o disposto em legislação (mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina presencial).

O curso será fundamentado na articulação teoria-prática e no trabalho como princípio educativo, ou seja, na perspectiva de que as atividades de ensino possam ser planejadas e executadas, garantindo ao educando o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

O Curso contempla carga horária destinada às atividades teóricas e também às práticas, para que o educando tenha a oportunidade de refletir sobre a natureza do trabalho, suas peculiaridades, importância e interação social.

O discente será considerado aprovado quando tiver atingido 70% de aproveitamento e 75% de frequência nas atividades presenciais. O estudante só poderá ingressar no módulo seguinte após a conclusão de todos os componentes curriculares referentes ao semestre anterior, obrigatoriamente no período de oferta.

O sistema de avaliação do estudante respeitará as normas existentes na legislação vigente do Instituto Federal de Roraima.

Aos estudantes com aprovação em todos os componentes curriculares previstos no currículo do curso será conferido o Diploma com o título de Técnico em Cooperativismo, no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, de acordo com a Lei 9.394/96, Parecer CNE/CEB nº 11/2012, Resolução CNE/CEB 06/2012, Decreto Federal Nº 5154/2004, Parecer CNE/CEB Nº 11/2008, Resolução CNE/CEB 03/2008 e Portaria do MEC nº 870/2008.

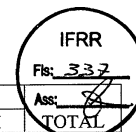
A presente proposta do *Campus Amajari/IFRR* expressa à intenção de formar Técnicos em Cooperativismo, que atendam às demandas e aos arranjos produtivos locais, visando à inserção no mundo do trabalho.

A tabela abaixo apresenta os componentes curriculares que serão desenvolvidos e suas respectivas cargas horárias.

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



ÁREA	COMPONENTES CURRICULARES	MÓDULOS			TOTAL
		I	II	III	
NÚCLEO PROFISSIONAL	Construção e Desenvolvimento de Cooperativas	60			60h
	Contabilidade e Custos		60		60h
	Educação Cooperativista		60		60h
	Elaboração e Análise de Projetos			60	60h
	Empreendedorismo			30	30h
	Gestão de Marketing em Cooperativas			60	60h
	Gestão de Pessoas	60			60h
	Gestão Estratégica em Cooperativas			60	60h
	Governança Cooperativa			60	60h
	Introdução à Administração	45			45h
	Introdução ao Agronegócio	60			60h
	Introdução ao Cooperativismo	45			45h
	Legislação Cooperativista		60		60h
	Legislação Indigenista		45		45h
	Leitura e Produção de Textos Empresariais	45			45h
	Matemática Financeira	60			60h
	Metodologia Científica	60			60h
	Metodologia Participativa			75	75h
	Responsabilidade Social		60		60h
	Saúde e Segurança do Trabalho		45		45h
Sociologia do Trabalho		45		45h	
Sistemas de Informações Gerenciais	45			45h	
Total de Horas por Semestre		360h	375h	315h	
Total de Disciplinas por Semestre		8	7	7	
Carga Horária Total do Curso					1200h

7.3 Ementário

<p>CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS- Módulo I- 60 horas/aula</p> <p>Competências e Habilidades</p> <p>Oferecer condições ao educando para analisar as condições psicossociais que influenciam no sucesso ou fracasso das cooperativas;</p> <p>Compreender os efeitos das estratégias de intervenção educativas e tutorial na constituição das cooperativas, bem como, compreender a importância da coesão grupal e da participação no cooperativismo; compreender e aplicar estratégia de Organização do Quadro Social como mecanismo estimulador da coesão e da participação nas cooperativas; Compreender e executar</p>
--



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



os procedimentos formais para a constituição de cooperativas.

Bases científico-tecnológicas

Pré-condições psicossociais para o êxito do empreendimento cooperativo; Estratégias de intervenção: Tutorial e Participativa; Incubadora Tecnológica de Cooperativas; Participação nas cooperativas; Organização do Quadro Social – OQS; Componentes da constituição formal da cooperativa; Ordenamento interno da cooperativa: estatuto social, capital social, associados e órgãos sociais.

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE, F. J. B. ; MASCARENO, R. M. P. **Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo**. Psicologia e sociedade (impresso), V. 1, P. 41-61, 2001.

ALENCAR, E. **Formas de intervenção e associações comunitárias**. Revista Brasileira de Administração Contemporânea, ANPAD, Rio de Janeiro, V. 1, N.10, P. 97-113, 1995.

CRÚZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

Bibliografia complementar

BRASIL. Lei 5764/71, de 16 de dezembro de 1971. **Base da Legislação Federal do Brasil**, Brasília, DF. 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 20 jan 2014.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; COELHO, F. M. G.; Dias, M. M. Implicações da Constituição de Organização Formais Para o Acesso a Políticas Públicas. **Revista Isegoria - Ação Coletiva em Revista**, v. 01, p. 82-99, 2011.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; PEDRA, M. de S. . Participação na Gestão de Cooperativas: a Estratégia de Organização do Quadro Social (OQS). **Em Extensão (UFU. Impreso)**, v. 10, p. 90-99, 2011.

LOPES, F. A. M.; AMÂNCIO, R.; ALENCAR, E. Participação libertadora, CEBS e comunidades camponesas em Montes Claros - MG. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 7, p. 82-92, 2005.

LORENTZ, C. N.; GOULART, I. B. . Cultura da Cooperação uma abordagem psicossocial em uma cooperativa de trabalho. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 7, p. 93-113, 2006.

POLONIO, W. A. **Manual das sociedades cooperativas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 496p.

17



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



GESTÃO DE PESSOAS – Módulo I- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Ao final da disciplina, o estudante deverá ter condições de aplicar os aspectos técnicos e compreender os aspectos comportamentais relativos à gestão de pessoas em sociedades cooperativas.

Bases científico-tecnológicas

A gestão de pessoas nas organizações; Evolução e desafios da gestão de pessoas nas organizações; O papel da gestão de pessoas em processos de mudanças; O planejamento estratégico e a gestão de pessoas; Suprimento de pessoal; Análise e descrição do cargo; O processo de recrutamento e seleção; Planejamento e previsão da força de trabalho; Recrutamento de candidatos; Seleção de pessoal; Ambientação e integração; Treinamento e desenvolvimento de pessoas; O processo de treinamento e desenvolvimento; Técnicas de treinamento e desenvolvimento; Avaliação do esforço de treinamento e desenvolvimento; Avaliação de desempenho; Subjetividade, instrumentos e regra; Métodos e processos de avaliação; Aplicação dos resultados; Remuneração; O que determina o que o trabalhador recebe; Como os empregadores determinam a remuneração: cargos e salários; Tendências atuais em remuneração; Planos de incentivo; Benefícios; Administração das relações com o funcionário; Relações trabalhistas e negociação coletiva; Saúde e segurança dos funcionários: problemas e soluções; Comportamento organizacional; O comportamento das pessoas nas organizações; Liderança; Comunicação; Motivação; Equipes.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de empresas: uma abordagem contingencial. São Paulo, Makron Books, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: Teoria, processo e prática. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1985.

MONTANA, P. J. e CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo, Saraiva, 1998.

ROBBINS, Stephen P. Administração: Mudanças e perspectivas. S. Paulo, Saraiva, 2000.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de; LEITE, Nildes Pitombo. Gestão estratégica de pessoas: conceito, evolução e visão. In: ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de; LEITE, Nildes Pitombo

18



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



(Org.). Gestão de Pessoas: perspectivas estratégicas. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. Comportamento Organizacional: Conceitos e Práticas. São Paulo: Saraiva, 2005.

FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.

ROBBINS, S.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. - Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

WAGNER III, John A. e HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 1999.

INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO - Módulo I- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Proporcionar ao acadêmico, condições de conhecer os fundamentos da administração, suas teorias e os seus processos organizacionais utilizados para a gestão das cooperativas.

Bases científico-tecnológicas

Fundamentação teórica da administração; Conceitos de administração; Concepções em administração; Teorias organizacionais; Abordagem clássica; Abordagem estruturalista; Abordagem humanista; Abordagem comportamental; Abordagem sistêmica; Abordagem contingencial; As organizações; Conceituação e caracterização; Classificação; Ambiente organizacional; Ambiente externo; Ambiente interno; Processo administrativo; Planejamento; Organização; Direção; Controle.

Bibliografia básica

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração: construindo a vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 2000.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 2000.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar

KWASNICKA, E. L. **Introdução à administração**. São Paulo, Atlas, 2000.

19



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



LONGENECKER, J. G. Introdução à administração: uma abordagem comportamental. Paulo, Atlas, 1999.
MEGGINSON, L. C. Administração: conceitos e aplicações. São Paulo: Harbra, 1986.
MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998.
ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo, Saraiva, 2000.
STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2003.
ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo, Saraiva, 2000.
STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2003.

INTRODUÇÃO AO AGRONEGÓCIO-Módulo I- 60 horas/aula

Competências e habilidades

Oferecer aos discentes conhecimentos práticos e teóricos sobre o agronegócio, desenvolvendo o interesse pelo tema e as especialidades da área. Estimular o raciocínio, o hábito de leitura, estudo do assunto e sua correlação com o cooperativismo.

Ementa: A economia brasileira no início do século XVI até hoje; A Primeira Grande Guerra Mundial e a industrialização do trabalho; A grande depressão no período entre Guerras; Segunda Guerra Mundial e seus reflexos; Populismo; A Inflação; O milagre econômico; Os pacotes econômicos realizados até os dias atuais; Produção de alimentos, técnicas agronômicas, sistemas de produção; Industrialização e comercialização; Linhas de pesquisa em fitotecnia, manejo e conservação do solo e da água, biotecnologia; Mercado de trabalho para profissionais da área; Cooperativismo e associativismo; Programação do curso com integração regional.

Bibliografia básica:

ALVARENGA, O. M. **Agricultura brasileira : realidade e mitos**. Rio de Janeiro: Revan, 1999. 149p.
CAPDEVILLE, G. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa/MG: Imprensa Universitária. 1991. 184p.
FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura : agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 2. ed. Viçosa/MG: Editora UFV, 2003. 412p.

20



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



MANUAL de gerenciamento integrado. Lixo Municipal. São Paulo: IPT,1997.
PONS, M.A. **História da Agricultura.** Caxias do Sul: Maneco Editora, 1999. 240p.
PRIMAVERSI, A. **Agroecologia, ecosfera, tecnosfera e agricultura.** São Paulo: Nobel,1997.
RUEGG, E. F. et al. **Impacto dos agrotóxicos sobre o ambiente, a saúde e a sociedade.** 2.ed.
São Paulo: Ícone. 1991. 96p.

INTRODUÇÃO AO COOPERATIVISMO-Módulo I -45 Horas/aula

Competências e Habilidades

Proporcionar aos cursistas conhecimentos básicos sobre a gestão de empreendimentos cooperativos; visualizar questões legais, sociais, econômicas e políticas de cooperativas, contemplando aspectos regionais; Buscar estratégias competitivas de gestão através do cooperativismo.

Bases científico-tecnológicas

Aspectos conceituais da organização cooperativista; História do cooperativismo; Princípios e valores do cooperativismo; A doutrina Cooperativista; Diferenças entre Associação e Cooperativa; Tipos de cooperativa e seus tipos de gestão; Aspectos Legais, construção estatutária, composição de quadros sociais; O papel das cooperativas no desenvolvimento regional; O perfil do administrador de cooperativas em um contexto contemporâneo; Aspectos econômicos, ambientais, humanos na gestão de cooperativas e sua sustentabilidade; Desafios do cooperativismo; Tendências do cooperativismo contemporâneo

Bibliografia básica

ARANTES, N. **Sistemas de gestão empresarial:** conceitos permanentes na administração de empresas válidas. São Paulo: Atlas, 1994. 439 p.

_____. **El cooperativismo agrícola y rural en la region de America Latina y el Caribe.** Roma: FAO, 1994. 97p.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo.** Porto Alegre: RS.1980. p. 284;

CLASEN-LOEPRICK, B., HARMS, B. et. al. **Manual for training of trainers in co-operative (membership) development.** Roma: FAO, 1997.

Bibliografia complementar

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARBONELL DE MASY, R. **Moderna administração de empresas cooperativas agrárias**. Porto Alegre: FDRH, 1979. 297 p.

CHIAVENTO, I. **Teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1993. 818 p. v. 2.

GAWLAK, Albino; RATZKE, Fabianne Allage y. **Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor**. 2. ed. Curitiba – PR: Ocepar. 2001. p. 60;

GITMAN, Lawrence J. **Administração financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PERIUS, V. F. **Cooperativas de trabalho**; manual de organização. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 32, n. 97, 223 p., 1997. (Série Cooperativismo 41).

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Manual de finanças para cooperativas e demais sociedades**. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EMPRESARIAIS -Módulo I- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Proporcionar conhecimento suficiente para que se possa produzir textos técnicos e não-técnicos com respeito às normas existentes para a produção dos mesmos; reconhecer os diferentes tipos de documentos, utilizar as técnicas de sublinhar o texto e de identificar palavras-chave e/ou ideias-chave; identificar diferentes tipos de documentos: abaixo-assinado, apostila, ata, atestado, portaria, aviso, carta comercial, carta oficial, circular, comunicado, contrato, curriculum vitae, declaração, edital, exposição de motivos, fax, e-mail, ficha de registro de reunião, informação, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, procuração, requerimento; relatório. Utilizar as técnicas de redação de documentos empresariais e oficiais; redigir documentos.

Bases científico-tecnológicas

Leitura; Técnicas de leitura; Prática de leitura; Técnica de sublinhar; Palavras-chave; Ideia-chave; Esquema; Resumo; Documentos empresariais e oficiais; Ofício; Ata; Memorando; Convite e outros.

22



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Bibliografia básica

ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica: brincando com a gramática. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2001.
KOCH, Ingedore V. Ler e Compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. 16a ed. São Paulo: Ática, 2000.
SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: Leitura e redação. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia complementar

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2010.
KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009
MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2000.
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 17.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 522p.
PEREIRA, Gil Carlos. A palavra: expressão e criatividade, estudo e produção de textos. São Paulo: Moderna, 1997.

MATEMÁTICA FINANCEIRA- Módulo I- 60 horas/aula

Competências e Habilidade

Determinar os elementos envolvidos em operações matemática nas áreas comerciais em operações financeiras de juros e descontos, a fim de aplicar em situações práticas.

Bases científico-tecnológicas

Razão e proporção; Números proporcionais; Divisão proporcional e a regra de três simples e composta; Operações com mercadorias; Preço de custo e preço de venda; Lucro/Prejuízo sobre o preço de custo e sobre o preço de venda; Aumentos e descontos sucessivos; Moeda, correção monetária e operações cambiais; Juros simples; Juros compostos; Operações de desconto.

Bibliografia básica

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática financeira com HP 12c e Excel. 5 ed. São

23



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Paulo: Atlas, 2008.
PARENTE, Eduardo; CARIBÉ, Roberto. **Matemática comercial e financeira**. São Paulo: FTD, 1998.
VERAS, Lilia. Ladeira. **Matemática Financeira**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia complementar

ASSAF NETO, **Matemática financeira e suas aplicações**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
CRESPO, Antonio Arnot. **Matemática financeira e comercial fácil**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. **Matemática Financeira**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA - Módulo I- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico. Compreender as diversas fases de elaboração e desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes nas Instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil e na Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Bases científico-tecnológicas

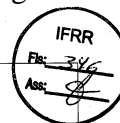
Métodos de Estudo; Processo de Produção do Conhecimento; Definições e diferenciações básicas dos tipos de trabalhos científicos; Estrutura do Trabalho Científico; Apresentação gráfica geral do texto científico; Tipos de pesquisa; Pesquisa aplicada; Etapas da pesquisa (planejamento, execução, relatório final e divulgação). Elaboração de projeto de pesquisa do curso; Elaboração de artigos científicos na área das ciências biológicas; Publicações Científicas.

Bibliografia básica

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 14. ed. São Paulo: Cortez /



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Autores Associados, 1986.

Bibliografia complementar

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas Técnicas para elaboração de trabalhos científicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS- Módulo I- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Compreender os elementos essenciais dos diferentes tipos de sistemas de informação, seus benefícios potenciais e fatores limitantes de acordo com as diversas realidades organizacionais para as quais tais sistemas devem servir. Capacitar o aluno a realizar escolhas sobre a adoção de um sistema de informações gerenciais que tenha um desempenho eficaz dentro da realidade da empresa.

Bases científico-tecnológicas

Fundamentos dos Sistemas de Informação nas Empresas; Tecnologia e sistemas de informação; Conceitos e definições de sistemas de informações; Classificação dos sistemas de informação; Componentes e Recursos de um sistema de informação; Atividades dos sistemas de informação; A Empresa e os Sistemas de Informação; Componentes da empresa; Utilização de sistemas de informação em uma empresa; Exemplos de sistemas empresariais de informação; Sistemas de Informação: dimensão tecnologia; Hardware; Software; Telecomunicações e Redes; Internet; Aplicações de Sistemas de Informações; Sistemas empresariais básicos; Sistemas de e-business; Sistemas de e-commerce; Sistemas de apoio às decisões.

Bibliografia Básica

LAUDON, K. C. **Sistemas de Informação gerenciais**. Rio de Janeiro: Pearson, 2004.

O'BRIEN, J. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2004.

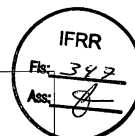
O'BRIEN, J. ; MARACAS, G. M. **Administração de sistemas de informação**. 15. ed. McGraw Hill, 2013.

TURBAN, E.; McLEAN. E.; WETHERBE. J. **Tecnologia da informação para gestão: transformando os negócios na economia digital**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

25



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Bibliografia Complementar

BIO, S. R. **Sistemas de informação: Um Enfoque Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1998.
CASSARO, A. C.S. **Sistemas de Informações para Tomada de Decisões**. São Paulo: Pioneira, 2001.
CRUZ, T. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologia da informação e a empresa do século XXI**. São Paulo: Atlas, 2000.
OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.
POLLONI, E. G. F. **Administrando Sistemas de Informação**. São Paulo: Futura, 2000.
ROSSINI, Alessandro M. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Thomson, 2002
SANTOS, A.A. **Informática na Empresa**. São Paulo: Atlas, 2003.

CONTABILIDADE E CUSTOS- Módulo II- 60 horas/ aulas

Competências e Habilidades

Proporcionar ao estudante uma visão sobre a função da Contabilidade, campo de aplicação e usuários. Posicionar o educando no ambiente contábil, fortalecendo os conceitos sobre a representação contábil na empresa, os relatórios contábeis e a contabilidade como instrumento de gestão empresarial.

Proporcionar conceitos básicos relativos a gestão dos custos empresariais, sensibilizando-os para a importância estratégica desta área e oportunizar o desenvolvimento das habilidades fundamentais de cálculo de custos como suporte para o processo decisório nas organizações.

Bases científico-tecnológicas

Origem e Conceitos da contabilidade; Breve histórico; Conceitos iniciais; Formação do patrimônio inicial; Ativo e Passivo; Elementos e Variações do patrimônio; Elementos do patrimônio; Equação Patrimonial; Variações patrimoniais; Patrimônio Líquido; Conceito e classificação de contas; Contas; Débito e Crédito; Contas patrimoniais; Contas de resultado; Planificação Contábil; Escrituração contábil; Método das Partidas Dobradas; Mecanismos de Débito e Crédito; Lançamentos Contábeis; Razonetes; Balanço patrimonial; Balancete de verificação; Localização dos grupos; Elaboração do Balanço Patrimonial; Encerramento do exercício; Roteiro de Encerramento do Exercício; Apuração e Contabilização de Lucro Bruto;

26



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Apuração e Contabilização das Provisões; Principais conceitos de custos; Relação Custo/Benefício; Principais Conceitos em Custos; Classificação dos Custos; Formação de preço de venda; Operações com Mercadorias; Impostos Recuperáveis e Não Recuperáveis; Formação do Preço de Venda.

Bibliografia Básica

FEA/USP. Contabilidade Introdutória. Livro-texto. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. Introdução à Contabilidade: com abordagem para não contadores. São Paulo: Thonson, 2006.

VASCONCELOS, R. Contabilidade gerencial: livro-texto com exemplos, estudos de caso e atividades práticas. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar

ADRIANO, S. Contabilidade geral 3D. São Paulo: Método, 2012.

ALMEIDA, M. C. Manual prático de interpretação contábil da lei societária. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CRCRS. Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. Vol. 1, 2 e 3. Porto Alegre, 2013.

MARION, J. C. Contabilidade empresarial. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. Introdução à contabilidade gerencial. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade geral fácil. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

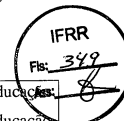
EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA- Módulo II- 60 horas/aulas

Competências e Habilidades

Compreender o 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação. Compreender as concepções bancária e libertadora da educação. Compreender a dialogicidade como a essência da educação libertadora. Compreender a diferença entre educação e capacitação cooperativa,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



bem como suas aplicações. Compreender o papel do SESSCOOP no campo da educação cooperativa. Compreender a Organização do Quadro Social como uma ferramenta de educação cooperativa.

Bases científico-tecnológicas

O 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação; A concepção bancária da educação como instrumento de opressão; A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade; A teoria da ação antidialógica; Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação; O SESSCOOP e a criação do campo da educação cooperativa; Organização do Quadro Social de Cooperativas.

Bibliografia básica

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011. 256p.
SCHNEIDER, J. O. (Org.). A Educação cooperativa e suas práticas. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003. v. 1. 256p.
SCHNEIDER, J. O. SILVA, A. C. M. ; HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2010. v. 1. 132p.

Bibliografia complementar

FERRINHO, H. Educação cooperativa. Lisboa Livraria Popular. Francisco Franco, 1985
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 34 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011. 192p.
IRION, João E. Cooperativismo e economia social. São Paulo: Editora STS, 1997. 343p.
SCHNEIDER, J. O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 496p.
VALADARES, J. H. A organização do quadro social nas cooperativas mineiras. Belo Horizonte, MG: OCEMG, 1996. 85p.

LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA- Módulo II- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Permitir ao estudante saber regras, leis e normas sobre a constituição e funcionamento de cooperativas e associações bem como a responsabilidade das partes.

Bases científico-tecnológicas

Noções e conceitos de Direito Cooperativo; Regras sobre funcionamento de Cooperativas e

28



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Associações no Brasil; A Legislação Cooperativista; Necessidades legais para criar e registrar uma cooperativa ou associação; O direito e o dever da cooperativa; O direito e o dever do sócio; O poder e a responsabilidade do dirigente; O Estatuto; O Regimento Interno; As instâncias de decisão; A relação da cooperativa com os demais segundo a legislação; O direito de cooperativas no Brasil; Aspectos atuais e tendências em direito e legislação de cooperativas e de associações.

Bibliografia básica

BORBA, J. E. T. **Direito Societário**, 8. ed. São Paulo: Renovar, 2003.
CAMPINHO, S. **O Direito da Empresa**, 2. ed. São Paulo: Renovar, 2003.
CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
FERRARI, I. **Cooperativas de trabalho: exigência legal**. São Paulo: LTr, 1999.
REQUIÃO, R. **Curso de Direito Comercial**, 1º v., 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia complementar

BOETTCHER, E. **Cooperativismo e competição: a experiência das cooperativas no capitalismo alemão**. Porto Alegre, Coojournal, 1978.
CEOLIN, A. C. S. **Abuso na Aplicação da Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica**, Belo Horizonte, Del Rey, 2002.
COELHO, F. U. **Curso de Direito Comercial**, 1º volume, 6ª e 2º volume, 5ª Edição, São Paulo, Saraiva, 2002.
INCRA. **Legislação cooperativista: índice alfabético e remissiva**. Brasília: 1973.
_____. **Lei cooperativa: N. 5764 de 16/12/71/ INCRA**. Brasília : INCRA, 1972.
NORONHA, A. V. *et al.* **Cooperativismo: Curso ministrado nas Faculdades Integradas de Guarulhos**. Guarulhos, Faculdades Integradas, 1976.
OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.
PINHO, D. **Manual de Gestão das cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2003.
RAMBO, A. B. **O associativismo tauto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. Sao Leopoldo, Editora Unisinos, 1988.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA- Módulo II- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Debater a respeito das principais legislações indigenistas, abordando as principais questões

29



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



relacionadas ao usufruto das terras indígenas e a utilização dos recursos naturais; conhecer os conceitos básicos da legislação indigenista; propiciar o conhecimento sobre a legislação ambiental; Realizar procedimentos práticos, a partir dos conceitos apreendidos.

Bases científico- tecnológicas

A proteção jurídica aos povos indígenas: usufruto e recursos naturais no âmbito da Constituição Federal de 1988; Estatuto do Índio - Lei no 6.001/73; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT; Proteção ao meio ambiente, a cultura, ao território e ao conhecimento tradicional: Lei 9.605/98; Resolução CONAMA nº 237/97; Lei nº 6.938/81; Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; Portaria IBAMA nº 117/1997; Lei nº 12.651/12; Lei nº 12.727/12; Decreto nº 2.519/98; Decreto nº 3.108/99; Decreto nº 6.040/07; Resolução CONDRAF nº 44/04

Bibliografia básica

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (org.). Coletânea da legislação indigenista brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.1 v;
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm;
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm; www.ibama.gov.br

Bibliografia complementar

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de & BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). Além da Tutela: Bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002; ANDERSON, Anthony & CLAY, Jason (Org.). Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis. São Paulo: Editora Peirópolis. Brasília, IIEB. 2002; RIOS, Aurélio Virgílio Veiga & IRIGAY, Carlos Teodoro Hugueneu (org.). O direito e o desenvolvimento sustentável: curso de direito ambiental. São Paulo: Editora Peirópolis. Brasília, IIEB. 2005.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



RESPONSABILIDADE SOCIAL- Módulo II- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Conhecer e compreender os conceitos da responsabilidade social através da contextualização para aplicar na vida pessoal e disseminar através de ações em uma organização cooperativa. Estudar a ABNT NBR 16001 e propor ações a serem implementadas em uma organização cooperativa.

Bases científico-tecnológicas

Histórico da responsabilidade social no mundo contemporâneo e no Brasil; Principais normas e certificações da gestão da responsabilidade social e ambiental: SA 8000, AA1000, ISO 14001, ABNT NBR 16001:2012 e ISO 26.000; ABNT NBR ISO 26000:2010 - Diretrizes sobre responsabilidade social:

- a. conceitos, termos e definições referentes à responsabilidade social;
- b. o histórico, tendências e características da responsabilidade social;
- c. princípios e práticas relativas à responsabilidade social;
- d. os temas centrais e as questões referentes à responsabilidade social;
- e. integração, implementação e promoção de comportamento socialmente responsável em toda a organização e por meio de suas políticas e práticas dentro de sua esfera de influência;
- f. identificação e engajamento de partes interessadas; e
- g. comunicação de compromissos, desempenho e outras informações referentes à responsabilidade social.

ABNT NBR 16001:2012 - Responsabilidade social — Sistema de gestão — Requisitos

- a. Estrutura geral da norma;
 - b. A norma e suas complementações:
 - c.16.002: Sistema de Gestão - Qualificação de Auditores;
 - d.16.003: Responsabilidade Social - Sistema de Gestão – Execução de Auditorias;
- Compromissos da norma:
- a) a responsabilização;
 - b) a transparência;
 - c) o comportamento ético;
 - d) o respeito pelos interesses das partes interessadas;
 - e) o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização;
 - f) o respeito às normas internacionais de comportamento;

31



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



- g) o respeito aos direitos humanos; e
h) a promoção do desenvolvimento sustentável

Bibliografia básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Diretrizes sobre responsabilidade social**: NBR ISO 26000. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2010. 110 p.;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Responsabilidade social**: Sistema de gestão — Requisitos: NBR 16001:2012. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 48 p.

FISCHER, R. M. **Construindo a cidadania**: ações e reflexões sobre empreendedorismo e gestão social. São Paulo: CEATS, 2005. 340 p.

Bibliografia complementar

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. 4. ed. São Paulo: Gente, 2002. 172 p.

GRAYSON, D. **Compromisso social e gestão empresarial**: o que é necessário saber para transformar questões de responsabilidade social em oportunidades de negócios. São Paulo: Publifolha, 2002. 320 p.

HOLLENDER, J. **Muito além da responsabilidade social**: como preparar a próxima geração de líderes e empresas para um mundo sustentável. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 336 p.

INSTITUTO ETHOS. **8º Prêmio Ethos de jornalismo**: empresas e responsabilidade social. São Paulo: Instituto Ethos, 2008. 222 p.

OLIVEIRA, C. M. **Entre tradições e inovações**: percepções e práticas de responsabilidade social empresarial. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013. 285 p.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO- Módulo II- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Conhecer a importância da utilização dos equipamentos de proteção no ambiente laboral.
Conhecer os riscos de acidentes no ambiente laboral bem como de formas de prevenção a estes acidentes. Conhecer a Legislação referente à garantia da saúde e segurança do trabalhador rural.
Conhecer noções de primeiros socorros.

Bases Tecnológicas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva. Relações entre Ergonomia e segurança no trabalho. Legislação básica de segurança no trabalho rural. NR 31.

Bibliografia Básica

BARBOSA FILHO, A.N. *Segurança do trabalho e gestão ambiental*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.214.

FERRARI, M. *Curso de segurança, saúde e higiene no trabalho*. Salvador: JusPodivm, 2010. 400 p.

GONÇALVES, E.A. *Manual de segurança e saúde no trabalho*. São Paulo: LTR, 2000.

OLIVEIRA, S.G. *Proteção jurídica a segurança e saúde no trabalho*. São Paulo: LTR, 2002.

PIZA, F.T. *Informações básicas sobre saúde e segurança no trabalho*. São Paulo, 1997.

Bibliografia Complementar

SALIBA, T.M.; PAGANO, S.C.R.S. *Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador*. 7ª ed. São Paulo: LTR, 2010, 752 p.

BEBBER, J.C. *Segurança do trabalho & gestão ambiental*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 238p.

SOCIOLOGIA DO TRABALHO- Módulo II- 45 horas/aula

Competências/Habilidades

Conhecer as concepções de trabalho; Discutir o sentido do trabalho hoje e em outros tempos; Identificar as mudanças recentes no mundo do trabalho; Analisar a exigência de um novo perfil dos trabalhadores e novas e antigas formas de segmentação e desigualdade na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Bases científico-tecnológicas

Concepções clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho e da divisão social e sexual do trabalho. Formas de organização do trabalho; Trabalho e identidade; trabalho e diferentes formas de capital; perspectivas do trabalho; Processo de trabalho e inovação tecnológica. Organização dos trabalhadores; desigualdades no mercado de trabalho: questões de gênero e étnico-raciais.

33



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Bibliografia básica

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. QUINTANEIRO, Tania. RIVERO, Patrícia. Conhecimento e imaginação: sociologia para o ensino médio. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012 – (Coleção Práticas docentes, 4). ARAÚJO, Sílvia Maria de. Sociologia.1. Ed. São Paulo: Scipione, 2013.

Bibliografia complementar

DURKHEIM È. Da divisão do trabalho social. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. CARDOSO, A.M. A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010. HASENBALG, C.; SILVA, N. Valle. Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. HIRATA, H.; SEGNINI, L. Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Senac, 2008. MARX, K. O capital: crítica da economia política. V. 1, Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS- Módulo III- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Analisar e discutir os fundamentos na elaboração de projetos empresariais, e aplicar técnicas adequadas de análise para avaliar a viabilidade dos empreendimentos.

Bases científico-tecnológicas

Os projetos na visão do planejamento; Definição e tipos de projetos; Roteiro, elaboração e estruturas de projeto; Aspectos Econômicos Mercadológicos; Pesquisa e Descrição da Situação que se encontra o Mercado; Preço praticado pelo mercado; Localização e logística; Escala e tamanho; Aspectos Técnicos; Planta; Fluxograma; Laudos técnicos e licenças; Aspectos Econômico-Financeiros; Orçamento; Previsão de investimentos; Capital de giro; Composição do capital; Financiamento e garantias; Viabilidade econômico-financeira.

Bibliografia básica

CARVALHO, Marly Monteiro de. **Construindo Competências par Gerenciar Projetos: teorias e casos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009
CASAROTTO FILHO, Nelson. **Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio.** São Paulo: Atlas, 2009..

34



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar ideias em resultados**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WOILER, Samsão; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos: planejamento, elaboração, análise**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro. **Manual de planejamento estratégico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2003.

SALIM, César Simões et al. **Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

EMPREENDEDORISMO- Módulo III- 30 horas/aula

Competências e Habilidades

Coletar, organizar documentos e informações empreendedoras para adquirir uma postura produtiva; Apropriar-se de comportamentos empreendedores; Investigar e analisar a problemática na qual está inserido, apontando soluções plausíveis; Aplicar técnicas de comunicação na comunidade no empenho de ampliar os conhecimentos adquiridos em sala de aula;

Bases científico-tecnológicas

Definição de empreendedor, suas características, habilidades, necessidades e valores; Paradigmas e modelos mentais relacionados ao empreendedorismo; Perfil, característica e atitudes dos empreendedores; Técnicas de avaliação e desenvolvimento do autoconhecimento; Técnicas de desenvolvimento de criatividade, cooperação, competitivo e confiança; Técnicas de apresentação em público e relacionamento interpessoal; Plano de negócio simplificado.

Bibliografia Básica

DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor: Empreender como opção de carreira**. Editora Pearson, 2009

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

35



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

MARIANO, Sandra & MAYER Verônica Feder. **Empreendedorismo: Fundamentos e Técnicas para Criatividade**. Editora LTC, 2011, 216p.

Bibliografia Complementar

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. **Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CHURCHILL, G. A.Jr.; PETER, J. P. **Marketing: Criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva, 2000

DRUCKER, Peter F. **Administração em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.

PINCHOT III, Gifford. **Intrapreneuring: por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor**. São Paulo: Harbra, 1989.

GESTÃO DE MARKETING EM COOPERATIVAS- Módulo III- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Identificar e descrever os elementos que interferem e compõem o mix de marketing nas organizações, conhecer os elementos que influenciam o ambiente das organizações e as características que afetam o comportamento do consumidor e do comprador organizacional e elaborar um plano de marketing a partir da seleção de mercados-alvo, segmentação de mercado e posicionamento estratégico.

Bases científico-tecnológicas

Fundamentos de marketing; Administração de marketing; Mix de marketing: produto, preço, promoção e distribuição; Comportamento do consumidor e do comprador organizacional; Marketing de serviços; Análise ambiental; Tipos de segmentação de mercado; Plano de marketing e suas etapas.

Bibliografia básica

DIAS, S. R. (Coord.). **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

LAS CASAS, A. **Marketing de serviços**. São Paulo: Atlas, 2007.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Bibliografia complementar

CHASTON, I. **Excelência em marketing**: como gerenciar o processo de marketing buscando um melhor desempenho organizacional. São Paulo: Makron Books, 1992.

CHURCHILL, PETER JR, G. A., J. Paul. **Marketing**: criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

GIULIANI, A. C. **Marketing contemporâneo**: novas práticas de gestão. São Paulo: Saraiva, 2006.

URDAN, F. T.; URDAN, A. T. **Gestão do composto de marketing**. São Paulo: Atlas, 2009.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE COOPERATIVAS- Módulo III- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Capacitar o estudante para analisar o ambiente organizacional de uma cooperativa, propondo e orientando o planejamento estratégico.

Bases científico-tecnológicas

Planejamento: conceitos, filosofias, natureza e importância; A organização cooperativa e o planejamento como um sistema orgânico; Evolução das escolas do pensamento estratégico; Tipos de planejamento; Planejamento estratégico, tático e operacional; Processo e metodologia de elaboração de planejamentos; Análise ambiental; Definição do negócio; Segmentação de mercado; Missão, visão e valores; Objetivos; Estratégias; Controle e avaliação.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, M. I. R. **Manual de planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2006.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Bibliografia Complementar

37



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



AAKER, D. A. **Administração estratégica de mercado**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
ANSOFF, H. I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.
CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. São Paulo: Makron Books, 1993.
LOBATO, D. M. **Administração estratégica**. Rio de Janeiro: Editora, 2002.
LORANGE, P.; ROOS, J. **Alianças estratégicas: formação, implementação e evolução**. São Paulo: Atlas, 1996.
MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GOVERNANÇA COOPERATIVA- Módulo III- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Compreender os fundamentos de Governança e suas implicações práticas em diferentes tipos de organizações, em especial as cooperativas.

Bases científico-tecnológicas

Conceitos, origem e direcionadores da Governança; Estruturação organizacional do Conselho de Administração e da Governança; Teoria da agência: separação de propriedade e controle; Assembleia Geral; Conselho Fiscal; Conselho Técnico; Auditorias.

Bibliografia básica

OLIVEIRA, D. P. R. **Governança corporativa na prática: integrando acionistas, conselho de administração e diretoria executiva na geração de resultados**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2011
ROSSETI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 6 ed. Atlas, 2012
VENTURA, E. C. F.(coord). **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf

Bibliografia complementar

MACHADO FILHO, C. A. P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. Ed. Thomson, 2006.
OLIVEIRA, D. P. R. **Estrutura organizacional: uma abordagem para resultados e competitividade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014 .
ZYLBERSZTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **Working**

38



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



paper. FEA/USP – PENSA. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17390155/1418065403/name/4+estrat%C3%A9gias+para+cooperativas.pdf>

METODOLOGIA PARTICIPATIVA- Módulo III- 75 horas/aula

Competências e Habilidades

Planejar e executar processos de diagnósticos participativos e implementar, metodologicamente, projetos de planejamento com enfoques participativos relacionados aos arranjos produtivos locais (Agricultura, Pecuária, Extrativismo e Artesanato)

Bases científico-tecnológicas

Teorias e métodos: pesquisa teórica, pesquisa etnográfica, estudo de caso, pesquisa participativa, pesquisa-ação e etnometodologia; Conceitos, principais aplicações e ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo, do Diagnóstico Organizacional Participativo e do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo; Fundamentos técnico-metodológicos para a elaboração e execução de projetos de educação em metodologias participativas no diagnóstico da cadeia produtiva da Agricultura, Pecuária, Extrativismo e Artesanato.

Bibliografia Básica

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: guia prático/DRP. Brasília: MDA/secretaria da agricultura familiar, 2006. REFERÊNCIAS

Bibliografia complementar

DE BOEF, W.S., THIJSSEN M.H. Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes. Um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo de agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Wageningen Internacional, 2007.
DE BOEF, W.S. et al Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007. 271 p.

7.4 Terminalidades Intermediárias

A certificação ao discente pela conclusão de módulos, etapas de cursos técnicos, são possíveis aos cursos que apresentam a existência de saídas intermediárias, definida previamente

39



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

no plano de curso, não sendo uma obrigatoriedade das instituições adotá-la. Quanto a essa questão, é legalmente tratada no Decreto Federal nº 5.154 de julho de 2004 que traz o seguinte:

Esta proposta pedagógica do Curso Técnico em Cooperativismo, na Modalidade a Distância, não prevê terminalidades intermediárias.



7.5 Prática Profissional Integrada

No Curso Técnico em Cooperativismo, na Modalidade a Distância, serão desenvolvidas práticas profissionais integradas, servindo como uma atividade articuladora entre ensino, pesquisa e extensão, entre teoria e prática.

A prática profissional integrada compreende diferentes situações de vivências, aprendizagens e trabalhos, a partir das estratégias metodológicas adotadas, onde o tempo necessário e a forma para o seu desenvolvimento estarão explicitados nos planejamentos (planos de ensino, planos de visita técnica, projetos de ensino, dentre outros) dos docentes.

A outra forma de proporcionar a prática profissional será o desenvolvimento de projetos, nesta categoria podemos elencar dois tipos:

- Projetos de pesquisa;
- Projetos de extensão.

O IFRR possui programas de incentivo a pesquisa e a extensão que são lançados anualmente por meio de Editais de seleção, onde as atividades dos projetos selecionados serão realizadas concomitantemente às aulas nos horários estabelecidos pelas Coordenações de Curso, sendo que ao final, os mesmos são apresentados no Fórum de Integração do IFRR. Os programas são:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT): dentre os seus objetivos, citam-se o incentivo ao desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas, que introduzam os alunos dos Cursos Técnicos e de Graduação no âmbito da pesquisa aplicada e da Inovação Tecnológica, bem como, despertar o interesse do discente para a investigação científica e o desenvolvimento da Inovação Tecnológica e, assim, contribuir para a complementação de sua formação.

- Programa Institucional de Bolsas de Estudos para Atividades de Extensão (PBAEX): objetiva incentivar, através de recursos próprios, o desenvolvimento de atividades de extensão que motivem os servidores a desenvolverem ações de extensão com a comunidade local e

40



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



introduzam os alunos dos cursos técnicos e superiores no âmbito da extensão tecnológica comunitária, bem como, contribuir para a implantação e consolidação das áreas de extensão da instituição, despertar o interesse dos discentes, dos docentes e dos técnicos para atividades de extensão comunitária e tecnologia social, contribuindo para a complementação de sua formação.

Ainda, as atividades de pesquisa e extensão podem ser desenvolvidas em forma de projeto em qualquer tempo, sem bolsa, durante o ano letivo, desde que seja apresentada proposta para o setor responsável (pesquisa ou extensão), constando das informações que justifiquem o desenvolvimento da atividade.

Dessa maneira, a prática profissional integrada constitui uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadores de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios.

7.6 Projeto Integrador

Ao longo do curso deverão ser construídos projetos integradores entre os componentes curriculares a fim de contribuir para a integração interdisciplinar, atendendo assim, aos princípios estabelecidos na Organização Didática de 2012 que em seu Art. 15 apresenta os seguintes princípios educacionais: contextualização; diversidade; interdisciplinaridade e flexibilidade. Neste sentido, os projetos integradores serão propostos pelos docentes no início dos módulos, através de propostas que unam teoria e prática, e deverão ser publicadas no ambiente virtual de aprendizagem e discutidas nos momentos presenciais que serão realizados com as turmas. O projeto integrador deverá ser entregue em formulário próprio a coordenação de curso para acompanhamento pedagógico do coordenador de curso e pedagogo.

Os projetos integradores possibilitarão a vivência de experiências profissionais, a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de uma competência, a fim de prepará-los para os desafios no exercício da profissão. Detalhes metodológicos a serem adotados, tempo e pessoal envolvido, bem como objetivos, competências e resultados alcançados, estarão descritos nos projetos integradores.

Os docentes deverão propor projetos integradores em que os discentes construirão projetos científicos que deverão culminar em artigos para apresentação dos alunos no polo e finalização do curso.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



7.7 Estágio Curricular

O estágio curricular supervisionado, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, é atividade curricular com ênfase exclusiva didático – pedagógica, visando à preparação para o trabalho, a vida social e cultural dos estudantes.

A Resolução nº 292/2017 que estabelece as normas e diretrizes gerais de estágio e sua padronização nos *campi* do IFRR, prevê que o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares e do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução nº 292/2017, Art. 2º).

No Curso Técnico em Cooperativismo na modalidade a distância, o estágio é facultativo, ou seja, é opcional aos discentes realizarem esta atividade.

No Curso Técnico em Cooperativismo na modalidade a distância prevê-se a oferta de estágio não obrigatório, em caráter opcional, caso o aluno decida realizar o estágio, o mesmo deverá realizar o Estágio Profissional Supervisionado, com carga horária de 150 horas, podendo ocorrer a partir do Módulo II do Curso. A realização do Estágio poderá acontecer em Empresas, Instituições de ensino, órgão públicos e a própria comunidade, conforme seus interesses e possibilidades. A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFRR.

7.8 Práticas Interdisciplinares

Também poderá ser desenvolvido o ensino por projetos, fundamentado na articulação teoria-prática e no trabalho como princípio educativo, ou seja, na perspectiva de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão possam ser planejadas e executadas, garantindo ao educando o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional. Tais projetos deverão contar com atividades planejadas e desenvolvidas coletivamente, contemplando a maior quantidade possível de componentes curriculares. Como esses projetos podem integrar vários componentes curriculares, a nomenclatura que será utilizada é Projeto Integrado, o qual deverá constar no planejamento dos docentes.

7.9 Atividades Complementares

São consideradas atividades didático-pedagógicas de caráter multidisciplinar constantes

42



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



dos planos de ensino dos diversos cursos, que objetivam complementar aprendizagem técnica e enriquecimento sociocultural dos discentes, além das aulas regulares:

- Aulas práticas, micro estágios e visitas técnicas;
- Conselho de Classe;
- Encontros e/ou reuniões de caráter educacional de avaliação do processo de ensino-aprendizagem;
- Atividades e/ou eventos (palestras, seminários, minicursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo, conforme justificativa apresentada à respectiva coordenação de curso e pedagógica.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

8.1 Avaliação da Aprendizagem

De acordo com o Art. 79 da Organização Didática vigente, para aferir a eficiência e eficácia do processo de ensino aprendizagem, o IFRR adotará um sistema polidimensional de avaliação que inclui, entre outros, os seguintes aspectos:

- Avaliação da aprendizagem do discente,
- Avaliação das estratégias de ensino,
- Avaliação do desempenho docente,
- Avaliação do plano de curso e do currículo.

Desta forma, a verificação da aprendizagem do Curso Técnico em Cooperativismo, ofertado na forma modular, será realizada levando em consideração as habilidades e atitudes desenvolvidas pelos discentes durante o processo formativo através da realização das atividades avaliativas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, como também por meio das atividades avaliativas e assiduidade nos encontros presenciais de todos os componentes curriculares, obedecendo aos critérios de avaliação, conforme tabela abaixo:

Processo	Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio
Avaliação da Aprendizagem	- Expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, sendo admitida uma casa decimal. - Se por falta de comparecimento do discente tanto no desenvolvimento das atividades avaliativas do Ambiente Virtual de Aprendizagem quanto nas atividades avaliativas presenciais nos polos, decorrido o prazo de pedido de

43



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



	<p>segunda chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, será atribuída nota 0,0 (zero).</p> <p>- No mínimo dois instrumentos avaliativos diferentes entre si em cada componente curricular, sendo um desses instrumentos a (s) avaliação (ões) presencial (ais).</p>
Verificação da Aprendizagem pelo docente	<p>- A nota de cada componente curricular será a média aritmética de todas as avaliações aplicadas durante o módulo, dada pela fórmula: $NU = (AV1 + AV2 + AV3 + AV4)/4$.</p>
Recuperação	<p>- Ao final de cada módulo, o discente que não obtiver a média 7,0 (sete), terá direito à recuperação, mediante uma nova avaliação, com valor de 0,0 a 10,0, desde que tenha frequentado pelo menos 75% das aulas presenciais no(s) componente curricular (es) em recuperação e que tenha realizado as avaliações propostas pelo docente;</p> <p>- Caso o discente faça Avaliação de recuperação, a Nota do(s) componente(s) curricular (es), pós recuperação, será a Nota da Recuperação, desde que essa nota seja superior.</p>
Verificação da Aprendizagem pela Coordenação de Curso	<p>- Será considerado aprovado por média o discente que obtiver nota modular igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% do total de carga horária presencial em cada módulo.</p> <p>- Será considerado reprovado por nota o discente que obtiver média modular menor que 4,0 (quatro) em 3 (três) ou mais componentes curriculares e, por frequência, quando esta for menor que 75% do total de carga horária presencial em cada módulo nas atividades presenciais.</p>
Exame Final	<p>- Ao término do período letivo, haverá um Exame Final (EF) destinado aos discentes que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), e cuja frequência for igual ou superior a 75% do total da carga horária prevista em cada módulo nas atividades presenciais.</p> <p>- O discente estará aprovado se, após o Exame Final, obtiver Nota Final (NF) igual ou superior a 7,0 (sete), obtida pela média aritmética entre a Nota Modular e a Nota do Exame Final, dada pela seguinte fórmula: $NF = (NM + EF)/2$.</p> <p>- O discente estará reprovado se a Média Final (MF) for inferior a 7,0 (sete).</p>

44



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Dependência	<p>- O discente poderá ser promovido, na situação de Dependência, para o módulo seguinte – se reprovado após Exame Final – em até 2 (dois) componentes curriculares.</p> <p>- O discente promovido para o módulo seguinte, na situação de Dependência, deverá cursá-la de forma paralela ao módulo para o qual foi promovido, em turma já em andamento na Instituição, ou seja, não será criada uma turma própria para a referida Dependência.</p>

Para efeito de frequência, computar-se-ão os momentos presenciais nos Polos de Educação a Distância.

Quando da realização de avaliações escritas, essas deverão ser corrigidas e devolvidas aos discentes, após a sua realização, a fim de possibilitar apreciação, discussão ou reclamação dos resultados.

Ao docente compete, antes de cada avaliação, apresentar aos discentes o conteúdo a ser avaliado, bem como, ao final do componente curricular, entregar à Coordenação de Cursos, o diário de classe devidamente preenchido, o relatório de notas, faltas e conteúdos ministrados sem rasuras e/ou manchas de corretivos, depois de digitado no sistema de registro de notas, no prazo estabelecido no Calendário Escolar.

9 DA VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM SEGUNDA CHAMADA

É direito de o estudante ter acesso à segunda chamada das avaliações da aprendizagem presenciais, desde que solicite à Coordenação de Curso, no prazo de até 10 dias, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente e mediante a apresentação dos documentos justificativos, abaixo especificados:

- Atestado médico, comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- Declaração de corporação militar, comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- Declaração da Direção de Ensino do Campus, comprovando que o estudante estava representando o IFRR em atividade artística, cultural ou esportiva;
- Ordem Judicial;
- Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge.

45



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



A autorização para realização da verificação da aprendizagem em segunda chamada dependerá da análise do requerimento pela Coordenação de Curso e pelo docente do componente curricular, que dispõem de 72 horas, após a notificação ao docente, para emitirem parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao docente do componente curricular elaborar e aplicar o instrumento de avaliação da aprendizagem em segunda chamada, no prazo máximo de 8 (oito) dias do deferimento do pedido.

10 DA REVISÃO DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão da avaliação. O requerimento, fundamentando sua discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Polo, até 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da avaliação. A Coordenação de Polo deverá encaminhar a demanda a Coordenação de Curso.

Cabe à Coordenação de Curso dar ciência ao docente do componente curricular para emissão de parecer. Caso o docente se negue a revisar a avaliação, cabe a Coordenação do Curso designar uma comissão composta por docentes do curso/área e representante da equipe pedagógica, para deliberação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

10.1 Avaliação do Curso

A avaliação do curso é de suma importância para o aperfeiçoamento contínuo do desempenho acadêmico e o planejamento da gestão acadêmico-administrativa.

Deste modo, o curso será avaliado ao final da conclusão de cada turma, por meio de comissão específica que poderá utilizar de workshop como um dos instrumentos de diagnóstico e avaliação, no qual serão discutidos os aspectos do curso. Todos os segmentos da comunidade acadêmica, de forma ativa e consciente, participarão do processo avaliativo, fornecendo sugestões e críticas. Os dados obtidos serão tratados adequadamente pelo departamento das áreas acadêmicas ao qual o curso está vinculado, visando a implementação de ações que assegurem a oferta de uma educação de qualidade e o contínuo aperfeiçoamento das ações da gestão acadêmica.

10.2 Avaliação da Proposta Pedagógica do Curso

A avaliação da Proposta Pedagógica do Curso é necessária para que haja aperfeiçoamento

46



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



contínuo das ações de ensino-aprendizagem e fortaleça o planejamento da prática pedagógica e dos outros fatores envolvidos.

Sendo assim, este documento norteador será constantemente avaliado para aferir sua aplicabilidade e efetividade na formação de profissionais que emanam a sociedade atual. Por isso, as adequações e reformulações serão necessárias em decorrência das transformações culturais, sociais e econômicas, como também, mediante a observância da defasagem curricular e implementação de políticas e ações de inovações tecnológicas.

Portanto, a primeira avaliação da proposta pedagógica do Curso Técnico em Cooperativismo, modalidade à distância, ocorrerá após a conclusão da primeira turma. Na qual uma comissão formada para este fim, realizará a discussão do plano de curso, junto à comunidade acadêmica (discentes e docentes) e externa, fazendo, posteriormente, os encaminhamentos necessários para possíveis alterações.

10.3 Aproveitamento e procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais Anteriormente Desenvolvidas

O *Campus* Amajari poderá aproveitar conhecimentos e experiências anteriores dos discentes, desde que estes estejam diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do Curso Técnico em Cooperativismo, conforme preconiza a Organização Didática do IFRR.

Aos discentes regularmente matriculados no Curso, é garantida a possibilidade de aproveitamento de estudos de disciplinas ou componentes curriculares cursados, exceto nos casos de transferência recebida, quando o processo será automático.

Para a solicitação de aproveitamento de estudos o discente deverá adotar o seguinte procedimento:

- a) Quando se tratar de estudos referentes ao ensino técnico ou graduação em cursos legalmente autorizados e realizados em instituições de ensino reconhecidas e credenciadas:

I – Dar entrada no protocolo do *Campus* em que esteja matriculado com o requerimento solicitando o “aproveitamento de estudos”, em formulário próprio;

II - Anexar ao Requerimento a seguinte documentação: Histórico Escolar e ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, competências e habilidades estudadas.

- b) Quando se tratar de cursos livres:

47



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



- I - Dar entrada no setor de Protocolo do *Campus* em que esteja matriculado com requerimento disponibilizado por esse setor, solicitando o “aproveitamento de estudos”;
- II - Anexar ao Requerimento os comprovantes dos estudos realizados.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem a um processo que será despachado para o Departamento de Ensino/Coordenação de Curso a que o discente estiver vinculado, para emissão de parecer técnico que concluirá pelo:

- aproveitamento total de estudos, quando o processo atender todas as exigências deste documento;
- aproveitamento parcial de estudos, devendo o discente submeter-se ao processo de adaptação curricular por complementação de estudos, quando a carga horária for igual ou superior, mas os conteúdos, competências e habilidades estudadas forem quantitativa e qualitativamente inferiores ao programa de ensino do componente curricular pleiteado pelo discente;
- aproveitamento parcial de estudos, devendo o discente será submetido ao processo de adaptação curricular por complementação de carga horária, quando os conteúdos, competências e habilidades estudadas forem quantitativa e qualitativamente iguais ou superiores, mas a carga horária for inferior a 75% do total previsto para o componente curricular;
- não aproveitamento de estudos, quando conteúdos, competências, habilidades e carga horária forem inferiores em mais de 25% do total constante do programa de ensino componente curricular pleiteado pelo discente.

Quando o processo for relativo ao aproveitamento de estudos realizados em cursos livres, o Departamento de Ensino/Coordenação de Curso deve providenciar para que o discente seja submetido a uma avaliação elaborada com base nos conteúdos, competências e habilidades objeto de estudos no componente curricular correspondente.

Após os resultados finais, os processos de aproveitamento de estudos serão devolvidos ao setor de Registros Escolares (CORES) para efeito de registro e regularização da vida escolar do discente.

10.4 Atendimento ao Discente

O *Campus* Amajari/IFRR oferece aos discentes: apoio psicopedagógico, atendimento individualizado extraclasse por parte dos docentes, assistência social, atividades de nivelamento, atividades de pesquisa, extensão, esportivas e culturais, e atividades extras na área de ensino.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



11 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A educação a distância é uma das modalidades de ensino presente nas instituições educacionais contemporâneas, uma vez que através da disponibilização de tecnologias de informação e comunicação possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas ou procedimentos metodológicos visando à aprendizagem significativa.

Nesta perspectiva, o Curso Técnico em Cooperativismo – EAD tem como proposta o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas que possibilitem diversas aprendizagens resultantes da construção e reconstrução de conhecimentos balizados pelas dimensões teórica e prática da produção cultural e científica que a humanidade tem produzido historicamente.

Os diversos aspectos que permeiam o processo ensino - aprendizagem - a mediação por computador, videoconferência e materiais didáticos digitais e impressos, empregando múltiplas combinações de linguagens e outros recursos tecnológicos e educacionais -, contribuem para a mediação em todas as etapas da formação dos estudantes e não somente a transmissão de informações.

Logo, a interação neste processo educacional dar-se-á, principalmente, através do **Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA**, com a utilização da **Plataforma Moodle**, que disponibilizará eletronicamente diversas ferramentas pedagógicas, para a realização das atividades/trabalhos a partir das bases tecnológicas - conteúdos - dos componentes curriculares previstos na Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Cooperativismo em consonância com as diretrizes educacionais vigentes e ao contexto.

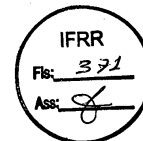
Dentre os recursos tecnológicos e educacionais está o ambiente ou espaço instrucional com fins didático-pedagógico, permitindo que o processo de ensino-aprendizagem fomente a reflexão, discussão e interação entre os estudantes, professores e tutores a partir do estabelecimento de relações individual e coletiva, que norteie a construção do conhecimento. Então, elencamos algumas ferramentas que estarão presentes ao longo do curso, a saber:

- Ferramentas de Comunicação;
- Fórum de Discussão;
- Chat ou Bate-Papo;
- Biblioteca;
- Agenda;
- Visitas Técnicas;
- Vídeoconferência;
- Sugestões de Leituras;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

- Questionários;
- Wiki;
- Outros.



Portanto, a educação à distância através do ambiente virtual de aprendizagem, no caso a Plataforma Moodle, possibilita ao estudante o desenvolvimento de atividades/trabalhos, projetos individuais e coletivos, troca de experiências, construção de conhecimentos de forma interdisciplinar/transdisciplinar durante o seu percurso formativo.

A elaboração dos materiais didáticos ou caderno didático é outro fator que em um curso EAD deve ser criteriosamente pensado. Os materiais precisam ser idealizados e desenvolvidos tendo como diretriz as ações pedagógicas, respeitando os estilos de aprendizagem, os tempos de aprendizagem dos alunos e as diferenças de posturas dos professores/tutores e dos alunos, sem deixar em segundo plano o coletivo. Fundamentalmente, mais que uma elaboração bem feita, com antecedência, e implantada com os devidos cuidados, é preciso manter um processo contínuo de avaliação do material didático quanto aos objetivos, conteúdos, estrutura e formatos de apresentação, atentando para as diferentes formas de comunicação, explorando ao máximo as ferramentas do gerenciador de aprendizagem, definindo as estratégias da narrativa a serem aplicadas aos textos, a linguagem audiovisual e as ferramentas auxiliares para o processo de aprendizagem, instigando para que haja reflexão, discussão e interação.

E para fomentar e consolidar os diversos momentos pedagógicos durante o Curso Técnico em Cooperativismo, as estratégias pedagógicas ou procedimentos metodológicos são importantes para nortear quanto aos estilos de aprendizagem, perfil do estudante, as particularidades da turma, a efetividade das bases tecnológicas e a coerência proposta pedagógica do curso. Logo, destacamos algumas estratégias pedagógicas que estão presentes na Proposta Pedagógica do *Campus Amajari/IFRR* e, conseqüentemente, a Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Cooperativismo – EAD, tais como: atividades/trabalhos individuais e grupais, exercícios, seminários, estudo de casos, vídeos/filmes, projetos de pesquisa e extensão, elaboração de relatórios e outros que os docentes, tutores e equipes pedagógicas considerarem pertinentes no processo formativo dos estudantes.

12 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva compreende a educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e

50



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Tecnologia de Roraima enquanto instituição de ensino entende que a educação inclusiva de fato deve acontecer e com isso proporciona, como um conjunto de princípios e procedimentos implementados pela Assessoria de Políticas Inclusivas - API, o qual concentrará as políticas de inclusão regidas por um documento norteador e com uma equipe permanente composta por profissionais multidisciplinares que trabalham em prol de uma educação inclusiva concreta.

É notória no mundo contemporâneo, a exclusão assídua de um enorme contingente da população, onde o fator em destaque é a dificuldade de se conviver com a diferença. No bojo das discussões sobre a exclusão merece destaque a exclusão escolar dessas pessoas. Assim, vem se expandindo as discussões sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiência, particularmente, sobre as condições de acessibilidade e permanência na escola.

Sendo assim, seguindo o recomendado pelo Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - *Campus Amajari* vem implantando ações para atender as instruções do referido decreto sendo que já atende algumas específicas como serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comunicam em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento e pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas.

Portanto, no *Campus Amajari/IFRR*, existem políticas sendo desenvolvidas pela gestão que tem como meta prioritária não permitir que nenhum educando seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão e, por consequência, do mundo do trabalho e conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais (NAPNE).

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, enquanto instituição de ensino, entende que a educação inclusiva de fato deve acontecer e com isso proporciona, como um conjunto de princípios e procedimentos implementados por meio de documentos e regimentos institucionais, o qual concentrará as políticas de inclusão regidas por um documento norteador e com uma equipe multidisciplinar permanente composta por profissionais que trabalham em prol de uma educação inclusiva concreta. Sendo assim, seguindo o recomendado pelo Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - *Campus Amajari* vem implantando ações para atender às instruções desse Decreto sendo que já atende algumas específicas, como:

- 1) Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comunicuem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

2) Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, intelectual e múltipla, bem como às pessoas idosas. Portanto, no IFRR – *Campus Amajari* existem políticas sendo desenvolvidas pela gestão que tem como meta prioritária não permitir que nenhum educando seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão e, por consequência, do mundo do trabalho. No que concerne à educação inclusiva, o *Campus Amajari* conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). A missão do Núcleo de Apoio e Inclusão Profissional às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE é desenvolver de forma articulada os processos de educação, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão, valorizando o ser humano, considerando a territorialidade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Essa atividade requer o acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas para garantir o acesso e a sua permanência por meio de adequações e/ou adaptações curriculares, construção de tecnologias assistivas e demais materiais pedagógicos. Acompanhar a vida escolar desses estudantes e estimular as relações entre instituição escolar e família, bem como auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, como mediador entre docentes, estudantes, gestores, são atividades do NAPNE e são fundamentais para garantir a inclusão no Instituto.

O NAPNE tem como atribuições:

1) Promover a inclusão de pessoas com deficiência através de serviços e recursos específicos a suas particularidades, proporcionando a acessibilidade e assim garantir com êxito sua entrada, permanência e saída com êxito deste Instituto.

2) Articular pessoas e instituições desenvolvendo ações de implantação e implementação do programa TEC NEP no âmbito interno, envolvendo sociólogos, psicólogos, supervisores e orientadores educacionais, técnicos, administrativos, docentes, discentes e pais.

3) Criar na instituição a cultura da “Educação para convivência”, aceitação de diversidade, e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.

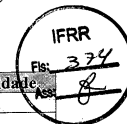
13 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Dependências	Quantidade
Sala da Direção	01
Sala da Coordenação de Curso	01

52



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Dependências	Quantidade
Sala da Coordenação de Assistência ao Estudante	01
Sala dos professores	01
Sala da Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	01
Sala da Coordenação de Extensão	01
Sala de aula climatizada com Tv	08
Conjunto de banheiro feminino	01
Conjunto de banheiro masculino	01
Área de convivência	01
Refeitório	01
Alojamento feminino – capacidade para 56 pessoas	01
Alojamento masculino – capacidade para 56 pessoas	01
Ginásio de esportes coberto	01
Biblioteca	01
Laboratório de Informática	01
Laboratório de Biologia e Química	01
Laboratório de Aquicultura e Limnologia	01

13.1 Espaço Físico Da Biblioteca

O espaço físico da biblioteca está distribuído em:

- Acervo geral;
- Salão de consulta;
- Sala para leitura individual;
- Sala de multimídia;
- Coordenação;
- Hall de exposição.

13.2 Infraestrutura de Laboratórios

Para atender às necessidades do curso quanto aos laboratórios, às aulas práticas laboratoriais serão realizadas nos laboratórios do IFRR/CAM.

O IFRR/CAM conta com os seguintes laboratórios:

13.2.1 Laboratório de Informática

Equipamento/Material	Quantidade
Microcomputador completo	30

13.2.2 Laboratório de Biologia e Química

Equipamento/Material	Quantidade
Agitador de tubos	02

53



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Equipamento/Material	Quantidade
Balança digital – 0,01kg a 1kg	01
Balança digital – até 15kg	01
Balança digital – até 20kg	01
Capela de exaustão	01
Destilador de água	01
Estufa de secagem	01
Estufa de germinação	01
Espectrofotômetro	01
Esteromicroscópio	18
Freezer	01
Liquidificador industrial	02
Microscópio binocular	18
Microscópio trinocular	01

13.2.3 Laboratório de Aquicultura e Limnologia

Equipamento/Material	Quantidade
Aquários com sistema de recirculação	12
Balança de precisão	01
Balança digital	01
Barco de alumínio – 6m	01
Bomba submersa	04
Canister	02
Destilador de água	01
Esteromicroscópio	02
Filtro ultravioleta	04
Forno Mufla	01
Gerador de energia	01
Incubadora para ovos e larvas de peixe	10
Microcomputador completo	01
Microscópio binocular	02
Motor de popa – 15HP	01
Motor de popa – 40HP	02
pHmetro de mesa	01
Tanques com sistema de recirculação	12
Instalação complementar Aquícola – 4 hectares	
Taques para aquicultura	10
Aprisco	01
Pocilga	01
Aviário	01
Casa de vegetação	01
Área de cultivo (olericultura, culturas anuais, forragicultura e fruticultura)	-



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



14 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

14.1 Pessoal docente

Formação geral	Titulação	Regime de Trabalho	Quantidade
Bacharel em Agronomia	Doutor	40h DE	3
Bacharel em Agronomia	Mestre	40h DE	3
Bacharel em Engenharia de Pesca	Mestre	40h DE	1
Bacharel em Engenharia de Pesca	Graduado	40h DE	1
Bacharel em Zootecnia	Doutor	40h DE	4
Bacharel em Zootecnia	Mestre	40h DE	1
Licenciatura em Ciências Agrárias	Doutor	40h DE	1
Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	Doutor	40h DE	1
Licenciatura em Ciências Biológicas	Graduado	40h DE	1
Licenciatura em Educação Artística	Especialista	40h DE	1
Licenciatura em Educação Física	Especialista	40h DE	2
Licenciatura em Física	Mestre	40h DE	1
Licenciatura em Física	Graduado	40h DE	1
Licenciatura em Geografia	Mestre	40h DE	1
Licenciatura em Geografia	Especialista	40h DE	1
Licenciatura em Geografia	Graduado	40h DE	1
Licenciatura em História	Especialista	40h DE	1
Licenciatura em Letras	Especialista	40h DE	2
Licenciatura em Letras	Graduado	40h DE	1
Licenciatura em Matemática	Especialista	40h DE	2
Licenciatura em Química	Mestre	40h DE	2
Licenciatura Intercultural	Mestre	40h DE	1
Tecnólogo em Análise de Sistemas	Graduado	40h DE	1
Docentes disponíveis	--	--	34

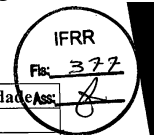
14.2 Pessoal Técnico

Apoio Técnico	Quantidade
Administrador	2
Analista de Tecnologia da Informação	1
Assistente de Aluno	4
Assistente em Administração	8
Assistente Social	1
Auxiliar de Biblioteca	2
Auxiliar em Administração	4
Bibliotecária	1
Contador	1

55



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Apoio Técnico	Quantidade
Gestor Público	1
Intérprete de Libras	2
Jornalista	1
Operador de Máquinas Agrícolas	1
Pedagoga	3
Secretária Executiva	1
Técnico em Laboratório	1
Técnico em Agropecuária	3
Técnico em Assuntos Educacionais	1
Técnico em Audiovisual	1
Técnico em Secretariado	3
Técnico em Tecnologia da Informação	1
Técnico-Administrativo disponível	44

15 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS

No Curso Técnico em Cooperativismo subsequente ao Ensino Médio na modalidade a distância não há certificações intermediárias, somente garante o Diploma de Técnico em Cooperativismo, ao final do Curso.

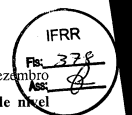
16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer CNE/CEB nº 14/99. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.**
- VIEIRA, F.M.S. **Considerações teórico-metodológicas para elaboração e realização de cursos virtuais.** <http://www.abed.org.br>
- SOUZA, T.R.P. **A Avaliação como prática pedagógica. II Congresso Internacional de Educação a Distância,** Brasília-DF, 2001.
- CARVALHO, Carlos Augusto matos de. **Cooperativismo e Associativismo: uma questão cultural.** Em: <http://www.cfa.org.br/aco-es-cfa/artigos/usuarios/a-competitividade-logistica>>>. Acesso em 29 de novembro de 2016.
- GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão uma realidade em discurso.** Curitiba: Ibpex, 2007.
- _____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer CNE/CEB nº 11/2008. **Proposta de Instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.**
- _____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 16, de 5 de outubro de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.**

56



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 39, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 06/12. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 01/04. Institui as Diretrizes para a organização e a realização de estágio de discente da Educação Profissional e do Ensino Médio inclusive na modalidade de Educação Especial.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 01/05. Atualiza a aplicação do DEC. 5.154 de 23/07/04.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 04/05. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB Nº. 01/05, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Ed. Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5154/04.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 02/05. Modifica a redação do §3º do art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 03/99. Institui as Diretrizes Nacionais para o funcionamento de Escolas Indígenas.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 03/2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 dez. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008. Institui a Rede



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/IFRR – Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI. Roraima, 2009.

_____. **Organização Didática do IFRR.** Roraima, 2012.

MEC. **Caderno de subsídios: Referências para uma política nacional de Educação do Campo,** 2ª ed. Brasília, 2005.

_____. **Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral :** caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília, 2009.

_____. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/IFRR. Instrução Normativa N°01, de 26/09/2013. **Estabelece os procedimentos para elaboração e adequação curricular dos planos de cursos técnicos e superiores do IFRR.**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

RESOLUÇÃO N.º 411/CONSELHO SUPERIOR, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018.

**APROVA O PLANO DO CURSO DE
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE
CONDUTOR DE TURISMO DE AVENTURA,
DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO
ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
(PRONATEC) DO IFRR.**

O Presidente em exercício do Conselho Superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23231.000397.2014-25 e a decisão do colegiado tomada na 57.ª sessão plenária realizada em 6 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Plano do Curso de Formação Inicial e Continuada de Condutor de Turismo de Aventura de Formação Inicial Continuada (FIC), do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), conforme anexo desta resolução.

Art. 2.º O Plano Pedagógico do Curso aprovado por esta resolução, deverá ser utilizado para as turmas que ingressarem até a data da publicação no Boletim de Pessoal e Serviço (BPS).

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 4 de dezembro de 2018.

NADSON CASTRO DOS REIS

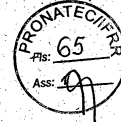
Presidente em exercício
Portaria n.º 1974/GR/2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão

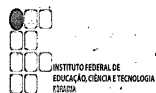


PLANO DO CURSO
CONDUTOR DE TURISMO DE AVENTURA

Boa Vista
JUNHO/2014



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



Ademar Araújo Filho
REITOR

Ivone Mary Medeiros de Souza
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Débora Alexandre Melo Silva
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Jaci Lima da Silva
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Ana Cláudia de Oliveira Lopes
Eliana Lima dos Santos
Francisca das Chagas Souza de Araújo
Júliana Rosa Lira
Leila de Senna Cavacante
Leila Marcia Ghedin

REVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA
Ivone Medeiros



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



I – Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/Roraima/ 69303-220
Telefone/ Fax	(95) 3624-1224
Site da Instituição	www.ifrr.edu.br
E-mail de Contato do Pronatec	Pronatec@ifrr.edu.br

II – Apresentação do Curso

Nome do Curso	CONDUTOR DE TURISMO DE AVENTURA
Resolução de Aprovação	
Características do Curso	Formação Inicial e Continuada
Eixo Tecnológico	Hospitalidade e Lazer
Carga Horária Total	240 Horas
Público-Alvo	Indicado pelos Demandantes
Número de Vagas por Turma	20 Horas
Escolaridade Mínima	Ensino Médio Incompleto

III – Comissão Responsável pela Elaboração – Portaria n.º 512/2014

- Leila Márcia Ghedin
- Ana Claudia de Oliveira Lopes
- Francisca das Chagas Souza de Araújo
- Juliana Rosa Lira
- Eliana Lima dos Santos
- Leila de Senna Cavalcante

Revisor do Texto
Antonio de Souza Matos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA.....	5
2. OBJETIVOS.....	5
2.1 Geral	5
2.2 Específicos.....	5
3. REQUISITOS DE ACESSO	6
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	6
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	7
5.1 Matriz Curricular.....	7
5.2 Ementas	7
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	11
8. PESSOAL DOCENTE.....	11
9. EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO	12
10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	12
11. REFERÊNCIAS.....	13



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



1. JUSTIFICATIVA

Diante das transformações advindas dos avanços e das descobertas tecnológicas, ocorridas em uma velocidade sem igual na história, as instituições de educação defrontam-se com o desafio de implementar propostas de formação capazes de preparar jovens e trabalhadores para atender às exigências do mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, tanto no que se refere à qualificação profissional quanto à formação humana.

O IFRR, atento às demandas locais e ciente de seu papel na construção de uma sociedade mais justa, que favoreça todas as classes sociais, buscou no turismo, segmento em crescimento na região, argumento sólido para ofertar o Curso de Condutor em Turismo de Aventura, visando à exploração das riquezas naturais da região que propiciem o desenvolvimento de práticas como rapel, escalada, trilhas, *mountain bike* e acampamentos.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Formar profissionais qualificados para o receptivo em turismo de aventura, capacitados para o trabalho com rapel, escalada, trilhas e organização de acampamentos, respeitando as técnicas de mínimo impacto ambiental e priorizando as normas de segurança e eficiência para o turismo.

2.2 Específicos

- Proporcionar ao aluno condições para que desenvolva competências profissionais para atuar na área de condução de turismo de aventura.
- Proporcionar ao estudante a compreensão do turismo a partir da realidade

5



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



e das possibilidades de cada região, levando em consideração a cultura e a memória.

- Apresentar ao cursista práticas e técnicas de condução, resgate e primeiros socorros em diversas modalidades de turismo de aventura.
- Propiciar técnicas e práticas de turismo de aventura que priorizem o montanhismo de mínimo impacto e a sustentabilidade.
- Prover o aluno do conhecimento legal e técnico-científico relacionado aos processos de planejamento e execução de acampamento, trilhas e demais excursões em turismo de aventura.

3. REQUISITOS DE ACESSO

O Curso FIC de Condutor de Turismo de Aventura é destinado a estudantes e/ou trabalhadores que tenham o ensino médio incompleto, conforme o *Guia PRONATEC de Cursos FIC*.

O acesso ao curso deve ser realizado por meio de processo de seleção, conveniado ou aberto ao público, de acordo com os critérios dos demandantes.

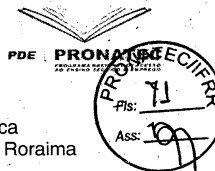
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O aluno que concluir o Curso de Condutor de Turismo de Aventura será um profissional com significativa formação técnica, credenciado para uma atuação crítica e reflexiva, inter e multidisciplinar, científica e tecnológica em relação aos processos de gerenciamento de riscos nas várias modalidades do turismo de aventura.

O profissional formado no curso poderá oferecer suporte técnico às agências operadoras e aos órgãos governamentais. Além disso, será o condutor do gerenciamento dessa atividade, contribuindo para o crescimento sustentável da



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão

região, capacitando mão de obra especializada e ressaltando a importância da preservação dos recursos naturais da região.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Condutor de Turismo de Aventura tem o currículo organizado por componentes curriculares que correspondem a 240 horas de atividades de qualificação profissional.

5.1 Matriz Curricular

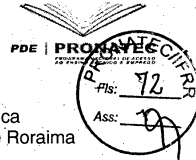
COMPONENTES CURRICULARES EIXO TECNOLÓGICO: Hospitalidade e Lazer	Carga Horária
Ética e Orientação Profissional	20
História, Memória e Cultura no Contexto do Turismo de Aventura	20
Lazer e Recreação Voltados para o Turismo de Aventura	30
Prática Profissional de Condução de Turismo de Aventura	30
Teoria da Prática de Condução de Turismo de Aventura	30
Caracterização Geográfica, Orientação e Navegação Terrestre	30
Organização e Planejamento de Trilhas e Acampamento	20
Esportes Verticais	30
Primeiros Socorros e Resgate em Esportes de Aventura	30
TOTAL	240 horas

5.2 Ementas

ÁREA TEMÁTICA		
COMPONENTES	CH	EMENTAS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão

Ética e Orientação Profissional	20h	Autoconhecimento. Trabalho, família e sociedade. O exercício profissional. Cenário atual do mundo do trabalho. Exercício da ética e da cidadania. Psicologia organizacional. Responsabilidade individual e profissional. Relações interpessoais. Perfil e postura profissional. Currículo e entrevista. Direitos e deveres do cidadão. Legislação trabalhista.
História, Memória e Cultura no Contexto do Turismo de Aventura	20h	Construção do conhecimento histórico. História e memória. Produção de perspectivas locais em História. Aspectos da História. História Ambiental.
Lazer e Recreação Voltados para o Turismo de Aventura	30h	Conceitos de lazer e recreação. Função e importância da recreação. Aspectos sociais, educacionais e lúdicos do lazer na sociedade contemporânea. Planejamento e aplicação das atividades recreativas e de lazer em ambientes abertos e fechados. Lazer e recreação para idosos, crianças e jovens. Jogos e brincadeiras em acampamentos e trilhas. Lazer em ônibus e excursões.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



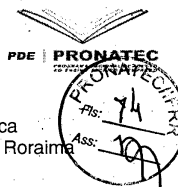
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



Prática Profissional de Condução de Turismo de Aventura	30h	Principais elementos do turismo cultural local. Elaboração de roteiros turísticos culturais. Conhecimento das possibilidades de atuação profissional. Identificação dos riscos e auxílio no controle dos impactos decorrentes da visitação, contribuindo para a gestão do patrimônio cultural. Informação sobre a relação do bem cultural com a identidade local. Reconhecimento e condução dos visitantes com segurança durante a visitação de um bem cultural, promovendo a interação com o local. Comunicação com desenvoltura, hospitalidade, cordialidade e liderança, considerando o perfil dos visitantes, de forma a promover a integração deles com o bem visitado e entre si.
Teoria da Prática de Condução de Turismo de Aventura	30h	Diferentes tipos de patrimônio cultural. Reconhecimento da importância dos aspectos culturais das destinações turísticas. Contribuição para a valorização e preservação do patrimônio cultural local. Aplicação dos conhecimentos históricos e culturais na condução de turistas.
Caracterização Geográfica, Orientação e Navegação Terrestre	30h	Conceitos Básicos de orientação. História e evolução da navegação e orientação terrestre. Orientação e navegação por meio dos astros. Cartografia: legendas, escala, curvas de níveis. Conhecendo a bússola e suas funções. GPS, <i>trackmaker</i> e demais tecnologias da navegação. Práticas de navegação com mapa, bússola e GPS. Localização. Meio físico: Geologia, Geomorfologia, Hidrografia, Climatologia. Meio biológico: flora e fauna. História, Geopolítica e aspectos socioeconômicos da região. Os setores de produção primários e secundários da região. Os recursos naturais da região.
Organização e Planejamento de Trilhas e Acampamento	20h	Introdução aos esportes de aventura. História e evolução do trekking. Caracterização e plano de manejo das unidades de conservação. Montanhismo de mínimo impacto e educação ambiental. Comportamento em trilhas e respeito a comunidades rurais. Equipamentos básicos para o trekking. Primeiros socorros em trilhas. Planejamento de estudos do meio antes, durante e depois da trilha. Orientação e navegação terrestre. Organização e planejamento de acampamentos. Atividades de lazer e recreação em acampamentos.
Esportes Verticais	30h	Introdução ao montanhismo. Conceito e história do montanhismo e suas modalidades. Equipamentos básicos e específicos por modalidades UIAA. Escalada: técnicas de ascensão por corda. Modalidades de escalada: <i>top rope</i> ,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão

		escalada guiada, <i>big wall</i> . Técnicas e modalidades de rapel: básico, negativo, invertido e aranha. Nós e ancoragens. Arvorismo: modalidades e equipamentos. Montagem de arvorismo: falsa baiana e tirolesa. Autossegurança e resgate em ambientes de risco. Alimentação e hidratação durante as práticas.
Primeiros Socorros e Resgate em Esportes de Aventura	30h	Estudos fundamentais de primeiros socorros. Técnicas e procedimentos legais de primeiros socorros em caso de emergências: incêndios, envenenamentos, pressão arterial, intoxicações, envenenamento por animais peçonhentos, convulsões, afogamento, asfixia, resgates e transportes de pessoas acidentadas. Efeitos fisiológicos decorrentes de altitude, temperatura, profundidade e fuso horário. Montagem de kit de primeiros socorros básicos, especialmente para roteiros, empreendimentos e trilhas turísticas. Autossegurança e autorresgate em rapel, escalada e arvorismo. Técnicas de resgate em trilhas e acampamentos.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

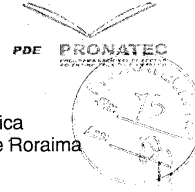
A metodologia de ensino deverá priorizar a participação do aluno tanto nas aulas teóricas como nas de campo e laboratório. O professor deverá utilizar, aperfeiçoar e/ou desenvolver procedimentos metodológicos como:

- Trabalho individual e em grupo: elaboração de trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso;
- Realização de atividades de cunho científico: elaboração de projetos multidisciplinares e visitas técnicas;
- Desenvolvimento de projetos e demais ações que promovam o conhecimento científico e tecnológico.

O contato do aluno com a prática deve ser planejado, considerando os diferentes níveis de profundidade e complexidade dos conteúdos envolvidos, tipo de atividade, objetivos, competências e habilidades específicas. Inicialmente, o discente deve ter contato com os procedimentos a serem utilizados na aula prática, realizada,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão

simultaneamente, por toda a turma e acompanhada pelo professor. No decorrer do curso, o contato do aluno com a teoria e a prática deve ser aprofundado por meio de atividades que envolvam a criação, o projeto, a construção, a análise e os modelos a serem utilizados.

Cabe ao professor do Curso de Condutor de Turismo de Aventura organizar situações didáticas para que o aluno busque, por meio do estudo individual e em equipe, soluções para os problemas que simulem a realidade profissional. A articulação entre teoria e prática, assim como entre ensino, pesquisa e extensão, deve ser uma preocupação constante do professor.

Para realizar as atividades de ensino, serão realizadas aulas expositivas, videoaulas e dinâmicas ativas no processo ensino-aprendizagem. Também serão desenvolvidas aulas práticas nos laboratórios e visitas técnicas.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, priorizando aspectos qualitativos relacionados ao processo de aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno observado durante a realização das atividades propostas individualmente e/ou em grupo. Ao final de cada unidade temática, ocorrerão atividades avaliativas julgadas necessárias. São estas:

- a) Avaliação formal;
- b) Organização de mapa conceitual em grupo;
- c) Autoavaliação (com questões sobre participação, pontualidade, assiduidade, comportamento, solidariedade e empenho; forma, tempo de estudo dedicado às atividades do curso, entre outras);
- d) Estudos dirigidos ou relatórios;
- e) Seminário.

8. PESSOAL DOCENTE

11



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



PROFISSIONAIS	FORMAÇÃO
DOCENTES	Licenciatura ou Bacharel em Pedagogia; Serviço Social; Filosofia ou Sociologia
	Bacharel ou Licenciatura em História
	Bacharel ou Licenciatura em Educação Física; Desporto e Lazer ou Técnico em Educação Física
	Graduação em Geografia ou Técnico em Agrimensura
	Graduação em Educação Física; Enfermagem ou Medicina; Biomedicina ou Técnico em Enfermagem; Técnico em Segurança no Trabalho ou Engenheiro Ambiental
	Bacharel em Turismo ou Tecnólogo em Turismo; Técnico em Turismo ou Tecnólogo em Gestão de Turismo (Teoria da prática profissional de condução ambiental local e prática profissional de condução ambiental local. Pela Lei n.º 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que regulamenta a profissão do Guia de Turismo para atender a essas disciplinas de Teoria da Prática Profissional de Condução Ambiental Local, o profissional da área de turismo deve ter formação de Guia de Turismo).

9. EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO

Os certificados serão emitidos pelos *campi* do IFRR, conforme o *Guia dos Cursos FIC do PRONATEC*. Terá direito ao recebimento do Certificado de Condutor de Turismo de Aventura o aluno que concluir todos os componentes curriculares do curso proposto, atingir a nota 60 e tiver 75% de frequência. Porém, nas aulas de "prática profissional de condução cultural local", ele deverá ter 100% de presença.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Salas: auditório com capacidade para 300 pessoas; salas de aula; laboratórios de informática; piscina semiolímpica de 8 raia; ginásio poliesportivo; quadras de esportes; campo de futebol; parede de escaladã; centro acadêmico; biblioteca; sala de videoconferência; sala de coordenações de cursos; laboratórios didáticos multidisciplinares; e academia de ginástica.

Recursos didáticos: 1 notebook; 1 data show; 1 aparelho de retroprojeter; 1 tela de projeção com tripé; 1 TV de 42 polegadas; 1 DVD; 1 VHS; impressora a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



laser; impressora colorida; 4 cronômetros; e kit de primeiros socorros.

Recursos didáticos para aula prática: ônibus equipado com microfone; aparelho de som; aparelho de DVD para filmes e músicas; cordas; mosquetão revisado por profissional especializado; capacetes; GPS; bússola; barracas; cantil; e outros.

11. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. Estruturação de produto turístico/Ministério do Turismo. **Ecoturismo**. – [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 368 p., 2009.

_____. **Turismo de Aventura**. – [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 368 p., 2009.

_____. Ministério do Turismo e Fundação Univera. **Projeto Capacitação em Turismo** – Lei Federal 12.513, de 26 de outubro de 2011. Turismo de aventura: orientações básicas/Ministério do Turismo, Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Estruturação de produto turístico**/Ministério do Turismo. Ecoturismo. – [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 368 p., 2009.

_____. Turismo de Aventura. – [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 368 p., 2009.

_____. Ministério do Turismo e Fundação Univera. **Projeto Capacitação em Turismo** – CERTAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. A invenção do cotidiano– 1: – **artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1990.

13



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Campus Boa Vista
Diretoria de Extensão



PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2.002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

GONÇALVES, K.; PAÇOCA, T. A. **Manual de Lazer e Recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos**. Phorte Editora Ltda. Bela Vista-SP.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Repertório de Atividades de Recreação e Lazer**. Papirus. Campinas, 2003.

AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia dos trópicos**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. CONAMA – **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução n.º 303 de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente. Disponível em: <www.mma.gov.br/>. Acesso em: 15/6/2014.